



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO Nº 8/2019

CONTRATO TRE-RO N. 08/2019

**PROCESSO ELETRÔNICO N. [0001443-60.2019.6.22.8000](#) - SEI e
PROCESSO ELETRÔNICO N. [0002636-13.2019.6.22.8000](#).**

PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2019 (SRP)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 76/2019

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A
UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA,
E A EMPRESA OMP DO BRASIL
LTDA, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL
PERMANENTE – TIPO MOBILIÁRIO,
PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE
RONDÔNIA.**

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, comparecem, de um lado, a UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-901, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por seu Presidente, por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG n. 294.893-SSP/RO e CPF n. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa **OMP DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **05.075.877/0001-65**, com sede na Rua Milano, nº. 1803, Bairro São Gotardo. Flores da Cunha- RS. CEP: 95.270-000. Telefone(s): 54 3292.6460 - E-mail(s): fabio@ompdobrasil.com.br; marcela.sala@ompdobrasil.com.br neste ato representada por **FÁBIO ANDRÉ MASSOCHINI**, brasileiro, portador do **RG** nº. 1053884936 SSP/PC RS, e **CPF** nº. 935.696.290-15, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, por força do presente instrumento e em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus Anexos, com o disposto nas Leis 8.666/1993 e

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.520/2002, nos Decretos Federais 3555/2000, 5.450/2005 e no Decreto nº 7.892/2013, com as suas alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG 5/2014, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE-RO 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, e consoante autorização para realização do Pregão Eletrônico referido constante no Despacho n. 3695/2019-PRES/DG/GABDG, de 09/08/2019, Ato de Homologação deste Pregão constante no Despacho n. 5057/2019-PRES/DG/GABDG, de 10/10/2019, Despacho n. 5576/2019 (evento [0473960](#)) e Despacho n. 5941/2019 (evento [0480125](#)), têm entre si, justo e acordado, o presente Contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO**(Artigo 55, I e XI da Lei n. 8.666/1993)**

CLÁUSULA PRIMEIRA – Este Contrato tem por objeto a aquisição de material permanente – tipo MOBILIÁRIO – para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme condições, exigências, especificações e quantidades discriminadas abaixo, no Termo de Referência nº 81/2019/SEPAT e neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE 2 -CADEIRAS				
	POLTRONA GIRATÓRIA ESPALDAR ALTO. CATMAT 445412 Assento em madeira	30	R\$ 1.168,50	R\$ 35.055,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18	<p>compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 12 mm (7 lâminas). Espuma de poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm, com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a</p>			
----	---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas assentos: largura de 488 mm e profundidade de 465 mm</p> <p>Encosto em polipropileno PP injetado, copolímero (material resistente a alto impacto), moldado anatomicamente, com espessura mínima de 3,5 mm. Espuma em poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm e saliência para apoio lombar (esta saliência deverá exercer pressão positiva na lombar - “permanente contact” - independentemente da posição do usuário em</p>			
---	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

relação a superfície de trabalho). com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas encosto: largura de 447 mm e extensão vertical 536mm.</p> <p>Revestimentos em tecido crepe, com os ensaios ANT NBR/13538/1995 de Laudo o da Análise Quantitativa de fibras têxteis resultado 100%, Laudo da Identificação de fibras têxteis, Laudo da Massa por unidade de área, Laudo do Comportamento à queima – Propensão a ignição na vertical, ABNT NBR 9442/1986 Laudo de Determinação do índice de propagação superficial de chama, resultado 1, classe A, ISSO 6941:2003 Laudo do Comportamento à queima – Propagação de chama na vertical, resultado queima a 30° da borda, não houve propagação, resultado queima a 90° da borda, não houve propagação, ANBT NBR 10591/2008 Laudo de determinação da gramatura de superfícies têxteis, Laudo de ensaio físico – Solidez da cor à fabricação, Laudo de ensaio de repelência a óleos, Laudo de ensaio de resistência ao rasgo e á abrasão de tecidos, Laudo de ensaio de Inflamabilidade vertical</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>de tecidos, Laudo de ensaio de permeabilidade a água.</p> <p>CAPAS de proteção do assento, encosto e suporte do encosto fabricadas em polipropileno (material resistente a alto impacto) injetado, texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, sendo com raio de curvatura maior do que 2 mm (Norma 13962/2006); Suporte com regulagem de altura do encosto, fabricado em chapa de aço estampada de 6,35 mm de espessura e regulagem de altura do suporte para o encosto com curso de 75 mm e acionamento sem necessidade de botões ou manípulos para apoio lombar. Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08- NBR 11003/10 relatório</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR15454/2007 relatório de análise metalográfica. Base c/ 5 patas injetada em polímero termoplástico de alta resistência, nylon com fibra, com nervuras de reforço longitudinais; diâmetro externo de 700 mm e altura de 140 mm. Com alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Alojamento central para a coluna a gás possui anel de aço carbono 1010/1020 que faz a função estrutural. Coluna de regulagem de altura Com sistemade acionamento a gás fabricado em tubo de aço de Ø50,00 x 1,50mm (tolerância de 5% para + ou -). Acabamento em pintura eletrostática em epóxi pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a capa do pistão com</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>película de aproximadamente 100 mícrons (tolerância de 5% para + ou-) e com propriedades de resistência a agentes químicos. Comprimento do corpo de 240mm e regulagem mínima de altura de 120mm. (Tolerância de 5% para + ou -). DIN 4550. Laudo e certificado de conformidade com DIN 4550. Mecanismo sincronizado com corpo em alumínio injetado e placa superior em chapa de aço estampada com espessura de 3,00 mm, o assento tem inclinação regulável com curso de ângulo de 0° a 13° sincronizado com o encosto que tem inclinação regulável de curso de ângulo de 90° a 112°, resultando numa proporção de deslocamento de 2:1. Sistema de segurança chamado anti-shock ou anti-impacto que impede a volta automática e involuntária do encosto e sujeita sua volta à decisão do usuário; Regulagem de tensão do relax é através de manopla giratória na parte frontal do mecanismo, que permite o ajuste ao usuário. O mecanismo tem 5 posições de travamento, que podem ser ajustadas através de</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>uma alavanca lateral esquerda. A regulagem de altura do assento é através de uma alavanca do lado direito. Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08- NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR 15454/2007 relatório de análise metalográfica.</p> <p>Apoia braços reguláveis com formato de “T”, de dupla injeção, com parte estrutural injetada em</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>polipropileno (PP) com 20% de fibra de vidro, e a parte do apoio do braço pode ser injetada em poliuretano (PU) integral skin com toque macio. Reguláveis com ajuste vertical (altura) com 9 estágios de regulagens e curso de 87 mm. Fixação em três pontos triangulares através de suporte retangular com parafusos com rosca M6.</p> <p>Medidas: Largura de apoia braços 70 mm e comprimento de 260 mm (tolerância de $\pm 5\%$). Rodízios Duplo, com rodas e cavalete injetados em poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto. Eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%) eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 8 mm (tolerância de 5% para + ou -), e rodas com diâmetro de 50 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%). Durabilidade rodízio NY, dimensional rodízio NY, Relatório de resistência e durabilidade rodízio PU NBR 13962, relatório de ensaio NBR 8094, pino do rodízio com 192 horas sem apresentar sinais de ferrugem (RI 1), Laudo e</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>certificado NBR 13962.</p> <p><i>O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial:</i></p> <p>Certificado de regularidade do IBAMA;</p> <p>Certificado da Norma Regulamentadora NR17;</p> <p>Declaração da Abergó/CREA da empresa e do engenheiro/RG do Engenheiro</p> <p>Certificado da Norma NBR13962;</p> <p>Madeira: Certificado FSC em nome do fabricante;</p> <p>Termo de garantia: 05 anos</p> <p>*Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e os mesmos devem acompanhar a proposta.</p>			
19	<p>POLTRONA GIRATORIA COM BRAÇOS ESPALDAR MÉDIO</p> <p>CATMAT 276153</p> <p>Assento Em madeira compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 12 mm (7 lâminas). Espuma de poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e</p>	50	R\$ 1.121,00	R\$ 56.050,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas assento: largura de 454 mm e profundidade de 457 mm;</p> <p>Encosto em polipropileno PP injetado, copolímero (material resistente a alto impacto), moldado anatomicamente, com espessura mínima de 3,5 mm. Espuma em poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm e saliência para apoio lombar (esta saliência deverá exercer pressão positiva na lombar - “permanentcontact” - independentemente da posição do usuário em relação a superfície de trabalho). com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas encosto: largura de 410 mm e altura de 320 mm;</p> <p>Capas de proteção do assento, encosto e suporte do encosto fabricadas em</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>polipropileno (material resistente a alto impacto) injetado, texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, sendo com raio de curvatura maior do que 2 mm (Norma 13962/2006); Suporte com regulagem de altura do encosto, fabricado em chapa de aço estampada de 6,35 mm de espessura e regulagem de altura do suporte para o encosto com curso de 75 mm e acionamento sem necessidade de botões ou manípulos para apoio lombar. Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08- NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR15454/2007</p> <p>relatório de análise metalográfica. Base c/ 5 patas injetada em polímero termoplástico de alta resistência, nylon com fibra, com nervuras de reforço longitudinais; diâmetro externo de 700 mm e altura de 140 mm. Com alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Alojamento central para a coluna a gás possui anel de aço carbono 1010/1020 que faz a função estrutural. Coluna de regulação de altura com sistema de acionamento a gás fabricado em tubo de aço de Ø50,00 x 1,50mm (tolerância de 5% para + ou -). Acabamento em pintura eletrostática em epóxi pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a capa do pistão com película de aproximadamente 100 microns (tolerância de 5% para + ou -) e com propriedades de resistência a agentes</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>químicos. Comprimento do corpo de 240mm e regulagem mínima de altura de 120mm. (Tolerância de 5% para + ou -). Laudo e certificado de conformidade com DIN 4550. Mecanismo sincronizado com corpo em chapa de aço estampada com espessura de 3,35 mm, com inclinação do encosto e assento com regulável com curso de ângulo entre -5° a +5°, resultando numa proporção de deslocamento. Para ajustar a altura do assento, acione a alavanca do lado direito, para ajustar o relax e adequar o movimento do encosto de acordo com o peso gire a manopla central, o ajuste de inclinação do encosto utilize a alavanca da esquerda. Sistema de freio com pressão de 16 chapas. Acabamento em pintura eletrostática em epóxi pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo o mecanismo com película de 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos.</p> <p>Apoia braços reguláveis com formato de “T”, de dupla injeção, com parte estrutural injetada em polipropileno (PP) com 20% de fibra de vidro, e a</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>parte do apoio do braço pode ser injetada em poliuretano (PU) integral skin com toque macio. Reguláveis com ajuste vertical (altura) com 9 estágios de regulagens e curso de 87 mm. Fixação em três pontos triangulares através de suporte retangular com parafusos com rosca M6.</p> <p>Medidas: Largura de apoia braços 70 mm e comprimento de 260 mm (tolerância de $\pm 5\%$).</p> <p>Rodízios Duplo, com rodas e cavalete injetados em poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto. Eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%) eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 8 mm (tolerância de 5% para + ou -), e rodas com diâmetro de 50 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%). Durabilidade rodízio NY, dimensional rodízio NY, relatório de ensaio NBR 8094 pino do rodízio com 192 horas sem apresentar sinais de ferrugem (RI 1), certificado NBR 13962.</p> <p>Revestimentos em tecido crepe, com os ensaios ANT NBR/13538/1995 de Laud</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>o da Análise Quantitativa de fibras têxteis resultado 100%, Laudo da Identificação de fibras têxteis, Laudo da Massa por unidade de área, Laudo do Comportamento à queima – Propensão a ignição na vertical, ABNT NBR 9442/1986 Laudo de Determinação do índice de propagação superficial de chama, resultado 1, classe A, ISSO 6941:2003 Laudo do Comportamento à queima – Propagação de chama na vertical, resultado queima a 30°da borda, não houve propagação, resultado queima a 90°da borda, não houve propagação, ANBT NBR 10591/2008 Laudo determinação da gramatura de superfícies têxteis, Laudo de ensaio físico – Solidez da cor à fabricação, Laudo de ensaio de repelência a óleos, Laudo de ensaio de resistência ao rasgo e á abrasão de tecidos, Laudo de ensaio de Inflamabilidade vertical de tecidos, Laudo de ensaio de permeabilidade a água</p> <p>O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial</p> <p>Certificado de regularidade do IBAMA;</p> <p>Certificado da Norma</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Regulamentadora NR17;</p> <p>Declaração da Abergó/ CREA da empresa e do engenheiro/RG do Engenheiro</p> <p>Certificado da Norma NBR13962;</p> <p>Madeira: Certificado FSC em nome do fabricante;</p> <p>Termo de garantia: 05 anos</p> <p>Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e os mesmos devem acompanhar a proposta.</p>			
20	<p>CADEIRA SOBRE LONGARINA DE 3 LUGARES</p> <p>CATMAT 258860</p> <p>(Variação de 5% para + ou -)</p> <p>Assento em madeira compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 12 mm (7 lâminas).Espuma de poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40</p>	22	R\$ 2.251,50	R\$ 49.533,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>mm, com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas assentos: largura de 461 mm e profundidade de 457 mm;</p> <p>Encosto em polipropileno PP injetado, copolímero (material resistente a alto impacto), moldado anatomicamente, com espessura mínima de 3,5 mm. Espuma em poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm e saliência para apoio lombar (esta saliência deverá exercer pressão positiva na lombar - “permanentcontact” - independentemente da posição do usuário em relação a superfície de trabalho). com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas encosto: largura de 409 mm e extensão vertical 336 mm.</p> <p>CAPAS de proteção do assento, encosto e suporte do encosto fabricadas em polipropileno (material resistente a alto impacto) injetado, texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, sendo com raio de curvatura maior do</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>que 2 mm (Norma 13962/2006);</p> <p>Suporteunião assento e encosto em formato L, fabricado em chapa de aço estampada de 6,35 mm de espessura. Estrutura da longarina constituída por pés laterais em tubo metálico, com pés com regulagem de altura e trave metálica de suporte; Pés laterais fabricado com tubo elíptico curvado através de um processo de prensa, com as dimensões 30 x 60 mm e espessura de 1,90 mm que é soldado através de um sistema MIG/MAG em um tubo vertical oblongo com dimensões 30 x 90 mm e espessura 1,90 mm; Chapa 20 x 82,5 x 4,65 mm para fixação da trave no pé, através de 2 parafusos M10 x 18 mm. Trave para a fixação da parte superior na trave da longarina há uma chapa com medidas mínimas de 172 mm x 230 mm e espessura de 2,65 mm, com 4 furações oblongas com medidas 8 x 16mm e 4 furações M8, a fim de fixar através de 4 parafusos M8 x 15 mm o “U” da longarina que fica entre a trave e a chapa do mesmo. Este “U” deve ser fabricado em aço espessura de 3,5 mm e com largura mínima de 70 mm a fim de</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>proporcionar a resistência necessária ao produto; Trave fabricada em tubo retangular 30 x 70 mm e espessura de 1,50 mm.</p> <p>Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08- NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR 15454/2007 relatório de análise metalográfica.</p> <p>Apoia braços fixo com formato de “T”, com parte estrutural e parte do</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>apoio dos braços injetados em nylon. Fixação em 3 pontos através de suporte triangular e parafusos com rosca m6”.</p> <p>Medidas: Largura de apóia-braços 70 mm e comprimento de 260 mm (tolerância de 5% para + ou -).</p> <p>Revestimentos em tecido crepe, com os ensaios ANT NBR/13538/1995 de Laudo da Análise Quantitativa de fibras têxteis, resultado 100%, Laudo da Identificação de fibras têxteis, Laudo da Massa por unidade de área, Laudo do Comportamento à queima – Propensão a ignição na vertical, ABNT NBR 9442/1986 Laudo de Determinação do índice de propagação superficial de chama, resultado 1, classe A, ISSO 6941:2003 Laudo do Comportamento à queima – Propagação de chama na vertical, resultado queima a 30°da borda, não houve propagação, resultado queima a 90°da borda, não houve propagação, ANBT NBR 10591/2008 Laudo determinação da gramatura de superfícies têxteis, Laudo de ensaio físico – Solidez da cor à fabricação, Laudo de ensaio de repelência a</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>óleos, Laudo de ensaio de resistência ao rasgo e á abrasão de tecidos, Laudo de ensaio de Inflamabilidade vertical de tecidos, Laudo de ensaio de permeabilidade a água.</p> <p>O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial</p> <p>Certificado de regularidade do IBAMA;</p> <p>Certificado da Norma Regulamentadora NR17;</p> <p>Declaração da Abergó/ CREA da empresa e do engenheiro/RG do Engenheiro</p> <p>Certificado da Norma NBR16031;</p> <p>Madeira: Certificado FSC em nome do fabricante;</p> <p>Termo de garantia: 05 anos</p> <p>Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e os mesmos devem acompanhar a proposta.</p>			
TOTAL GERAL DO CONTRATO		R\$ 140.638,00	

Subcláusula Única - Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame.

DA OBRIGAÇÃO DE MONTAGEM DOS MÓVEIS

CLÁUSULA SEGUNDA – Quanto à obrigação de montagem dos móveis, constitui obrigação da **CONTRATADA** a MONTAGEM DE TODOS OS MÓVEIS, salvo aqueles que o CONTRATANTE dispensar, na forma definida na Cláusula Décima, inciso II, deste instrumento e no inciso III, do item 11.2, do Capítulo 11 do termo de referência respectivo.

DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA

CLÁUSULA TERCEIRA – Quanto à assistência técnica dos materiais objeto deste Contrato, deverão ser observadas as seguintes condições:

Subcláusula Primeira – A **CONTRATADA** deverá prestar **ASSISTÊNCIA TÉCNICA** aos móveis fornecidos, durante o período de garantia de 5 (cinco) anos para todos os móveis, exceto para os itens 17 e 22, cujo período de garantia é de 2 (dois) anos, observadas as regras definidas na Cláusula Décima, inciso VI, deste instrumento e no inciso VII do item 11.2 do Capítulo 11 do termo de referência respectivo.

Subcláusula Segunda – O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Patrimônio - SEPAT deste TRE-RO.

DO LOCAL DE ENTREGA

CLÁUSULA QUARTA - Os materiais, estando de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, deverão ser entregues em dia úteis, no horário comercial, na Seção de Patrimônio do TRE-RO, na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, Porto Velho/RO - CEP: 76.805-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

901, agendamento pelo telefone (69) 3211-2013, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da Nota de Empenho.

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, *caput* e § 3º, da Lei n. 8.666/93)

CLÁUSULA QUINTA - Este Contrato terá vigência de 90 (noventa) dias, a contar de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, período necessário para cobrir as etapas de recebimento do objeto e pagamento.

Subcláusula Primeira – A CONTRATADA, após o recebimento da nota de empenho, deverá entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Subcláusula Segunda – O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que de forma justificativa observados o art. 57, § 1º da Lei n. 8.666/93 e o procedimento estabelecido no TR.

Subcláusula Terceira – Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar a contratação.

Subcláusula Quarta – Por se tratar de contrato de escopo, de execução (fornecimento) imediata, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

Subcláusula Quinta – Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d", da Lei n. 8.666/93.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei n. 8.666/1993)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SEXTA – O valor total deste Contrato é de **R\$ 140.638,00** (cento e quarenta mil seiscientos e trinta e oito reais), conforme abaixo demonstrado e conforme proposta da CONTRATADA:

LOTE -02 - CADEIRAS				
Item	Descrição	Qtd.	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
18	Poltrona Giratória, Espaldar Alto	30	1.168,50	35.055,00
19	Poltrona Giratória, Espaldar Médio	50	1.121,00	56.050,00
20	Cadeira sobre Longarinas, de 3 lugares	22	2.251,50	49.533,00
Total Geral do Contrato – R\$			140.638,00	

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos e indiretos decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral com Programa de Trabalho n. 02122057020GP0011 e Natureza da Despesa n. 44.90.52-42, conforme Nota de Empenho n. 2019NE000834 (evento [0475987](#)), de 08/11/2019 e 2019NE000888 (evento [0480799](#)), de 22/11/2019, conforme detalhamento a seguir:

CATEGORIA DA PROGRAMAÇÃO: MANUTENÇÃO GERAL

AGREGADOR: REAPARELHAMENTO

DESPESA AGREGADA: OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS

NATUREZA DA DESPESA: 449052.42 – MOBILIÁRIO EM GERAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO PAGAMENTO

(Artigo 55, III, da Lei n. 8.666/1993)

CLÁUSULA SÉTIMA - O pagamento do objeto do presente ajuste será efetuado através de ordem bancária ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo a ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pelo Chefe da Seção de Patrimônio neste Tribunal.

Subcláusula Primeira – Nos pagamentos serão aplicadas as retenções legais de competência deste Regional.

Subcláusula Segunda - É condição para pagamento a situação de regularidade perante à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Justiça Trabalhista.

Subcláusula Terceira – Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura CONTRATADA.

Subcláusula Quarta - Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal ou nos demais documentos apresentados, ou havendo, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, os documentos serão devolvidos à CONTRATADA e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras notificadas pelo CONTRATANTE, no prazo estabelecido. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

Subcláusula Quinta - Verificada a irregular situação fiscal da CONTRATADA, incluindo a seguridade social, o CONTRATANTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

notificará a CONTRATADA para regularizar sua situação, dando-lhe o prazo que entender necessário para a regularização, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas caso persista, de forma injustificada, a irregularidade apresentada.

Subcláusula Sexta – No caso de irregularidade fiscal, poderá a CONTRATADA receber o respectivo pagamento, desde que com autorização prévia da autoridade máxima do CONTRATANTE, acompanhada das devidas justificativas.

Subcláusula Sétima - Caso a CONTRATADA não regularize a pendência fiscal ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n.º 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

Subcláusula Oitava - Poderá o gestor sugerir o pagamento da nota fiscal com retenção dos valores relativos a essas obrigações, devendo fundamentar o ato.

Subcláusula Nona - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Subcláusula Décima - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada contratualmente.

Subcláusula Décima Primeira - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

Subcláusula Décima Segunda - A compensação financeira prevista na Subcláusula anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

(Artigo 67 da Lei 8666/93)

CLÁUSULA OITAVA – No TRE-RO, a Gestão deste Contrato ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP e a Fiscalização do contrato ficará a cargo do titular da Seção de Patrimônio - SEPAT, ou por seus substitutos, nas suas ausências, aos quais competem observar as normas impostas pela Lei n. 8666/93 e Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

Subcláusula Única – A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução do Contrato não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 55, VII, da Lei n. 8.666/1993)

CLÁUSULA NONA – Além de observar e cumprir as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e neste Contrato, obriga-se a Administração a:

I - Requisitar o fornecimento dos materiais somente após a assinatura do Contrato com a compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

II - Acompanhar e fiscalizar - por seus agentes - os aspectos quantitativo e qualitativo, os quais anotarão em registro próprio as falhas detectadas e comunicarão à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

III - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;

IV - Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto do contrato e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;

VI - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;

VII - Receber de forma provisória os bens, no ato da entrega, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE-RO. O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação;

VIII – Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste termo de referência e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE-RO.

IX - Nos termos do art. 29, § 3º, II, “b”, da IN n. 004/2008 deste TRE-RO, para valores acima da modalidade convite, o recebimento definitivo será feito por Comissão designada pelo Presidente do TRE-RO;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE-RO, no qual explicitará a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado, observando os procedimentos a seguir:

- a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;
- b) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores ao solicitado neste Termo de Referência; e
- c) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

XI - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos;

XII - Notificar a CONTRATADA em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas neste contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade; e

XIII - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas a este contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei n. 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA - Além de observar e cumprir preços, prazos, condições e as demais obrigações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e anexos e no Contrato, obriga-se a CONTRATADA a:

I - Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, observando as seguintes regras:

- a) O material solicitado deverá ser entregue e montado no endereço indicado na Cláusula Quarta deste instrumento e no item 2.4 do Termo de Referência; e
- b) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Patrimônio do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - MONTAR OS MÓVEIS no prazo definido em comum acordo com a fiscalização em razão da quantidade de itens do fornecimento - ou na falta dele, no prazo definido pela fiscalização do Contrato, observando os procedimentos a seguir:

a) A CONTRATADA deverá disponibilizar todo o pessoal responsável pela montagem, sem qualquer custo adicional porque já previsto no preço final dos móveis;

b) A CONTRATADA deverá fornecer ao CONTRATANTE, previamente ao início dos serviços, o nome de todas as pessoas que executarão a montagem do mobiliário para a devida autorização de ingresso nas dependências do Tribunal;

c) A fiscalização do contrato poderá exigir a correção dos serviços de montagem sempre que estiverem em desacordo com técnica adequada a sua destinação; e

d) A critério do CONTRATANTE, poderá ser dispensada a montagem de algum mobiliário na entrega, podendo ser exigida a montagem em fase posterior.

III - Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

IV - Recolher, mediante agendamento, às suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição:

a) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, o CONTRATANTE se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados; e

b) Na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da CONTRATADA.

V - Apresentar os eventuais pedidos de prorrogação do prazo de entrega/execução de serviços dentro dos prazos inicialmente definidos para o cumprimento dessas obrigações, observando os procedimentos a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Os pedidos deverão ser encaminhados à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos; e
- b) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008- TRE-RO.

VI - Prestar **garantia e assistência técnica**, pelo período de 05 (cinco) anos, de acordo com o termo de referência, o edital, o contrato e a proposta de preços ofertada no certame licitatório:

- a) A CONTRATADA deverá entregar, juntamente com cada item ou lote de material adquirido, o respectivo certificado de garantia nas condições exigidas neste Contrato e no termo de referência;
- b) Durante todo o período de garantia a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica ao mobiliário fornecido, nos termos da legislação aplicável aos direitos do consumidor e do certificado de garantia (no que não conflitar com as regras fixadas neste Contrato, no TR e em sua proposta);
- c) A CONTRATADA deverá informar canal de contato para abertura de chamado para assistência técnica, que deverá ser, preferencialmente, via telefone (chamada 0800 ou local), ou outro meio que possibilite o registro de número de protocolo de atendimento, com a respectiva data de registro;
- d) O prazo para atendimento aos chamados para prestação de assistência técnica será de:
 - d1) 3 (três) dias úteis, no caso de atendimentos a serem realizados em Porto Velho, Estado de Rondônia; e,
 - d2) 5 (cinco) dias úteis, no caso de atendimento a serem realizados em municípios do Interior do Estado.

VII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto do Contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Cláusula Sexta deste instrumento, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

VIII - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE e prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

IX - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

X - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

XI - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XII - Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como, com todas as condições de habilitação e com a qualificação exigidas na licitação, incluindo regularidade perante o SICAF, à Fazenda Federal, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), ao Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho, apresentando as comprovações juntamente com a nota fiscal, e sempre que solicitado;

XIII Comunicar, por escrito e imediatamente ao TRE-RO, na vigência do Contrato, a ocorrência de contratação de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

XIV - Responsabilizar-se por todos os impostos, seguros, taxas, encargos sociais e obrigações trabalhistas, previdenciárias e civis, bem como despesas com transportes e alimentação decorrentes do objeto do Contrato;
e

XV - Informar imediatamente à fiscalização qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução dos serviços para a adoção das medidas cabíveis.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93 e Art. 7º da Lei 10.520/02)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e seus anexos, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estabelecidas nas Leis n. 10.520/02 e n. 8.666/93, e neste instrumento, e conforme segue:

Subcláusula Primeira - O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega, montagem e substituição dos móveis recusados:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues, montados ou substituídos;
- b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Atraso nos prazos de prestação de assistência técnica:

- a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 05 (cinco) dias úteis, aplicada sobre o valor total do contrato;
- b) a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

- a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;
- c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

Subcláusula Segunda - Poderão ser aplicadas à CONTRATADA, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes penalidades:

a) advertência;

b) multa sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas no TR, nos seguintes termos:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contato, no caso de recusa em assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;

b4) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de não emissão de documento, imprescindível ao pagamento;

b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, caso negue-se a fornecer a integralidade os bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Subcláusula Terceira - Nas condutas de inexecução parcial do Contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida no termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

Subcláusula Quarta – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/02 e do artigo 28 do Decreto n. 5.450/2005, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, a LICITANTE que:

- a) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato;
- b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar na execução do contrato;
- g) Fraudar na execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Cometer fraude fiscal; e
- j) Fizer declaração falsa

Subcláusula Quinta - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.

Subcláusula Sexta - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

Subcláusula Sétima – Conforme art. 77 da Lei n. 8.666/93, caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei n. 8.666/93;

Subcláusula Oitava - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Subcláusula Nona - A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

Subcláusula Décima - Quando o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei n. 6.830/80**).

Subcláusula Décima Primeira - Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

Subcláusula Décima Segunda - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02).

Subcláusula Décima Terceira - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

Subcláusula Décima Quarta - As multas não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

Subcláusula Décima Quinta - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE-RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

Subcláusula Décima Sexta – Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

Subcláusula Décima Sétima – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Subcláusula Décima Oitava - O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

Subcláusula Décima Nona - Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008/TRE-RO.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos e multas que resultarem da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

paralisação dos serviços e às demais consequências previstas na Seção “Das Penalidades” deste instrumento.

Subcláusula Primeira - A rescisão contratual poderá ser:

I – Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei n. 8.666/93 e demais hipóteses aplicáveis a esta contratação;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nestes autos, desde que haja conveniência da Administração; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência do contrato, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Este Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei n. 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei n. 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral deste Contrato que aumente os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento de contrato e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

(Artigo 55, XII, da Lei n. 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto nas Leis n. 8.666/1993 e n. 10.520/2002, nos Decretos Federais n. 3555/2000, n. 5.450/2005 e no Decreto n. 7.892/2013, com as suas alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018, na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 5/2014, no Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e na Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, e, de forma subsidiária, nas Leis n. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e n. 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), e nas decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Subcláusula Única - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei n. 8.666/93.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei n. 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 02 de dezembro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pela CONTRATANTE	FÁBIO ANDRÉ MASSOC Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: 812.434.482-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **FABIO ANDRÉ MASSOCHINI, Usuário Externo**, em 04/12/2019, às 09:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 04/12/2019, às 12:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 04/12/2019, às 13:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 04/12/2019, às 13:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0483090** e o código CRC **13152D81**.

0001443-60.2019.6.22.8000

0483090v6

Criado por 006007062364, versão 6 por 006007062364 em 02/12/2019 14:23:34.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 81 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 71 - PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, Incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002, nos incisos I, III, V e no § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013 e Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO, elaboramos o presente Termo de Referência com vistas à formação de Registro de Preços, por meio de pregão eletrônico, e eventual aquisição de material permanente - **MOBILIÁRIO**- com o objetivo de suprir as necessidades das zonas eleitorais - do interior e da Capital - e demais unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

2 - DO OBJETO

Eventual aquisição de material permanente – **MOBILIÁRIO** - com o objetivo de suprir as necessidades das zonas eleitorais - do interior e da Capital - e demais unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, conforme especificado no quadro a seguir:

IT E	ESPECIFICAÇÃO	QUANT IDADE	VAL OR	VALO R
---------	---------------	----------------	-----------	-----------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

M			UNI TÁR IO	TOTA L
LOTE 1 - MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO				
0 1	<p>ARMARIO SUSPENSO. DIMENSÕES: 800 X 340 X 400 (LXPXH).</p> <p>CATMAT 257364</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p>Armário suspenso com porta basculante, medidas: Largura 800 mm X Profundidade 340 mm X Altura 400 mm, Tampo superior e inferior em chapa de aço com espessura de 0,9mm pintado em epóxi pelo processo eletrostático e curado em estufa, Laterais em MDP 18 mm de espessura, <i>revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces</i>, divisória interna em chapa de aço dobrada com espessura de 1,20mm com regulagem de altura. Tampa frontal em chapa de aço dobrada com espessura de 1,20mm, com abertura basculante para melhor resistência mecânica. O movimento de giro para abrir e fechar, através de uma mola aspiral de força constante com alto limite de elasticidade, grande resistência e alto limite de fadiga, confeccionada de aço carbono acoplada em um conjunto cilíndrico de polipropileno com 08 tipos de encaixes para tensionamento das molas e que torna sua abertura semi-automática. Sua segurança é proporcionada pela fechadura com click e giro para sua abertura. Fixação na parede (alvenaria ou drywall) com parafuso auto atarraxante cabeça panela com fenda philips 4,8X45mm com fabricação Aço Carbono, zincado branco e buchas de parede S8 fabricado em Nylon, através de um perfil de alumínio extrudado, com orifício de encaixe medindo 750x60x11,5mm, e distanciadores em chapa de aço SAE 1010/1020 na espessura #16 (1,5mm) de que permite seu preciso alinhamento. <i>Variação máxima de 5% nas dimensões. O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no</i></p>	2	1.025,67	2.051,34

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos. A critério do pregoeiro e equipe de apoio, poderá ser solicitado amostra para este item com prazo de 07 dias úteis após a convocação.</p>			
$\frac{0}{2}$	<p>ARMÁRIO BAIXO. DIMENSÕES: 800 X 470 X 740 MM (LXPXH).</p> <p>CATMAT 458114</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p><i>Tampo: constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Corpo e portas: constituído em MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Portas altas de giro com abertura de 110°. Fechadura com travamento superior Puxadores do tipo Zamak niquelado redondo com forma côncava com aproximadamente 130 mm de comprimento. Internamente com 01 prateleira regulável, constituído</i></p>	<u>10</u>	$\frac{1.429,}{44}$	$\frac{14.294,}{40}$



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

em MDP Preto de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Base: Rodapé em tubo de aço seção retangular de 60x30mm com espessura de 1,5mm, fosfatizado através de 09 banhos de imersão, pintado em epóxi pelo sistema eletrostático curado em estufa com sapatas reguladoras de nível parafuso M8, rosca métrica e sapatas tipo roseta em nylon injetado. O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13961/2010; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos			
$\frac{0}{3}$	<p>ARMÁRIO MÉDIO PORTA DE CORRER. DIMENSÕES: 800 X 470 X 1050 MM (LXPXH).</p> <p>CATMAT 387977</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p><i>Tampo: constituído em MDP de 25 mm de espessura</i>, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Corpo e portas: <i>constituído em MDP de 18 mm de espessura</i>, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Portas de correr em trilhos em poliestireno injetado de alto impacto. Fechadura com travamento superior Puxadores embutidos em ABS. Internamente 01 divisao vertical e 02 prateleira regulável de cada lado <i>constituído em MDP Preto de 18 mm de espessura</i>, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Base: Rodapé em tubo de aço seção retangular de 60x30mm com espessura de 1,5mm, fosfatizado através de 09 banhos de imersão, pintado em epóxi pelo sistema eletrostático curado em estufa com sapatas reguladoras de nível parafuso M8, rosca métrica e sapatas tipo roseta em nylon injetado. <i>O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em</i></p>	30	1.429,44	42.883,20



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13961/2010; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos</p>			
04	<p>ARMÁRIO ALTO. DIMENSÕES: 800 X 470 X 1640 MM (LXPXH).</p> <p>CATMAT 445565</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p>	30	1.686,45	50.593,50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Tampo: constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Corpo e portas: constituído em MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Portas altas de giro com abertura de 110°. Fechadura com travamento superior Puxadores do tipo Zamak niquelado redondo com forma côncava com aproximadamente 130 mm de comprimento. Internamente com 03 prateleira regulável, constituído em MDP Preto de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Base: Rodapé em tubo de aço seção retangular de 60x30mm com espessura de 1,5mm, fosfatizado através de 09 banhos de imersão, pintado em epóxi pelo sistema eletrostático curado em estufa com sapatas reguladoras de nível parafuso M8, rosca métrica e sapatas tipo roseta em nylon injetado. O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13961/2010; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –</p>			
---	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
05	<p>ARMÁRIO ALTO PORTA BAIXA(MISTO). DIMENSÕES: 800 X 470 X 1640 MM (LXPXH). CATMAT 245103</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p><i>Tampo: constituído em MDF/MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 2mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Corpo: constituído em MDF/MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 2mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, a união dos componentes do corpo dos armários é feita</i></p>	10	1.477,00	14.770,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

por tambores e parafusos do tipo minifix com tampas de acabamento na cor do melaminico. Portas baixas de giro com abertura minima de 110°. Fechadura com travamento superior, com chave escamotiável. Puxadores do tipo Zamak niquelado redondo com forma côncava com aproximadamente 130 mm de comprimento. Parte inferior com uma prateleira interna e parte superior com duas prateleiras reguláveis através de pinos de aço, *constituído em MDF/MDP de 18mm de espessura*, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 2mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Base: Rodapé em tubo de aço seção retangular de 60x30mm, com espessura mínima de 1,2mm, fosfatizado através de 09 banhos de imersão, pintado em epóxi pelo sistema eletrostático curado em estufa com sapatas reguladoras de nível parafuso M8, rosca métrica e sapatas tipo roseta em nylon injetado. *O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial:* Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13961/2010; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
06	<p>ARMÁRIO EXTRA ALTO. DIMENSÕES: 800 X 470 X 2100 MM (LXPXH).</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p>CATMAT 392758</p> <p><i>Tampo: constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Corpo e portas: constituído em MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Portas altas de giro com abertura de 110°. Fechadura com travamento superior. Puxadores do tipo Zamak niquelado redondo com forma côncava com aproximadamente 130 mm de comprimento. Internamente com 04 prateleira regulável e 01 fixa, constituído em MDP Preto de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Base: Rodapé em tubo de aço seção retangular de 60x30mm com espessura de 1,5mm,</i></p>	20	1.999,50	39.990,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fosfatizado através de 09 banhos de imersão, pintado em epóxi pelo sistema eletrostático curado em estufa com sapatas reguladoras de nível parafuso M8, rosca métrica e sapatas tipo roseta em nylon injetado. *O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial:* Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13961/2010; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	um período mínimo de 05 (cinco) anos.			
07	<p>GAVETEIRO VOLANTE COM 4 GAVETAS. DIMENSÕES: 400 X 470 X 620 (LXPXH).</p> <p>CATMAT 446442</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p><i>Tampo: constituído em MDF/MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 2mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Corpo: constituído em MDF/MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, com bordas em PVC de 2mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt. Gavetas confeccionadas em chapa de aço #24 (0,60 mm) de espessura (mínimo), dobrada e soldada através de eletro-fusão, com deslizamento suave sobre corrediças em aço, roldanas em nylon e eixos em aço. Frente das gavetas em madeira MDF/MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Puxadores do tipo Zamak niquelado redondo com forma côncava com aproximadamente 130 mm de comprimento. Acabamento das bordas em fita de PVC colada a quente pelo sistema holt-melt. Fechadura com fechamento simultâneo das gavetas, com 02 chaves dobráveis. Com 04 rodízios. Olicitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando</i></p>	20	862,67	17.25 3,40

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13961/2010; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
08	<p>MESA RETA: 800X 600 X 740 MM (LXPXH).</p> <p>CATMAT 396626</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p><i>Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Dotadas com 02</i></p>	30	620,36	18.610,80



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*passa cabos diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto. Painel frontal em madeira MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. Painel frontal fixado às estruturas laterais da mesa através de rebites de repuxo de aço e parafusos de aço e buchas metálicas. Uma calha estrutural para passagem de fiação sob o tampo, permitindo o acesso a todo cabeamento de energia, lógico e telefônico, em chapa de aço #16 de espessura, com quatro pontos para instalação de tomadas de energia (conforme novo padrão brasileiro de plugues e tomadas) e quatro pontos para instalação de tomadas tipo RJ e 01 divisor de cabos. Dois pés laterais em aço, cada pé composto de: Duas colunas verticais em chapa de aço #18 medindo 668,5x62x40, R20 na parte externa da coluna. Uma pata inferior estampada em chapa de aço #16 medindo 580x73x25 mm com suporte para sapatas niveladoras com rosca M8. Entre as colunas verticais deverá haver duas tampas sacáveis em aço chapa #20, medindo 635x118x20mm. Ambas tampas sacáveis deverão proporcionar na parte inferior e superior passagem para subida e descida de cabos. A parte superior da estrutura será em chapa de aço #14 formato “U” medindo 480x43x15mm. Todas as peças deverá receber tratamento de fosfização (fosfato de zinco) por imersão, a pintura será no sistema de eletrotástico epóxi. *O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial:* Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13966/2008; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
09	<p>MESA RETA DIMENSÕES: 1000 X 600 X 740 MM (LXPXH).</p> <p>CATMAT 237500</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p><i>Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Dotadas com 02 passa cabos diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto. Painel frontal em madeira MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as</i></p>	30	615,00	18.450,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

faces. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. Pannel frontal fixado às estruturas laterais da mesa através de rebites de repuxo de aço e parafusos de aço e buchas metálicas. Uma calha estrutural para passagem de fiação sob o tampo, permitindo o acesso a todo cabeamento de energia, lógico e telefônico, em chapa de aço #16 de espessura, com quatro pontos para instalação de tomadas de energia (conforme novo padrão brasileiro de plugues e tomadas) e quatro pontos para instalação de tomadas tipo RJ e 01 divisor de cabos. Dois pés laterais em aço, cada pé composto de: Duas colunas verticais em chapa de aço #18 medindo 668,5x62x40, R20 na parte externa da coluna. Uma pata inferior estampada em chapa de aço #16 medindo 580x73x25 mm com suporte para sapatas niveladoras com rosca M8. Entre as colunas verticais deverá haver duas tampas sacáveis em aço chapa #20, medindo 635x118x20mm. Ambas tampas sacáveis deverão proporcionar na parte inferior e superior passagem para subida e decida de cabos. A parte superior da estrutura será em chapa de aço #14 formato “U” medindo 480x43x15mm. Todas as peças deverá receber tratamento de fostização(fosfato de zinco) por imersão, a pintura será no sistema de eletrotástico epóxi. *O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial:* Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13966/2008; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
1 0	<p>MESA RETA DIMENSÕES: 1200 X 600 X 740 MM (LXPXH).</p> <p>CATMAT 443519</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p><i>Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Dotadas com 02 passa cabos diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto. Painel frontal em madeira MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. Painel frontal fixado às estruturas laterais da mesa através de rebites de repuxo</i></p>	30	949,37	28.48 1,10



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de aço e parafusos de aço e buchas metálicas. Uma calha estrutural para passagem de fiação sob o tampo, permitindo o acesso a todo cabeamento de energia, lógico e telefônico, em chapa de aço #16 de espessura, com quatro pontos para instalação de tomadas de energia (conforme novo padrão brasileiro de plugues e tomadas) e quatro pontos para instalação de tomadas tipo RJ e 01 divisor de cabos. Dois pés laterais em aço, cada pé composto de: Duas colunas verticais em chapa de aço #18 medindo 668,5x62x40, R20 na parte externa da coluna. Uma pata inferior estampada em chapa de aço #16 medindo 580x73x25 mm com suporte para sapatas niveladoras com rosca M8. Entre as colunas verticais deverá haver duas tampas sacáveis em aço chapa #20, medindo 635x118x20mm. Ambas tampas sacáveis deverão proporcionar na parte inferior e superior passagem para subida e descida de cabos. A parte superior da estrutura será em chapa de aço #14 formato “U” medindo 480x43x15mm. Todas as peças deverá receber tratamento de fosfização (fosfato de zinco) por imersão, a pintura será no sistema de eletrotástico epóxi. *O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial:* Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13966/2008; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
1 1	<p>MESA EM “L” DIMENSÕES: 1400 X 600 X 1400 X 600 X 740 MM (LXPXLXPXH).</p> <p>CATMAT 392784</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p>Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm.</p> <p>Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Dotadas com 03 passa cabos diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto. Painel frontal em madeira MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. Painel frontal fixado às estruturas laterais da mesa através de rebites de repuxo de aço e parafusos de aço e buchas metálicas. Duas calhas estruturais para passagem de fiação sob o tampo, permitindo o acesso a todo cabeamento de energia, lógico e telefônico, em chapa de aço #16 de</p>	30	1.247,00	37.410,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>espessura, com quatro pontos para instalação de tomadas de energia (conforme novo padrão brasileiro de plugues e tomadas) e quatro pontos para instalação de tomadas tipo RJ e 01 divisor de cabos. Dois pés laterais em aço, cada pé composto de: Duas colunas verticais em chapa de aço #18 medindo 668,5x62x40, R20 na parte externa da coluna. Uma pata inferior estampada em chapa de aço #16 medindo 580x73x25 mm com suporte para sapatas niveladoras com rosca M8. Entre as colunas verticais deverá haver duas tampas sacáveis em aço chapa #20, medindo 635x118x20mm. Ambas tampas sacáveis deverão proporcionar na parte inferior e superior passagem para subida e descida de cabos. A parte superior da estrutura será em chapa de aço #14 formato “U” medindo 480x43x15mm. Uma coluna de canto sextavada em chapa de aço fino frio 1.2mm de espessura medindo 80x80x715mm com tampa interna sacável em aço chapa #22 medindo 550x61x20mm com sistema de fixação com suporte de cremalheiras. Tampa sacável deverá proporcionar na parte inferior e superior passagem para subida e descida de cabos. Regulador de altura M8x25 sextavado. Todas as peças deverá receber tratamento de fosfização (fosfato de zinco) por imersão, a pintura será no sistema de eletrotástico epóxi. O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13966/2008; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela</p>			
---	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
1 2	<p>ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO GOTA EXECUTIVA, 2100X1650X600X600X740MM. CATMAT 150056</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p>Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Dotadas com 03 passa cabos diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto e 02 canaletas horizontais de fiação em chapa de aço, fosfatada através de 09 banhos de imersão, pintada em epóxi pelo sistema eletrostático e curada em estufa, permitindo a passagem da fiação em 02 dutos independentes para elétrica e lógica/ telefonia. Sustentação do tampo pelas extremidades</p>	20	4.902,00	98.040,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>por 01 par de mãos francesas, em alumínio fundido com tratamento desengraxantepaikor, pintada em epóxi na cor (a definir) pelo sistema eletrostático e curado em estufa, de formato arredondado, acoplada à coluna estrutural através de parafuso sextavado interno (allen) e porca prismática e às superfícies, através de buchas metálicas e parafusos M6 rosca métrica. 01– Conexão dupla medindo 1200x600 mm, Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Sustentadas através de mãos francesas simples e/ou duplas acopladas às colunas. 01– Anexo gota medindo 1500x600x150mm, Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Sustentadas através de mãos francesas simples e/ou duplas acopladas às colunas. 02 - Painel estrutural, suspenso do piso 365 mm, constituído em madeira MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro.. Acoplado à coluna estrutural através de sistema Minifix. 03 - Coluna estrutural em alumínio extrudado medindo Ø 90x 740 mm, com tratamento desengraxantepaikor, pintado em epóxi na cor (a definir) pelo sistema eletrostático e curado em estufa, diâmetro de 90 mm, divididas em Oito (8) canaletas verticais com angulações de 45°, permitindo o acoplamento das superfícies de trabalho e painéis divisórios. Acabamento superior e inferior em poliestireno injetado de alto impacto, diâmetro de 95 mm. Sapata reguladora de nível com base em</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>poliestireno injetado de alto impacto, diâmetro de 80 mm e parafuso M8 rosca métrica. 03 - Pé estabilizador, em alumínio fundido de formato arredondado, com tratamento desengraxante paikor, pintada em epóxi na cor (a definir) pelo sistema eletrostático curado em estufa, acoplada à coluna estrutural através de parafuso sextavado interno (allen) e porca quadrada (prisma) com rosca M6 métrica. Sapata reguladora de nível em poliestireno injetado de alto impacto, diâmetro de 80 mm e parafuso M8 rosca métrica. O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13966/2008; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes</p>			
--	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.			
1 3	<p>MESA DE REUNIÃO EXECUTIVA. DIMENSÕES 2700 X 1200 X 740CM.</p> <p>CATMAT 399162</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p>Mesa de reunião executiva ovalizada, medindo 2700x1200x740mm. Tampo bipartido duplo com 43mm de espessura, medindo 2700x1200mm, sendo o tampo inferior em MDF 25 mm de espessura com acabamento em resina poliuretana na cor preto e bordas frontais chanfradas e sobretampo externo em MDF de 18 mm de espessura, revestido em melaminico madeirado e sobretampo interno em MDF 18 mm de espessura com acabamento em resina poliuretana na cor preto, dotado de duas tampa basculante dupla com abertura ascendente para fácil manuseio e acesso ao espelho de tomadas, confeccionada em MDF com 25mm de espessura pintado em ambas as faces com tinta pulbr/ 30 ou similar com acabamento goffrato ou similar, resistente a riscos e produtos de limpeza, com textura uniforme de aspecto final fosco, borda frontal semi-chanfrada com o mesmo acabamento das faces, cada tampa basculante medindo 400x194mm, sistema de abertura composto de bucha dobradiça diâmetro 1/2x16mm encaixada na tampa basculante e dobradiça em aço chapa #14 medindo 30x65x24mm com sistema de apoio para tampa basculante fixada ao tampo central através de parafusos especiais para madeira. Duas calhas estruturais de fiação dupla em aço chapa #20 medindo 1400x240x140mm com dois espelhos de tomadas em aço chapa #20 medindo 418x98mm cada, com três pontos para instalação de tomadas de energia (conforme novo padrão brasileiro de plugues e tomadas) e três pontos para instalação de tomadas tipo RJ. Sistema de fixação do tampo na estrutura através de bucha e parafuso com rosca milimétrica, facilitando</p>	5	1.966,0 0	9.830 ,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>a montagem e desmontagem da mesa sem danificar o produto. Estruturada através de 03 base tubular com formato elíptico em aço com tratamento antiferruginoso pintado com tinta epóxi em pó, pelo sistema eletrostático (confeccionada em chapa SAE 1010/1020 com o revestimento externo com chapa na bitola #18 dobrada e calandrada em forma elíptica e com chapa para fechamento inferior e superior na bitola #16.Furos para passagem de fiação no diâmetro de 60 m/m na parte inferior e superior do lado interno e no fechamento superior .Na parte superior da estrutura deve conter 2 suportes de aço SAE 1010/1020 Soldados por solda Mig para fixação na parte inferior do tampo). Dotado de sapatas reguladoras e antiderrapantes para uma eventual desnível do piso. <i>O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial:</i> Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13966/2008; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais</p>			
--	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
1 4	<p>BALCÃO RETO. DIMENSÕES: 1400 X 700 X 1100 MM (LXPXH).</p> <p>CATMAT 150049</p> <p>(Variação máxima de 5% nas medidas para Mais ou para Menos).</p> <p>Tampo constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Dotadas com 02 passa cabos diâmetro de 60 mm em poliestireno injetado de alto impacto. Pannel frontal até o piso em madeira MDP de 18 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces. Bordas com acabamento em fita de PVC de 1 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt, em todo seu perímetro. Pannel frontal até o piso fixado às estruturas laterais da mesa através de rebites de repuxo de aço e parafusos de aço e buchas metálicas. Uma calha para passagem de fiação sob o tampo, permitindo o acesso a todo cabeamento de energia, lógico e telefônico, em chapa de aço #16 de espessura, com quatro pontos para instalação de tomadas de energia (conforme novo padrão brasileiro de plugues e tomadas) e quatro pontos para instalação de tomadas tipo RJ e 01 divisor de cabos. Tampo balcão medindo 1400x300mm constituído em MDP de 25 mm de espessura, revestida</p>	05	1.576,0 0	7.880 ,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 3 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm. Bordas transversais com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro. Dois pés laterais em MDP de 25 mm de espessura, revestida em laminado melamínico de baixa pressão texturizado em ambas as faces, borda frontal e posterior com acabamento em fita de PVC de 2 mm de espessura, colada a quente pelo sistema holt-melt em todo seu perímetro, com raio mínimo de 2,5 mm, com 02 reguladores de altura. O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia); Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13966/2008; Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo Inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com</p>			
--	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.</p>			
1 5	<p>MESA TIPO APARADOR, DIMENSÕES : 2000X400X740 MM (LXPXA)</p> <p>CATMAT 436772</p> <p>Podendo ter variação de 2 cm para mais ou para menos, a ser definida quando da solicitação do fornecimento. Composta por tampo e pés em painéis em MDP/MDF com no mínimo 25 mm de espessura com acabamento total em Fita de borda de PVC com 1 mm de espessura. painel frontal no mesmo padrão do tampo, com no mínimo 18 mm de espessura com acabamento total em Fita de borda de PVC com 1 mm de espessura. Fixação entre os pés de mesas e o tampo é feita com buchas de aço, insertadas na madeira com rosca M6 para maior fixação e acabamento. Travessa frontal no mesmo padrão do tampo, com no mínimo 18 mm de espessura. Pés com sistema de regulagem de altura que possibilite o nivelamento com o piso. Os painéis e tampos deverão possuir, em toda a extensão de suas superfícies, espessura correspondente à prevista na descrição, não se admitindo apenas o adensamento de seus contornos e acabamentos. Indicar na proposta marca e modelo e apresentar prospecto do fabricante do mobiliário ou desenhoteécnico.O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue; Certificado de Regularidade no CadastroTécnicoFederaldoInstitutoBrasileirodoMeioAmbienteed dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante; Garantia mínima de 5 anos.</p>	3	1.624,00	4.872,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1 6	<p>MESA COM TAMPO REBATÍVEL : 2000X950X900MM (LXPXA)</p> <p>CATMAT 150056</p> <p>A mesa é constituída de um tampo em MDP (MediumDensityParticleboard) na cor tabaco, todo revestido com fita de borda em ABS (Acrilonitrilo-Butadieno-Estireno) 2mm de espessura fixada a borda da superfície por meio de adesivo hot melt. O tampo terá faceando a parte superior, 2 (duas) réguas de tomadas contendo 5 (cinco) tomadas de 20 amperes em cada uma, essas réguas são compostas por um espelho em chapa de aço SAE 1010/1020 de bitola nº16 (1,52mm) no formato Retangular medindo 316mm x 50mm x 1,52mm (CXLXA) contendo cinco furos quadrados equidistantes para a fixação das tomadas. Fixado a esse espelho por meio de solda, tem o corpo da régua também em chapa de aço SAE 1010/1020 porem com bitola nº18 (1,21mm) dobrada em formato “C” 296mm x 40mm x 13mm (CXLXA) contendo duas orelhas dobradas em suas extremidades com repuxo M6. Acompanhando cada espelho, são usadas duas contra chapas dobradas em forma de “U” com abas laterais medindo aproximadamente 68 mm x 21mm x 10 mm (CXLXA) em aço SAE 1010/1020 bitola nº18 (1,21mm) possuindo um furo central servindo de elemento de fixação do tipo sanduiche das réguas de tomadas ao tampo da mesa. Todas as tomadas deverão ser ligadas em paralelo e conectadas a um cabo de “3 x 2,50mm 0,6/1KV C5PUC/A+ST1 NBR7288” com 3 (três) metros de comprimento e com uma tomada macho de 3 pinos 20 amperes conectado a ponta do cabo. Na outra extremidade, ligado nas tomadas, deverá ser conectado outro cabo com 1m (um metro) de comprimento e um conector fêmea de 3 pontos 20 amperes. Todos os componentes que serão fixados ao tampo deverão ser por meio de bucha zamac e parafuso rosca M6. Os pés da mesa, são duas unidades idênticas compostos por uma coluna em chapa de aço SAE 1010/1020 de bitola nº14 (1,90mm) dobrado em formato tipo “C” nas dimensões de 108mm x 48mm x 686mm (CXLXA) possuindo em suas extremidades superior e inferior, uma chapa de (1,90mm) soldada internamente as paredes da coluna que tem a dupla função de fechamento e reforço. Possuindo ainda na chapa inferior um furo de 60mm x</p>	50	5.694,00	284.700,00
--------	---	----	----------	------------



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>25mm para a subida de fiação, também deve haver um furo de 60mm x 30mm na parte superior do lado interno do pé, deverá ser fixado uma chapa de 253mm x 130mm x 1.9mm do lado interno da coluna, tem por finalidade melhorar os ponto de fixação das longarinas na coluna. Ainda na base da coluna é soldado dois pés em formato de “U” invertido confeccionados em chapa nº14 (1,90mm) de bitola em aço SAE 1010/1020 medindo cada um 300mm x 32mm x 65mm (CXLXA) tendo internamente um perfil em “U” também em chapa nº14 (1,90mm) medindo 250mm x 27mm x 25mm (CXLXA) soldado no interior das paredes laterais do pé tendo por objetivo minimizar as torções resultantes dos esforço aplicados sobre o pé. Na extremidade mais externa do pé é fixada por meio de solda, uma chapa de aço SAE 1010/1020 de bitola nº14 (1,90mm) dobrada em “L” que serve tanto para dar acabamento (ponteira do pé) como também suporte para a fixação dos rodízios. Tampa sacável, localizada na parte externa do pé, é uma peça em forma de “U” em chapa de aço SAE 1010/1020 com bitola nº20 (0,91 mm) medindo 634mm x 124mm x 25mm possui recortados nas extremidades de suas abas laterais, quatro ganchos para a fixação da peça na coluna . Os rodízios são em número de 4 (quatro), 1(um) para cada lado do pé, deverão ser giratórios industriais e com freio, capacidade de carga mínima de 100kg por rodízio. Como elemento de união entre os pés são utilizadas 3 (três) longarinas distintas em tubo de seção retangular 70mm x 30mm com parede de 1,21mm ambas com comprimento de 1520mm e tendo em cada um de suas extremidades, uma chapacom dois repuxos M6 medindo 67,4mm x 27 ,4mm x 1,9mm em aço SAE 1010/1020 de bitola nº14 (1,90mm) soldada internamente. A longarina central que fica fixada no centro da coluna e com distancia de 588mm do chão até sua face inferior, é das três a mais simples devendo ter apenas dois gancho feito em chapa de aço SAE 1010/1020 de bitola nº14 (1,90mm) em formato de “J” medindo 68mm x 30mm x 30mm fixada por meio de solda ou parafuso a 100mm da extremidade de ambos os lados do tubo. Tem por finalidade pendurar o cabo enrolado quando não estiver em uso. A travessa articulada é um elemento criado da junção das outras duas longarinas, serve de suporte para a fixação do</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>mecanismo de articulação e também para a trava do tampo na posição horizontal. Esse travamento é realizado em uma das longarina que recebe 2 (duas) alças medindo 80mm x 45mm x 10mm em aço trefilado SAE 1010/1020 de Ø10mm alojados cada um em dois furos passantes na lateral da longarina. A fixação por solda dessas alças, é feita ao lado oposto ao lado que são encaixados, de modo a ficar apenas com 15 mm dos 45mm da altura total. Essas longarinas são unidas por 2 (duas) peças em chapa de aço SAE 1010/1020 de bitola nº14 (1,90mm) dobradas em formato “U” medindo 200mm x 72mm x 55mm e soldadas a 20mm da face de cada uma das longarinas, são essas peças que recebem o mecanismo de articulação, soldadas nas longarinas de modo que um de seus lados ultrapassa em 73mm a face de uma das longarinas, possui nesta mesma extremidade um furo passante com diâmetro de 19,5mm o qual é fixado por meio de solda a esse orifício um tubo com diâmetro de 3/4" (19,05mm) parede com espessura de 1,9mm o qual são encaixadas sobre pressão nas paredes internas do tubo, duas buchas usinadas em nylon Ø25mm x 25mm com aba de 4mm. A buchas de nylon tem como finalidade eliminar o atrito entre as partes metálicas facilitando a articulação e dando suavidade ao movimento do tampo. O eixo é em número de 2(dois) feito em aço trefilado SAE 1010/1020 com Ø10mm x 81mm possui em cada uma de suas extremidade um furo com rosca M6 x 20mm por onde é feita a fixação da travessa articulada no suporte do tampo. O suporte de tampo são duas unidades idênticas confeccionada em chapa de aço SAE 1010/1020 de bitola nº14 (1,90mm) dobrada em formato tipo “U” medindo 670mm x 85mm x 50mm,tem por função fazer a fixação do tampo a estrutura por meio de parafuso M6, executa também a importante função de articular o tampo sobre a estrutura da mesa através do furo destinado a fixação do eixo. A calha peça única fixada no tampo por meio de parafuso M6, tem a função de esconder e proteger a instalação elétrica da mesa, feita com chapa dobrada em formato “U” com abas laterais em aço SAE 1010/1020 de bitola nº16 (1,52mm) medindo 1308mm x 130mm x 35mm. O mecanismo de trava da mesa, é um conjunto de peças que tem por finalidade fazer o travamento e o destravamento do tampo na posição de trabalho (sentido horizontal) de</p>			
--	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

forma firme e segura, composto por duas guias idênticas confeccionadas em aço SAE 1010/1020 de bitola nº18 (1,21mm) com onde é fixado o mecanismo auto travante, que auxiliado por cabo de aço e mola espiral, fazem o engate e desengate do mecanismo auto travante nas alças fixadas nas longarinas do pé. Para o acionamento do mecanismo de trava, é usado um tubo 15mm x 15mm parede de 1,2mm com comprimento de 710mm fixado nas extremidades das guias, que quando acionados fazem o destravamento simultaneamente do mecanismo das travas. Todas as partes metálicas deverão ser pintadas na cor alumínio por processo eletrostático à pó com tinta híbrida Epóxi/Poliéster (pó), proporcionando uma cobertura uniforme total. Após a pintura, o material deverá ser curado em estufa contínua à temperatura de 220° C durante um período de no mínimo 25 minutos. Com a finalidade de proteger o material contra a corrosão e prepara-lo para a pintura as peças metálicas deverão ser submetidas, à pelo menos, as seguintes fases do processo de fosfatização: desengraxamento; enxágue; fosfatização; passivação; e secagem (em estufa).

O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003.. Catálogo técnico de cada produto cotado, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos mesmos, assim como os seguintes

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade. A não apresentação acarretará desclassificação do licitante. Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos			
TOTAL LOTE 1 - MOBILIÁRIO			675.339,74	
LOTE 2 -CADEIRAS				
1 7	CADEIRA FIXA EMPILHAVEL COM BASE CONTINUA, COM BRAÇO CATMAT 363839 Assento e Encosto injetados em polipropileno copolímero virgem (PP) estruturado. No assento e no encosto tem-se a presença de furações (quadradas de 10 x 10 mm) que permitem uma melhor areação e transpiração do usuário (8 furos no assento mais 32 furos no encosto, com espaçamento de 40 mm entre si). A superfície do assento e do encosto possui uma textura de gravação em formato redondo que garante resistência a arranhões, e ao mesmo tempo, é de fácil limpeza devido a sua pouca profundidade. Encosto com reforços na parte traseira (“abas” entre o canal onde entra o tubo metálico e a parte de apoio das costas), dando maior resistência sem tirar a flexibilidade. Encaixe do encosto no tubo metálico fixado por pinos plásticos. O assento possui forma anatômica, que acompanha a posição natural das pernas e da região glútea, sem saliências retas na borda e com leve raio frontal, que facilita a circulação sanguínea das pernas do usuário. Possui 3 pontos de fixação na estrutura metálica de cada lado (total de 6 parafusos de fixação tipo mittoplastic), apoiando-se na estrutura por meio de suportes plásticos com reforço cruzado, garantindo maior resistência a deformação.ASTM G 154/2016, intemperismo artificial por ultravioleta UV-B, 100 HORAS. Medidas assentos: largura de 465 mm e profundidade	100	250,00	25.000,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>de 400 mm, com espessura mínima de 4 mm.</p> <p>Medidas encosto: largura de 465 mm e extensão vertical 255 mm, com espessura mínima de 4 mm.</p> <p>Estrutura metálica contínua em aço trefilado redondo Ø 7/16" (11,11 mm) soldada com sistema MIG/MAG; estrutura principal dobrada em peça única, com reforço e estruturação por meio de travessa soldada na parte frontal, fabricada no mesmo material. Suporte para o encosto por meio de dois tubos oblongo constituídos em aço carbono SAE 1020 16 x 30 com espessura de 1,20 mm unidos à estrutura através de solda TIG. Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08-NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR 15454/2007 relatório de análise metalográfica.</p> <p>Apoia braço injetado em polipropileno copolímero, suporte do apoia braço em tubo de aço 1020 com Ø 5/8" (15,88 mm) com espessura da parede de 1,90 mm, soldado a estrutura com sistema MIG/MAG. Fixação do apoia braço com parafusos plastic.</p> <p>Sapata Injetada em resina termoplástica, polipropileno (PP). Fixados a estrutura através de encaixe por pressão dispensando qualquer elemento fixador. Estofamento composto por painéis injetados com nervuras de reforço em linhas longitudinais e transversais ao longo de seu corpo para garantir melhor estruturação aos painéis. Compostos por espuma laminada de 20mm de espessura, revestimentos tecido 100% poliéster, sem costura aparente podendo ser retirados a qualquer momento para lavagem. Fixados aos respectivos assento e encosto através de encaixe na parte posterior e inferior</p>			
--	--	--	--

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>e por meio de parafusos Plastic, 4x12, cabeça flangeada.</p> <p>Revestimentos em tecido crepe, com os ensaios ANT NBR/13538/1995 de Laudo da Análise Quantitativa de fibras têxteis resultado 100%, Laudo da Identificação de fibras têxteis, Laudo da Massa por unidade de área, Laudo do Comportamento à queima – Propensão a ignição na vertical, ABNT NBR 9442/1986 Laudo de Determinação do índice de propagação superficial de chama, resultado 1, classe A, ISSO 6941:2003 Laudo do Comportamento à queima – Propagação de chama na vertical, resultado queima a 30° da borda, não houve propagação, resultado queima a 90° da borda, não houve propagação, ANBT NBR 10591/2008 Laudo determinação da gramatura de superfícies têxteis, Laudo de ensaio físico – Solidez da cor à fabricação, Laudo de ensaio de repelência a óleos, Laudo de ensaio de resistência ao rasgo e à abrasão de tecidos, Laudo de ensaio de Inflamabilidade vertical de tecidos, Laudo de ensaio de permeabilidade a água.</p> <p>O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial: Certificado de regularidade do IBAMA;</p> <p>Certificado da Norma Regulamentadora NR17;</p> <p>Declaração da Abergó/ CREA da empresa e do engenheiro/RG do Engenheiro</p> <p>Termo de garantia mínimo 02 anos</p> <p>*Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e devem acompanhar a proposta.</p>			
1 8	<p>POLTRONA GIRATÓRIA ESPALDAR ALTO.</p> <p>CATMAT 445412</p> <p>Assento em madeira compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 12 mm (7 lâminas). Espuma de poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm, com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação</p>	100	1.240,29	124.029,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).

Medidas assentos: largura de 488 mm e profundidade de 465 mm

Encosto em polipropileno PP injetado, copolímero (material resistente a alto impacto), moldado anatomicamente, com espessura mínima de 3,5 mm. Espuma em poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm e saliência para apoio lombar (esta saliência deverá exercer pressão positiva na lombar - “permanente contact” - independentemente da posição do usuário em relação a superfície de trabalho). com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; NBR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).

Medidas encosto: largura de 447 mm e extensão vertical 536mm.

Revestimentos em tecido crepe, com os ensaios ANT NBR/13538/1995 de Laudo da Análise Quantitativa de fibras têxteis resultado 100%, Laudo da Identificação de fibras têxteis, Laudo da Massa por unidade de área, Laudo do Comportamento à queima – Propensão a ignição na vertical, ABNT NBR 9442/1986 Laudo de Determinação do índice de propagação superficial de chama, resultado 1, classe A, ISO 6941:2003 Laudo do Comportamento à queima – Propagação de chama na vertical, resultado queima a 30° da borda, não houve propagação, resultado queima a 90° da borda, não houve propagação, ANBT NBR 10591/2008 Laudo determinação da gramatura de superfícies têxteis, Laudo de ensaio físico – Solidez da cor à fabricação, **Laudo de ensaio de repelência a óleos, Laudo de ensaio de resistência ao rasgo e à abrasão de tecidos, Laudo de ensaio de Inflamabilidade vertical de tecidos, Laudo de ensaio de permeabilidade a água.**

CAPAS de proteção do assento, encosto e suporte do encosto fabricadas em polipropileno (material resistente a alto impacto) injetado, texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, sendo com raio de curvatura maior do que 2 mm (Norma 13962/2006); Suporte com regulagem de altura do encosto, fabricado em chapa de aço estampada de 6,35 mm de espessura e regulagem de altura do suporte para o encosto com curso de 75 mm e acionamento sem necessidade de botões ou manípulos para apoio lombar. Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08-NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR15454/2007 relatório de análise metalográfica. Base c/ 5 patas injetada em polímero termoplástico de alta resistência, nylon com fibra, com nervuras de reforço longitudinais; diâmetro externo de 700 mm e altura de 140 mm. Com alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Alojamento central para a coluna a gás possui anel de aço carbono 1010/1020 que faz a função estrutural. Coluna de regulação de altura Com sistemade acionamento a gás fabricado em tubo de aço de Ø50,00 x 1,50mm (tolerância de 5% para + ou -). Acabamento em pintura eletrostática em epóxi pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a capa do pistão com películade aproximadamente 100 microns (tolerância de 5% para + ou-) e com propriedades de resistência a agentes químicos. Comprimento do corpo de 240mm e regulação mínima de alturade 120mm. (Tolerância de 5% para + ou -).DIN 4550. Laudo e certificado de conformidade com DIN 4550.Mecanismo sincronizado com corpo em alumínio injetado e placa superior em chapa de aço estampada com espessura de 3,00 mm, o assento tem inclinação regulável com curso de ângulo de 0° a 13° sincronizado com o encosto que tem inclinação regulável de curso de ângulo de 90° a 112°, resultando numa proporção de deslocamento de 2:1. Sistema de segurança chamado anti-shock ou anti-impacto que impede a volta automática e involuntária do encosto e sujeita sua volta à decisão do usuário; Regulação de tensão do relax é através de manopla giratória na parte frontal do mecanismo, que permite o ajuste ao usuário. O mecanismo tem 5 posições de travamento, que podem ser ajustadas através de uma alavanca lateral esquerda. A regulação de altura do assento é através de uma alavanca do lado direito. Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08-NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR 15454/2007 relatório de análise metalográfica.

Apoia braços reguláveis com formato de “T”, de dupla injeção, com parte estrutural injetada em polipropileno (PP) com 20% de fibra de vidro, e a parte do apoio do braço pode ser injetada em poliuretano (PU) integral skin com toque macio. Reguláveis com ajuste vertical (altura) com 9 estágios de regulagens e curso de 87 mm. Fixação em três pontos triangulares através de suporte retangular com parafusos com rosca M6.

Medidas: Largura de apoia braços 70 mm e comprimento de 260 mm (tolerância de $\pm 5\%$). Rodízios Duplo, com rodas e cavalete injetados em poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto. Eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%) eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 8 mm (tolerância de 5% para + ou -), e rodas com diâmetro de 50 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%). Durabilidade rodízio NY, dimensional rodízio NY, Relatório de resistência e durabilidade rodízio PU NBR 13962, relatório de ensaio NBR 8094, pino do rodízio com 192 horas sem apresentar sinais de ferrugem (RI 1), Laudo e certificado NBR 13962.

O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial:

Certificado de regularidade do IBAMA;

Certificado da Norma Regulamentadora NR17;

Declaração da Abergo/ CREA da empresa e do engenheiro/RG do Engenheiro

Certificado da Norma NBR 13962;

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>Madeira: Certificado FSC em nome do fabricante;</p> <p>Termo de garantia: 05 anos</p> <p>*Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e os mesmos devem acompanhar a proposta.</p>			
1 9	<p>POLTRONA GIRATORIA COM BRAÇOS ESPALDAR MÉDIO</p> <p>CATMAT 276153</p> <p>Assento Em madeira compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 12 mm (7 lâminas). Espuma de poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas assento: largura de 454 mm e profundidade de 457 mm;</p> <p>Encosto em polipropileno PP injetado, copolímero (material resistente a alto impacto), moldado anatomicamente, com espessura mínima de 3,5 mm.</p>	100	1.190,0 0	119.0 00,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>Espuma em poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm e saliência para apoio lombar (esta saliência deverá exercer pressão positiva na lombar - “permanentcontact” - independentemente da posição do usuário em relação a superfície de trabalho). com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas encosto: largura de 410 mm e altura de 320 mm;</p> <p>Capas de proteção do assento, encosto e suporte do encosto fabricadas em polipropileno (material resistente a alto impacto) injetado, texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, sendo com raio de curvatura maior do que 2 mm (Norma 13962/2006);Suportecom regulagem de altura do encosto, fabricado em chapa de aço estampada de 6,35 mm de espessura e regulagem de altura do suporte para o encosto com curso de 75 mm e acionamento sem necessidade de botões ou manípulos para apoio lombar. Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado),</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08-NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR 15454/2007 relatório de análise metalográfica. Base c/ 5 patas injetada em polímero termoplástico de alta resistência, nylon com fibra, com nervuras de reforço longitudinais; diâmetro externo de 700 mm e altura de 140 mm. Com alojamento para engate do rodízio no diâmetro de 11 mm dispensando o uso de buchas de fixação. Alojamento central para a coluna a gás possui anel de aço carbono 1010/1020 que faz a função estrutural. Coluna de regulação de altura com sistema de acionamento a gás fabricado em tubo de aço de Ø50,00 x 1,50mm (tolerância de 5% para + ou -). Acabamento em pintura eletrostática em epóxi pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a capa do pistão com película de aproximadamente 100 microns (tolerância de 5% para + ou -) e com propriedades de resistência a agentes químicos. Comprimento do corpo de 240mm e regulação mínima de altura de 120mm. (Tolerância de 5% para + ou -). Laudo e certificado de conformidade com DIN 4550. Mecanismo sincronizado com corpo em chapa de aço estampada com espessura de 3,35 mm, com inclinação do encosto e assento com regulável com curso de ângulo entre -5° a +5°, resultando numa proporção de deslocamento. Para ajustar a altura do assento, acione a alavanca do lado direito, para ajustar o relax e adequar o movimento do encosto de acordo com o peso gire a manopla central, o ajuste de inclinação do encosto utilize a alavanca da esquerda. Sistema de freio com pressão de 16 chapas. Acabamento em pintura eletrostática em epóxi pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo o mecanismo com película de 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos.

Apoia braços reguláveis com formato de “T”, de dupla injeção, com parte estrutural injetada em polipropileno



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>(PP) com 20% de fibra de vidro, e a parte do apoio do braço pode ser injetada em poliuretano (PU) integral skin com toque macio. Reguláveis com ajuste vertical (altura) com 9 estágios de regulagens e curso de 87 mm. Fixação em três pontos triangulares através de suporte retangular com parafusos com rosca M6.</p> <p>Medidas: Largura de apoia braços 70 mm e comprimento de 260 mm (tolerância de $\pm 5\%$).</p> <p>Rodízios Duplo, com rodas e cavalete injetados em poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto. Eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%) eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 8 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%), e rodas com diâmetro de 50 mm (tolerância de 5% para + ou - 5%). Durabilidade rodízio NY, dimensional rodízio NY, relatório de ensaio NBR 8094 pino do rodízio com 192 horas sem apresentar sinais de ferrugem (RI 1), certificado NBR 13962.</p> <p>Revestimentos em tecido crepe, com os ensaios ANT NBR/13538/1995 de Laudo da Análise Quantitativa de fibras têxteis resultado 100%, Laudo da Identificação de fibras têxteis, Laudo da Massa por unidade de área, Laudo do Comportamento à queima – Propensão a ignição na vertical, ABNT NBR 9442/1986 Laudo de Determinação do índice de propagação superficial de chama, resultado 1, classe A, ISO 6941:2003 Laudo do Comportamento à queima – Propagação de chama na vertical, resultado queima a 30° da borda, não houve propagação, resultado queima a 90° da borda, não houve propagação, ABNT NBR 10591/2008 Laudo de determinação da gramatura de superfícies têxteis, Laudo de ensaio físico – Solidez da cor à fabricação, Laudo de ensaio de repelência a óleos, Laudo de ensaio de resistência ao rasgo e à abrasão de tecidos, Laudo de ensaio de Inflamabilidade vertical de tecidos, Laudo de ensaio de permeabilidade a água</p> <p>O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial</p> <p>Certificado de regularidade do IBAMA;</p> <p>Certificado da Norma Regulamentadora NR17;</p> <p>Declaração da ABERGO/ CREA da empresa e do</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>engenheiro/RG do Engenheiro</p> <p>Certificado da Norma NBR13962;</p> <p>Madeira: Certificado FSC em nome do fabricante;</p> <p>Termo de garantia: 05 anos</p> <p>Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e os mesmos devem acompanhar a proposta.</p>			
20	<p>CADEIRA SOBRE LONGARINA DE 3 LUGARES</p> <p>CATMAT 258860</p> <p>(Variação de 5% para + ou -)</p> <p>Assento em madeira compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 12 mm (7 lâminas). Espuma de poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm, com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas assentos: largura de 461 mm e profundidade</p>	30	2.373,29	71.198,70



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>de 457 mm;</p> <p>Encosto em polipropileno PP injetado, copolímero (material resistente a alto impacto), moldado anatomicamente, com espessura mínima de 3,5 mm. Espuma em poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 40 e 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 40 mm e saliência para apoio lombar (esta saliência deverá exercer pressão positiva na lombar - “permanentcontact” - independentemente da posição do usuário em relação a superfície de trabalho). com Isenção de CFC, NBR 8537/2015 determinação de da densidade 42,1kg/m³; NBR 8619/2015 determinação da resiliência 50%; NBR 8797/2015 determinação da deformação permanente á compressão a 50% resultado 14,1%; NBR 8910/2003 determinação da resistência a compressão a 50% resultado 6,8(Kpa); NBR 9178/2015 determinação das características de queima resultado 0 mm/min; NBR 9176/2003 determinação da força de indentação a 25%(N) resultado 143,7N, força de indentação a 40%(N) resultado 217,3N, força de indentação a 65%(N) resultado 505,3N; NBR 9177/2015 determinação da fadiga dinâmica, a 25% perda de força de indentação 25,8, a 40% perda de força de indentação 26,4, a 65% perda de força de indentação 19,1; NBR 14961/2007 determinação do teor de cinzas, resultado 0,04%; NBR 8515/2003 determinação da resistência a tração, tensão de ruptura (KPa) 174, alongamento de ruptura (%) 100; N BR 8516/2015 determinação da resistência ao rasgamento 704,9 (N/m).</p> <p>Medidas encosto: largura de 409 mm e extensão vertical 336 mm.</p> <p>CAPAS de proteção do assento, encosto e suporte do encosto fabricadas em polipropileno (material resistente a alto impacto) injetado, texturizado e bordas arredondadas que dispensam o uso do perfil de PVC, sendo com raio de curvatura maior do que 2 mm (Norma 13962/2006); Suporteunião assento e encosto em formato L, fabricado em chapa de aço estampada de 6,35 mm de espessura. Estrutura da longarina constituída por pés laterais em tubo metálico, com pés com regulagem de altura e trave metálica de suporte;</p>			
---	--	--	--



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pés laterais fabricado com tubo elíptico curvado através de um processo de prensa, com as dimensões 30 x 60 mm e espessura de 1,90 mm que é soldado através de um sistema MIG/MAG em um tubo vertical oblongo com dimensões 30 x 90 mm e espessura 1,90 mm; Chapa 20 x 82,5 x 4,65 mm para fixação da trave no pé, através de 2 parafusos M10 x 18 mm. Trave para a fixação da parte superior na trave da longarina há uma chapa com medidas mínimas de 172 mm x 230 mm e espessura de 2,65 mm, com 4 furações oblongas com medidas 8 x 16mm e 4 furações M8, a fim de fixar através de 4 parafusos M8 x 15 mm o “U” da longarina que fica entre a trave e a chapa do mesmo. Este “U” deve ser fabricado em aço espessura de 3,5 mm e com largura mínima de 70 mm a fim de proporcionar a resistência necessária ao produto; Trave fabricada em tubo retangular 30 x 70 mm e espessura de 1,50 mm.

Acabamento, resistência e durabilidade das partes metálicas em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade com: NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08-NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR 15454/2007 relatório de análise metalográfica.

Apoia braços fixo com formato de “T”, com parte estrutural e parte do apoio dos braços injetados em nylon. Fixação em 3 pontos através de suporte triangular e parafusos com rosca m6”.

Medidas: Largura de apóia-braços 70 mm e comprimento de 260 mm (tolerância de 5% para + ou -).

Revestimentos em tecido crepe, com os ensaios ANT NBR/13538/1995 de Laudo da Análise Quantitativa de fibras têxteis, resultado 100%, Laudo da Identificação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>de fibras têxteis, Laudo da Massa por unidade de área, Laudo do Comportamento à queima – Propensão a ignição na vertical, ABNT NBR 9442/1986 Laudo de Determinação do índice de propagação superficial de chama, resultado 1, classe A, ISSO 6941:2003 Laudo do Comportamento à queima – Propagação de chama na vertical, resultado queima a 30°da borda, não houve propagação, resultado queima a 90°da borda, não houve propagação, ANBT NBR 10591/2008 Laudo determinação da gramatura de superfícies têxteis, Laudo de ensaio físico – Solidez da cor à fabricação, Laudo de ensaio de repelência a óleos, Laudo de ensaio de resistência ao rasgo e á abrasão de tecidos, Laudo de ensaio de Inflamabilidade vertical de tecidos, Laudo de ensaio de permeabilidade a água.</p> <p>O licitante deverá apresentar junto com a proposta comercial</p> <p>Certificado de regularidade do IBAMA;</p> <p>Certificado da Norma Regulamentadora NR17;</p> <p>Declaração da Abergo/ CREA da empresa e do engenheiro/RG do Engenheiro</p> <p>Certificado da Norma NBR16031;</p> <p>Madeira: Certificado FSC em nome do fabricante;</p> <p>Termo de garantia: 05 anos</p> <p>Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e os mesmos devem acompanhar a proposta.</p>			
2 1	<p>CADEIRA FIXA PARA OBESO;</p> <p>CATMAT 276153</p> <p>Assento em madeira compensada multilaminada, moldada anatomicamente, com espessura mínima de 18 mm, para melhor conforto e aspecto visual, o assento possui duas espumas de poliuretano laminadas, uma com espessura de 60 mm e outra com espessura de 15 mm, ambas com densidade de 33 kg/m³, com acabamento inferior em TNT preto.</p> <p>Medidas assentos: largura de 754 mm e profundidade de 489 mm;</p> <p>Encosto em madeira compensada multilaminada,</p>	06	1.397,0 0	8.382 ,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

moldada anatomicamente, com espessura mínima de 18 mm, para melhor conforto e aspecto visual, o encosto possui duas espumas de poliuretano laminadas, uma com espessura de 55 mm e outra com espessura de 15 mm, ambas com densidade de 45 kg/m³.

Medidas encosto: largura de 750 mm e extensão vertical 400 mm.

Capa protetora do encosto fabricada com o mesmo tecido do revestimento, permitindo melhor higienização. União entre assento e encosto feita por 02 chapas de aço 1020 estampadas em formato de L com espessura de 6,35mm e largura de 80mm. Em conformidade com NBR 8094 relatório de ensaio de neva salina 1008 horas, NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08-NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização 6,82 g/m², NBR 15454/2007 relatório de análise metalográfica.

Pés laterais Fabricados com tubo elíptico curvado através de um processo de prensa, com as dimensões 30 x 60 mm e espessura de 1,90 mm que são soldados através de um sistema MIG/MAG em um tubo vertical oblongo com dimensões 30 x 90 mm e espessura 1,90 mm, chapa 20 x 82,5 x 4,65 mm para fixação da trave no pé, através de 2 parafusos M10 x 18 mm. Trave Fabricada em tubo retangular 30 x 70 mm e espessura de 1,50 mm. Acabamento das partes metálicas Em pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos. NBR 11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08-NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, Sapatas reguláveis, ponteiros de acabamento, coberturas de solda (que deixam imperceptíveis as soldas entre os tubos), injetadas em resina termoplástica, polipropileno (PP) que tem como característica alta resistência à fratura por flexão ou fadiga, boa resistência ao impacto, boa estabilidade

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>térmica e alta resistência química e a solventes.</p> <p>Apoia braços fixos com formato de trapézio e com a opção de mecanismo de prancheta, com parte em estrutural em aço e parte do apoio dos braços injetada em poliuretano (PU) integral skin com toque macio. Possui ferragens de fixação na cadeira com distância entre furos de 120 mm, espessura de 50 mm e 90° de inclinação. Medidas: Comprimento de 345 mm e com altura de 290 mm (tolerância de $\pm 5\%$).</p> <p>Revestimento em crepe: na cor azul marinho</p> <p>A empresa deve apresentar os seguintes documentos:</p> <p>Certificado de regularidade do IBAMA em nome do fabricante;</p> <p>Certificado da Norma Regulamentadora NR17;</p> <p>Declaração da Abergó/ CREA da empresa e do engenheiro/RG do Engenheiro;</p> <p>Certificado da Norma NBR 13962 ensaios mecânicos;</p> <p>Certificado da Norma NBR 9050 ensaios dimensionais;</p> <p>Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e os mesmos devem acompanhar a proposta</p>			
2 2	<p>CADEIRA COM ASSENTO REBATÍVEL; CATMAT 276153</p> <p>Assento Painel para estofamento injetado em resina termoplástica, polipropileno (PP) copolímero que tem como característica alta resistência à fratura por flexão ou fadiga, boa resistência ao impacto, boa estabilidade térmica e alta resistência a impacto. Espuma em poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 30 mm.</p> <p>Medidas: Largura de 420 mm x altura 300 mm.</p> <p>Encosto Painel para estofamento injetado em resina termoplástica, polipropileno (PP) que tem como característica alta resistência à fratura por flexão ou</p>	50	840,00	42.00 0,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fadiga, boa resistência ao impacto, boa estabilidade térmica e alta resistência impacto. Espuma em poliuretano flexível HR de alta resiliência (capacidade do material em sofrer tensão e recuperar seu estado normal quando suspenso o “estado de risco”). Densidade entre 45 kg/m³ e moldada anatomicamente com espessura mínima de 30 mm.

Medidas: Largura 425 mm e Profundidade 405 mm

Estrutura tubular 4 pés constituído de tubo principal com diâmetro de 7/8 (22,22mm) e espessura de 1,5mm inteiriço, dobrado de forma a garantir melhor estruturação ao assento, unido através de solda MIG/MAG a tubo de diâmetro 7/8” x 1,5mm dobrado em formato de “U” com função de armação e sustentação para a flange. Design da estrutura permite o acoplamento entre cadeiras quando o assento estiver rebatido, ocupando menos espaço para armazenamento. Flange rebatível fabricada em aço 1020 com espessura de 3,65 mm, ligada a estrutura através de pino aço usinado, permitindo o rebatimento do assento. Mola de aço faz com que o assento retorne a posição inicial sempre que cessado o uso.

Apoia braços Injetado em polipropileno copolímero, suporte do apoio braço em tubo de aço 1020 com Ø 3/4” (19,05 mm) com espessura da parede de 1,50 mm, soldado a estrutura com sistema MIG/MAG. Fixação do apoio braço com parafusos plastic

Rodízio Duplo, com rodas e cavalete injetados em poliamida (nylon 6), com aditivo anti-ultravioleta e modificador de impacto. Eixo vertical em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 11 mm (*tolerância de 5% para + ou - 5%*) eixo horizontal em aço trefilado 1010/1020 com diâmetro de 8 mm (*tolerância de 5% para + ou -*), e rodas com diâmetro de 50 mm (*tolerância de 5% para + ou - 5%*). Durabilidade rodízio NY, dimensional rodízio NY, relatório de ensaio NBR 8094 pino do rodízio com 192 horas sem apresentar sinais de ferrugem (RI 1), certificado NBR 13962.

Pintura eletrostática totalmente automatizada em epóxi-pó, com pré-tratamento anti-ferruginoso (fosfatizado), revestindo totalmente a superfície da película de 50 a 100 µm e com propriedades de resistência a agentes químicos em conformidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p>com:NBR 8094 relatório de ensaio de nevoa salina 1008 horas,NBR11003/009 relatório de ensaio de tintas, NBR 10443/08-NBR 11003/10 relatório de ensaio de tintas e vernizes, NBR 8095 relatório de ensaio corrosão por exposição à atmosfera úmida saturada 408 horas, NBR 8096 relatório de ensaio exposição dióxido de enxofre 336 horas, NBR 9209/86 relatório de ensaio massa do revestimento de fosfatização, NBR15454/2007 relatório de análise metalográfica. Revestimentos em tecido crepe, com os ensaios ANT NBR/13538/1995 de Laudo da Análise Quantitativa de fibras têxteis resultado 100%, Laudo da Identificação de fibras têxteis, Laudo da Massa por unidade de área, Laudo do Comportamento à queima – Propensão a ignição na vertical, ABNT NBR 9442/1986 Laudo de Determinação do índice de propagação superficial de chama, resultado 1, classe A, ISSO 6941:2003 Laudo do Comportamento à queima – Propagação de chama na vertical, resultado queima a 30°da borda, não houve propagação, resultado queima a 90°da borda, não houve propagação, ANBT NBR 10591/2008 Laudo determinação da gramatura de superfícies têxteis, Laudo de ensaio físico – Solidez da cor à fabricação, Laudo de ensaio de repelência a óleos, Laudo de ensaio de resistência ao rasgo e á abrasão de tecidos, Laudo de ensaio de Inflamabilidade vertical de tecidos, Laudo de ensaio de permeabilidade a água.A empresa deverá apresentar os documentos citados acima bem como os relacionados abaixo:</p> <p>Certificado de regularidade do IBAMA em nome do fabricante;</p> <p>Certificado da Norma Regulamentadora NR17;</p> <p>Declaração da Abergo/ CREA da empresa e do engenheiro/RGDO ENGENHEIRO;</p> <p>Termo de garantia: 02 anos</p> <p>Todos os laudos comprovando as solicitações acima devem ser efetuados em laboratórios acreditados pelo INMETRO e os mesmos devem acompanhar a proposta.</p>			
TOTAL LOTE 2 – CADEIRAS			389.609,70



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TOTAL GERAL DAS AQUISIÇÕES						1.064.949,44			

2.1 REGRAS APLICÁVEIS À COMPROVAÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS E DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS:

a) Havendo divergências entre a descrição do material e o respectivo código do Catálogo de Matérias (CATMAT) do sistema SIASG/COMPRASNET, prevalecerá a estabelecida neste Termo de Referência.

b) Será exigido das licitantes, a indicação da **MARCA, MODELO e PRAZO DE GARANTIA com período mínimo de validade de 05 (cinco) anos para todos os lotes que a licitante estiver apresentando proposta, exceto para os itens 17 e 22 que será de 2(dois) anos.**

Será exigido do licitante, caso se julgue necessário, o envio de imagens, prospectos, folders para fins de aceitação do produto ofertado - uma vez que o nome de um mesmo equipamento pode ter variação regional – medida que permitirá aferir o atendimento das especificações definidas neste Termo de Referência;

c) Poderá ser solicitado o envio de **catálogo técnico de cada produto cotado**, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos do item. Tal solicitação se reveste de relevância quando da necessidade de avaliação dos bens no que tange aos aspectos de conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade;

d) Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca dos produtos cotados pela licitante, poderá ser exigida **AMOSTRA** do produto ofertado;

e) O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - SEPAT.

f) A LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR OS SEGUINTE DOCUMENTOS SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

a) PARA O LOTE 01:

1. Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia);

2. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo INMETRO, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR 13961/2010 (para os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7); **NBR 13966/2008** (para os itens 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14)

3. Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue;

4. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante;

5. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT, ou outra certificadora acreditada pelo inmetro, comprovando que o fabricante tem seu processo de preparação e pintura de superfícies metálicas certificado conforme a PE-289.06, garantindo o atendimento e conformidade às normas ABNT NBR 14951, ABNT NBR 14847, ABNT NBR 5770, ABNT NBR 9209, ABNT NBR 15158, ABNT NBR 8094, ABNT NBR 8095, ABNT NBR 8096, ABNT NBR 10545, ABNT NBR 10443, ABNT NBR 11003.;

b) PARA O LOTE 2:

1. Laudo técnico emitido por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho, habilitado pelo Ministério do Trabalho e devidamente registrado em seu respectivo conselho de classe, e por profissional/entidade com especialidade em ergonomia, certificado pela Associação Brasileira de Ergonomia (ABERGO), atestando que o produto ofertado está em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-17 (ergonomia);

2. Certificado de Regularidade no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – para Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras dos Recursos Ambientais em nome do fabricante;

3. Comprovação de madeira utilizada (FSC / CERFLOR) em nome do fabricante do material a ser entregue;

4. Certificado de Conformidade emitido pela ABNT ou outra certificadora acreditada pelo INMETRO, comprovando que o mobiliário atende o disposto na norma NBR13962 (para os itens 18,19); NBR16031 (para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

item 20) Certificado da Norma NBR 13962 ensaios mecânicos; Certificado da Norma NBR 9050 ensaios dimensionais (para o item 21)

2.1.1 DA ADOÇÃO DE PARÂMETROS MÍNIMOS DEFINIDOS PELA ABNT COMO CRITÉRIO DE QUALIDADE:

As normativas editadas pela ABNT são dotadas de validade e eficácia, **obrigando sua observância por particulares que venham a produzir determinado objeto ou prestar determinado serviço, conforme disposto na Lei n. 8.078 de 11 de Setembro de 1990**, instrumento auxiliar na defesa do interesse público quando a Administração figura como consumidora final, conforme já asseverado pelo Tribunal de Contas da União no processo nº. TC-015.972/1999-2 atinente ao Relatório de Auditoria realizada no Instituto de Pesquisas da Marinha – IPqM.

Lei 8.078 de 11 de Setembro de 1990 (CDC).

Art. 1º O presente código estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas Disposições Transitórias.

(...)

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

(...)

II - os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação;

(...)

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

(...)

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*ou, se normas específicas não existirem, pela **Associação Brasileira de Normas Técnicas** ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);(...)* (Grifou-se)

As aquisições pelo “menor preço” não desonera a Administração da exigência de qualidade, através de especificações técnicas bem elaboradas e que atendam às suas necessidades. A esse respeito, veja-se o **Art. 15 da Lei n. 8666/93**:

Art. 15. As compras, sempre que possível, deverão:

*I - atender ao princípio da padronização, que imponha **compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho**, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas;*

II - ser processadas através de sistema de registro de preços;

III - submeter-se às condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado;

IV - ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade;

V - balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública. (negritou-se).

2.1.2 DA EXIGÊNCIA DE COMPROVANTE DE REGISTRO DO FABRICANTE DOS BENS NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS E/OU UTILIZADORAS DOS RECURSOS AMBIENTAIS DO IBAMA, ACOMPANHADO DO RESPECTIVO CERTIFICADO DE REGULARIDADE VÁLIDO

Na seara das licitações a **SUSTENTABILIDADE** como Princípio foi definitivamente incorporada às contratações públicas por meio da Lei n. 12.349/2010, texto legislativo que deu nova redação ao art. 3º da Lei n. 8.666/93, *verbis*:

***Art. 3º** A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a **promoção do desenvolvimento nacional sustentável** e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
(Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (negritou-se e grifou-se).

O referido Princípio da promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. foi regulamentado pelo **Decreto n. 7.746/20012** - com redação parcialmente alterada pelo Decreto n. 9.178/2017 -o qual, entre outros critérios e práticas sustentáveis, estabeleceu, *verbis*:

Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e as práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão publicados como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada ou requisito previsto em lei especial, de acordo com o disposto no inciso IV do caput do art. 30 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

Observa-se que o referido regulamento, entre outros critérios, relacionou como prática de sustentabilidade que os produtos florestais madeireiros sejam originados de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento. Nesta licitação, **todos os** itens prevêm a utilização de madeira nas suas formas industrializaas, motivo pelo qual se constata que esse processo está enquadrado nas "atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recurso ambientais" relacionadas no Anexo VIII, da Lei n. 6.938/81, com redação da Lei n. 10.165/2000, com o código 07, Categoria Indústria de Madeira, Descrição: Serraria e desdobramento de madeira; preservação de madeira; fabricação de chapas, placas de madeira aglomerada, prensada e compensada; fabricação de estruturas de madeira e de móveis. A referida atividade também se encontra relacionada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA n. 6/2013, compilada pela Instrução Normativa IBAMA n. 11/2018.

Para controle dessas atividades, a Lei n. 6.938/81 - com alterações da Lei n. 7.804/89 - criou como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais. Veja-se:

Art 9º - São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente:

I a XI - omissis

XII - o Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais.

...Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

I - omissis

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.

Dessa forma, constata-se que, por força da referida Lei n. 6.938/81, as pessoas físicas e jurídicas que se dedicam às atividades qualificadas como potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras de recursos ambientais, devem estar registradas no referido Cadastro Técnico Federal administrado pelo IBAMA. Por sua vez, a exigência, nos certames licitatórios, da comprovação válida e regular dos licitantes no Cadastro Técnico Federal (CTF) do IBAMA, é matéria pacificada no âmbito do Tribunal de Contas da União, que também assentou entendimento que tal exigência derivada da lei tem pouca onerosidade e não restringe de forma injustificada a competição. Veja-se o excerto do **ACÓRDÃO N. 2894/2017 – TCU – Plenário**. *Inlitteris*:

...

15. No tocante à apresentação de certificado de regularidade válido, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, há respaldo no art. 17, inciso II, da Lei 6.938/1981, com redação dada pela Lei 7.804/1989:

Art. 17. Fica instituído, sob a administração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA:

II - Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, para registro obrigatório de pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, assim como de produtos e subprodutos da fauna e flora.'

16. No voto condutor do Acórdão 9.199/2012 - TCU - 2ª Câmara, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que tratou de licitação com objeto semelhante, restou assente que 'A exigência de Cadastro Técnico Federal (CTF) do Ibama tem respaldo no art. 17, inciso II, da Lei 6.938/1981, com redação dada pela Lei 7.804/1989'.

17. De fato, como se extrai da leitura do art. 17, inciso II, da Lei 6.938/1991, toda empresa que se dedica legalmente a atividades potencialmente poluidoras e/ou à extração, produção, transporte e comercialização de produtos potencialmente perigosos ao meio ambiente, a exemplo do objeto desse edital, deve estar registrada no Cadastro Técnico Federal, sendo a obtenção da respectiva certidão de pouca



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

onerosidade para o licitante, podendo ser solicitada via internet, conforme o art. 8º, § 1º, da IN-IBAMA 3/2009. De tal sorte que essa exigência editalícia não tem o condão de restringir injustamente a competitividade.

18. Por derradeiro, o Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais é um instrumento legalmente previsto para a gestão dos resíduos sólidos, conforme o art. 8º, inciso XVII, da Lei 12.305/2010. Desse modo, não há afronta aos ditames legais da lei de licitações, pois o art. 30, inciso IV, da Lei 8.666/1993 claramente permite a exigência, para fins de qualificação técnica, de 'prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial'.

...

20. No presente caso, o registro dos licitantes no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais seria obrigatória, por força do art. 2º da IN-IBAMA 3/2009, não havendo segmento que potencialmente poderia prestar esse serviço sem cumprir tal exigência do órgão ambiental.

...

VOTO

11. Em poucas palavras, o certificado de regularidade emitido pelo Ibama está previsto nas Leis 6.938/1991 e 12.305/2010, podendo ser exigido pelo edital à luz do art. 30, inciso IV, da Lei 8.666/1993, que claramente permite, para fins de qualificação técnica, a exigência de prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial. [...]

2.1.3 DA EXIGÊNCIAS DE LAUDOS DE ENSAIOS:

Por sua vez, a exigência de **laudos de ensaio** deriva da necessidade de se verificar tecnicamente se o produto ofertado atende as especificações descritas em edital e aos **requisitos funcionais intrínsecos ao produto**, visando obter maior vida útil do material, garantindo maior economicidade, pois diminuirá a necessidade de substituição, zelando assim pela aplicação econômica dos recursos públicos.

Também deve ser considerado que a certificação de acordo com as normas técnicas expedidas pela ABNT é usual entre as atuantes no mercado mobiliário corporativo que possuem nível de estrutura e organização esperado das empresas que desempenham objeto de magnitude semelhante ao pretendido por este Órgão, mesmo que agrupados em lotes.

Oportuno reiterar que a exigência dos laudos se presta para garantir que os produtos sejam de qualidade atestada. Ou seja, é imprescindível que se



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adquira um produto que ofereça as melhores condições relacionadas à qualidade de forma geral, resistência, durabilidade e segurança adequadas aos servidores e usuários em geral, resultando em um melhor investimento em relação custo e benefício, proporcionando condições mínimas de ergonomia. Através dessa comprovação, a Administração terá certeza que o produto entregue passou por processos que agregam a ele a qualidade e resistência necessárias ao perfeito cumprimento de sua necessidade e da utilização do produto.

Ademais, a exigência encontra respaldo na Jurisprudência do TCU. Veja-se excerto do **ACÓRDÃO N. 2525/2013 – TCU – PLENÁRIO**:

VOTO

34. No que se refere a este aspecto, manifesto-me de acordo com o posicionamento da unidade técnica no sentido de que tal ocorrência não se configurou, concluindo, em suma, que: (....)

c) não há limitação de competitividade em decorrência da exigência de laudos, certificados e outros documentos relativos aos produtos, pois sua exigência é um mecanismo que o poder público tem para atestar que os produtos adquiridos atendem às suas especificações; e (...)

2.2. OBRIGAÇÃO DE MONTAGEM DOS MÓVEIS:

Constitui obrigação da futura contratada a **MONTAGEM DE TODOS OS MÓVEIS**, salvo aqueles que o CONTRATANTE dispensar, na forma definida pelo inciso III, do item 11.2 do Capítulo 10 deste termo de referência, motivo pelo qual as licitantes deverão prever esse custo em suas propostas;

2.3 ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Durante o **PERÍODO DE GARANTIA DE 05 (CINCO) ANOS PARA TODOS OS MÓVEIS, EXCETO PARA OS ITENS 17 E 22 CUJO PERÍODO DE GARANTIA É DE 2(DOIS) ANOS**, a futura contratada deverá prestar **ASSISTÊNCIA TÉCNICA** aos móveis fornecidos, observadas as regras definidas no inciso VII do item 11.2 do Capítulo 11 deste termo de referência.

2.4 LOCAIS DE ENTREGA:

Todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário comercial, na Seção de Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no seguinte endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Fone para agendamento: (069) 3211-2013.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3 – JUSTIFICATIVA

Conforme dispõe o art. 2º da IN nº 004/2008-TRE/RO, este instrumento foi elaborado com base no princípio do planejamento e da objetividade. Foram levantadas pela Seção de Patrimônio (SEPAT), as necessidades das diversas unidades deste Tribunal adequando-as à conveniência e necessidade.

Justificam-se as aquisições dos bens, de forma geral, para o atendimento das atividades administrativas desempenhadas pelos servidores e pessoal terceirizado das unidades da capital e do interior, as quais demandam mobiliários funcionais sem descuidar das especificações adequadas, inclusive sob o aspecto ergonômico.

A aquisição também visa atender a necessidade de permuta de mobiliário instalados nas Zonas do interior e da capital, além da demanda referente a formação de ambientes no período eleitoral. Por fim, os novos bens proporcionarão maior qualidade no atendimento ao público interno e externo, além do necessário e imprescindível reaparelhamento das unidades.

De maneira específica, demonstra-se adiante a necessidade de aquisição de cada móvel:

LOTE 1 - MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO:

Item 01 (**02 un. ARMÁRIO SUSPENSO. DIMENSÕES: 800 X 340 X 400 (LXPXH)**): Com o objetivo de atender as necessidades do Fórum Eleitoral de Buritis;

Item 02 (**10 un. ARMÁRIO BAIXO. DIMENSÕES: 800 X 470 X 740 MM (LXPXH)**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais da capital em substituição aos que ora se encontram avariados;

Item 03 (**30 un. ARMÁRIO MÉDIO. DIMENSÕES: 800 X 470 X 1050 MM (LXPXH)**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais da capital em substituição aos que ora se encontram avariados e demais unidades do interior e da capital;

Item 04 (**30 un. ARMÁRIO ALTO. DIMENSÕES: 800 X 470 X 1640 MM (LXPXH)**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais da capital em substituição aos que ora se encontram avariados e demais unidades do interior e da capital;

Item 05 (**10 un. ARMÁRIO ALTO PORTA BAIXA (MISTO). DIMENSÕES: 800 X 470 X 1640 MM (LXPXH)**): Com o objetivo de atender os gabinetes dos juízes, secretarias e coordenadorias;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item 06 (**20 un. ARMÁRIO EXTRAALTO. DIMENSÕES: 800 X 470 X 2100 MM (LXPXH)**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais da capital em substituição aos que ora se encontram avariados e demais unidades do interior e da capital;

Item 07 (**20 un. GAVETEIRO VOLANTE COM 4 GAVETAS. DIMENSÕES: 400 X 470 X 620 (LXPXH)**): Com o objetivo de complementar as estações de trabalho descritas no **item 11** e em substituição aos que ora se encontram avariados nas unidades do interior e da capital;

Item 08 (**30 un. MESA RETA: 800X 600 X 740 MM (LXPXH)**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais e demais unidades da capital e interior, além de suprir a demanda requerida no período eleitoral;

Item 09 (**30 un. MESA RETA DIMENSÕES: 1000 X 600 X 740 MM (LXPXH)**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais e demais unidades da capital e interior, além de suprir a demanda requerida no período eleitoral;

Item 10 (**30 un. MESA RETA DIMENSÕES: 1200 X 600 X 740 MM (LXPXH)**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais e demais unidades da capital e interior, além de suprir a demanda requerida no período eleitoral;

Item 11 (**30 un. MESA EM “L” DIMENSÕES: 1400 X 600 X 1400 X 600 X 740 MM (LXPXLXPXH)**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais e demais unidades da capital e interior, principalmente em substituições aos itens avariados.

Item 12 (**20 un. ESTAÇÃO DE TRABALHO TIPO GOTA EXECUTIVA, MEDINDO 2100X1650X600X600X740MM**): Com o objetivo de atender às zonas eleitorais e demais unidades da capital e interior, principalmente em substituições aos itens avariados.

Item 13 (**05 un. MESA DE REUNIÃO EXECUTIVA. DIMENSÕES 2700 X 1200 X 740CM**): Com o objetivo de serem utilizadas em reuniões fora dos gabinetes, principalmente quando da formação de comissões no período eleitoral;

Item 14 (**05 un. BALCÃO RETO. DIMENSÕES: 1400 X 700 X 1100 MM (LXPXH)**): Para utilização nos trabalhos de credenciamento nos eventos internos e externos do Tribunal, principalmente pela equipe do Cerimonial;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Item 15 (**03 un. MESA TIPO APARADOR, DIMENSÕES: 2000X400X740 MM (LXPXA)**): Para utilização nos eventos internos e externos do Tribunal, principalmente pela equipe do Cerimonial;

Item 16 (**50 un. MESA COM TAMPO REBATÍVEL** medindo 2.000mm x 950mm x 900mm (CXLXA): Para utilização nos eventos de carga de urnas eletrônicas nas zonas eleitorais do interior e na Seção de Voto da capital, principalmente no período eleitoral.

LOTE 2 - CADEIRAS:

Item 17 (**100 un. CADEIRA FIXA EMPILHAVEL COM BASE CONTINUA, COM BRAÇO**); Para uso em eventos externos ou internos emergenciais, tais como fechamento de cadastro, recadastramento de eleitores, etc.

Item 18 (**100 un. POLTRONA GIRATÓRIA ESPALDAR ALTO**); Com o objetivo de atender às zonas eleitorais e demais unidades da capital e interior em substituição aos modelos antigos ou avariados;

Item 19 (**100 un. POLTRONA GIRATORIA COM BRAÇOS ESPALDAR MÉDIO**); Com o objetivo de atender às zonas eleitorais e demais unidades da capital e interior em substituição aos modelos antigos ou avariados;

Item 20 (**30 un. CADEIRA SOBRE LONGARINA DE 3 LUGARES**); Com o objetivo de atender às zonas eleitorais e demais unidades da capital e interior em substituição aos modelos antigos ou avariados, além de suprir a demanda por formação de ambientes em período eleitoral;

Item 21 (**06 un. CADEIRA FIXA PARA OBESO**); Para uso nas áreas de espera e espaços comuns.

ITEM 22 (**50 un. CADEIRA COM ASSENTO REBATÍVEL**); Com o objetivo de complementar e padronizar o quantitativo existente na sala de treinamento do Tribunal;

4 - DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observação obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este Termo de Referência detalha a aquisição de forma objetiva e leva em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, o objeto deste Termo de Referência **consta no Planejamento Anual das Contratações para 2019**, e vem ao encontro OBJETIVOS ESTRATÉGICOS estabelecidos no PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020 - MACRODESAFIOS deste órgão, a saber:

- Garantir a legitimidade do processo eleitoral;
- Consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança

Adotar-se-á como Valores:

Ética: Atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade;

Transparência: Garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais;

Acessibilidade: Garantir aos usuários o acesso simplificado e rápido a serviços e informações, observando os direitos de cidadania;

Celeridade: Atendimento da demanda do cidadão usuário no menor tempo possível;

Responsabilidade social e ambiental: Atitude responsável em relação aos critérios de sustentabilidade;

Inovação: Estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas;

Eficácia: Atuar no sentido de alcançar os resultados planejados;

Comprometimento: Atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades;

Qualidade de vida do servidor: Promover a melhoria da qualidade de vida de seus servidores.

APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA : Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA NO PROCESSO ELEITORAL



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

5 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

De acordo com o **Artigo 1º da Resolução CNJ n. 201/2015**, os órgãos do Poder Judiciário devem criar unidades ou núcleos socioambientais. Neste Tribunal, o referido núcleo foi instituído através da Portaria n.º 425/2017, de 07.07.2017.

No entanto, a referida Resolução **não estabeleceu critérios objetivos** que possam ser utilizados na mensuração da sustentabilidade exigida, o que nos leva a presumir que tais critérios de mensuração **deverão ser apresentados pelas unidades ou núcleos socioambientais**. Trata-se, a nosso ver, de árdua e demorada tarefa, pois as exigências devem ser mensuradas individualmente por serviço ou bem, levando em consideração as peculiaridades de cada item a ser adquirido e o órgão fiscalizador de cada produto, o que requer grande fonte de pesquisa.

Apesar dos critérios ainda não estarem implantados no TRE/RO, na especificação dos bens, adotou-se requisitos de sustentabilidade representado pela comprovação de registro do fabricante dos bens no Cadastro Técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras e/ou utilizadoras dos recursos ambientais do IBAMA, acompanhado do respectivo certificado de regularidade válido, ademais exigência com amparo **no art. 17, inciso II, da Lei 6.938/1981**, com redação dada pela Lei 7.804/1989.

6 - DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A unidade pretende formar Registro de Preços, com previsão de aquisições no 2º semestre de 2019 e 1º semestre de 2020.

É conveniente para a Administração que o material seja adquirido de forma parcelada pelas seguintes razões:

I - A quantidade é estimativa. A impossibilidade de se prever com exatidão o quantitativo, enquadra-se na hipótese do art. 3º, IV, do Decreto n. 7.892/2013;

II – A adoção da modalidade do Registro de Preço possibilitará a participação de outros órgãos da Administração Pública o que pode gerar economia de escala pelo aumento do quantitativo a ser licitado, na forma prevista no art. 3º, III, do Decreto n. 7.892/2013;

III - A formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária. Isso implica em dizer que a Administração pode deflagrar o certame mesmo sem a disponibilidade de recursos financeiros. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em maior eficiência e celeridade nas atividades administrativas (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7892/2013).

Sobre o suporte orçamentário para garantir todas as aquisições que compõem o objeto da contratação, deve-se registrar que os constantes contingenciamentos que vêm sendo impostos a estes Regional, não garantem que os recursos estarão disponíveis quando da celebração do contrato originado na licitação convencional. Tais óbices são solucionados pela adoção do registro de preço, posto que a Administração poderá, no decorrer do prazo de validade da ata, emitir os empenhos de acordo com a prioridade de execução e a efetiva disponibilidade orçamentária.

Importante anotar que se tratando de registro de preços, o quantitativo licitado não obriga a Administração a adquirir o quantitativo total registrado na ARP. A aquisição dar-se-á de acordo com a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

REGISTRE-SE QUE NÃO HÁ REGISTRO DE PREÇOS VIGENTE OU COMPROMISSÁRIO PARA FORNECIMENTO DOS MATERIAIS PERMANENTES ESPECIFICADOS NESTE TR.

TAMBÉM NÃO FORAM LOCALIZADAS ARP'S QUE CONTEMPLASSEM O ROL DE PRODUTOS ORA PRETENDIDOS.

6.2 DO REGISTRO DE IRP:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, alterado pelo Decreto n. 9.488/2018, a SEPAT se manifesta **favorável** ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, pois vários Órgãos Públicos integrantes do sistema SIASG utilizam os móveis detalhados neste TR nas suas atividades ordinárias, de modo que poderá haver interesse efetivo na participação contribuindo para o ganho em escala.

No caso de outros órgãos manifestarem interesse em aderir à intenção de registro de preços - **no novo prazo de 8 (oito) dias úteis fixado pelo Decreto n. 9.488/2018** - deverão encaminhar as seguintes informações mínimas:

I – quantitativo total;

II – quantitativo mínimo por aquisição (de cada item). **Considerando a busca pela economia de escala, será indeferida, de plano, a solicitação de adesão à IRP cuja pretensão seja inferior ao quantitativo mínimo definido no quadro contido no item 7.1 deste Termo de Referência;**

III – cronograma de aquisição;

IV – endereço completo do local de entrega;

V – disponibilidade orçamentária;

VI – responsável pelo recebimento (nome, telefone e função).

6.3 DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME:

Durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor (*caput* do Art. 22, do Decreto n. 7.892/2013 e suas modificações pelo Decreto n.9.488/2018).

JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário: Justifica-se a possibilidade de adesão: **a)** em razão das **especificações dos bens**, de emprego bastantes comuns na maioria dos órgãos da Administração. Assim, por certo haverá interesse na utilização da futura ARP; **b)** além disso, a previsão de fornecimento para órgãos aderentes tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

De acordo com o Art. 22, § 3º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, as aquisições ou contratações



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

De acordo com o Art. 22, § 4º do Decreto n. 7.892/2013, **na redação conferida pelo Decreto n. 9.488/2018**, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao **dobro do quantitativo** de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

No procedimento de Adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto 7.892/2013, **com as alterações promovidas pelo Decreto n. 9.488/2018 e as ORIENTAÇÕES DA SGMP E AGU, publicadas no PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL em 04/10/2018** - e, por fim, na Instrução Normativa nº 04/2008 deste Tribunal.

6.4 DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

7 – DO VALOR ESTIMADO

O valor total estimado desta contratação é de **R\$ 1.064.949,44**(um milhão, sessenta e quatro mil, novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), previstos para o Exercício de 2019/2020.

Os preços foram obtidos em pesquisa de banco de preços, tendo-se como critério as contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços (art. 2º, III, da IN SLTI/MPOG 05/2014).

Também utilizamos a Pesquisa de Mercado 04/2019/SEPAT para obtenção de preços de alguns móveis específicos.

LOTE – 01 - MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO										
Item	Descrição	Ata/Item	Valor	Ata/Item	Valor	Ata/Item	Valor	Pço. Médio	Qtde.	Total-R\$
0	Armário	Banco de Preços						1.02	2	2.051,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1	Suspensão							5,67		34
0 2	Armário Baixo	Banco de Preços						1.42 9,44	1 0	14.29 4,40
0 3	Armário Médio	Banco de Preços						1.42 9,44	3 0	42.88 3,20
0 4	Armário Alto	Banco de Preços						1.68 6,45	3 0	50.59 3,50
0 5	Armário Alto com porta baixa(MI STO)	Pes quis a 04/2 019 - OM Silv a	1.3 20, 00	Pesq uisa 04/2 019- Hom me Offic e	1.5 10, 00	Pesquisa 04/2019- Techiline	1.60 0,0 0	1.47 7,00	1 0	14.77 0,00
0 6	Armário Extra Alto	Banco de Preços						1.99 9,50	2 0	39.99 0,00
0 7	Gaveteiro Volante	Banco de Preços						862, 67	2 0	17.25 3,40
0 8	Mesa Reta 800mm	Banco de Preços						620, 36	3 0	18.61 0,80
0 9	Mesa Reta 1000mm	IFM A/1 2	522 ,00	UFA P/18	630 ,00	Bco.de Preços	691 ,00	615, 00	3 0	18.45 0,00
1 0	Mesa Reta 1200mm	Banco de Preços						949, 37	3 0	28.48 1,10
1 1	Mesa em "L"1400 x1400m m	IFM A/0 1	1.2 93, 00	UFA P/01 4	1.2 87, 00	CIMCER O/Home Office /39	1.1 59, 00	1.24 7,00	3 0	37.41 0,00
1	Estação	Pes	4.6	Pesq	4.8	Pesquisa	5.2	4.90	2	98.04



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2	trabalho tipo gota	quis a 04/2 019 - OM Silv a	50, 00	uisa 04/2 019- Tech iline	20, 00	04/2019- Homme Office	34, 00	2,00	0	0,00
1 3	Mesa de Reunião (2700x12 00)	IFM A/2 1	1.7 40, 00	UFA P/23	2.0 65, 00	TC_RO/1 7	2.0 93, 00	1.96 6,00	5	9.830, 00
1 4	Balcão Reto (1400x70 0)	IFM A/3 7	1.6 80, 00	UFA P/28	1.5 46, 00	Pesquisa 04/2019- OM Silva	1.5 00, 00	1.57 6,00	5	7.880, 00
1 5	Mesa tipo Aparador p/ Decoraçã o	Pes quis a 04/2 019 - OM Silv a	1.4 80, 00	Pesq uisa 04/2 019- Tech iline	1.8 00, 00	Pesquisa 04/2019- Homme Office	1.5 90, 00	1.62 4,00	3	4.872, 00
1 6	Mesa c/tampo Rebatível	Pes quis a 04/2 019 - OM Silv a	5.7 00, 00	Pesq uisa 04/2 019- Tech iline	5.4 00, 00	Pesquisa 04/2019- Homme Office	5.9 80, 00	5.69 4,00	5 0	284.7 00,00
TOTAL – LOTE -01-R\$										675.3 39,74
LOTE – 02 - CADEIRAS										
1 7	Cadeira fixa	IFM A/7	232 ,00	UFA P/51	217 ,00	CIMCER O/	300 ,00	250, 00	1 0	25.00 0,00

[illegible]

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1 DO CRONOGRAMA DE AQUISIÇÕES

Os bens permanentes serão adquiridos conforme a necessidade efetiva deste órgão. As quantidades de cada item são estimadas e não obriga a Administração a sua contratação total durante a validade a Ata de Registro de Preços, podendo o TRE/RO realizar a contratação dos quantitativos necessários, observado o quantitativo mínimo por item, na forma do cronograma abaixo:

ITEM	MATERIAL	QTDAD E	2º SEMESTR E 2019	1º SEMESTR E 2020	QUANTIDAD E MÍNIMA POR PEDIDO
LOTE 01 – MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO					
01	Armário Suspenso	2	2	-	2
02	Armário Baixo	10	5	5	5
03	Armário Médio	30	10	20	10
04	Armário Alto	30	10	20	10
05	Armário Alto (MISTO)	10	5	5	10
06	Armário Extra Alto	20	10	10	10
07	Gaveteiro Volante	20	10	10	10
08	Mesa Reta 800mm	30	15	15	15
09	Mesa Reta 1000mm	30	15	15	15
10	Mesa Reta 1200mm	30	15	15	15

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11	Mesa em “L” 1400x1400m m	30	10	20	10
12	Estação trabalho tipo gota	20	10	10	5
13	Mesa de Reunião (2700x1200)	5	2	3	3
14	Balcão Reto (1400x700)	5	2	3	2
15	Aparador p/ Decoração	3	1	2	1
16	Mesa c/tampo Rebatível	50	20	30	30
LOTE 02 - CADEIRAS					
17	Cadeira fixa Empilhável	100	50	50	50
18	Poltrona Giratória, Espaldar Alto	100	50	50	50
19	Poltrona Giratória, Espaldar Médio	100	50	50	50
20	Cadeira sobre Longarinas, de 3 lugares	30	10	20	10
21	Cadeira fixa para obeso	6	3	3	3
22	Cadeira Giratória c/ assento rebatível	50	20	30	20

7.2 DA ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tratando-se de formação de registro de preços e considerando que a dotação orçamentária está, em parte, pendente de definição no orçamento de 2019, deixa-se de indicá-la nesta oportunidade, entendendo, não haver qualquer irregularidade, posto que o desencadeamento do registro de preços independe da existência de recursos financeiros, sendo necessária a indicação da fonte somente no ato da contratação, conforme disposto no art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013.

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.122.0570.20GP.0011 – 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Adm. na Justiça Eleitoral / 0011 - No Estado de Rondônia

CATEGORIA DA PROGRAMAÇÃO: MANUTENÇÃO GERAL

AGREGADOR: REAPARELHAMENTO

DESPESA AGREGADA: OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS

NATUREZA DA DESPESA: 449052.42 – MOBILIÁRIO EM GERAL

8 - DO CERTAME LICITATÓRIO

8.1 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Trata-se bens comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes. É possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos equipamentos. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão, na forma eletrônica, **para formação registro de preços, do tipo menor preço, por lote, na forma de fornecimento parcelado**, consoante as condições definidas neste Termo de Referência.

8.2 DO AGRUPAMENTO:

Inicialmente, registre-se que todos itens agrupados são de mesma natureza.

O **agrupamento dos itens em lotes** decorre da necessidade de manter-se a estética visual das aquisições, que equivale à padronização do mobiliário. Um ganhador para cada item separadamente comprometeria a estética do mobiliário utilizado pelo TRE/RO. Há que se destacar, ainda, que a maioria dos itens são complementares, o que só será garantido com o atendimento da demanda por apenas um fornecedor/fabricante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Tome-se, por exemplo, o tecido de uma determinada cadeira que, invariavelmente, possui a mesma cor, porém com inúmeras variações de tonalidades entre os diversos fabricantes. Acerca de agrupamento em caso desta natureza (padronização), veja-se excerto do **Acórdão 7243/2017 - TCU - 2ª Câmara**:

‘3.1 Os itens estão agrupados pois são da mesma natureza e visam à padronização do design e do acabamento dos diversos móveis que comporão os ambientes e objetiva ‘garantir um mínimo de estética e identidade visual apropriada, por lote e localidade, já que os itens fazem parte de um conjunto que deverá ser harmônico entre si’, conforme previsto e pacificado nos acórdãos: Acórdão 5.301/2013-Segunda Câmara, Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara e Acórdão 861/2013-Plenário-TC 006.719/2013-9.’

Ademais, a adoção de licitação por itens isolados exigiria elevado número de procedimento para seleção, o que tornaria extremamente oneroso a atividade da Administração pública sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a economia de escala e a celeridade processual, comprometendo a seleção de proposta mais vantajosa buscada no certame.

Por sua vez, a medida não prejudicará a competitividade, mas sim o oposto. Exatamente pela quantidade de itens agrupados e o tamanho e o valor total do lote tornará o certame mais atraente às empresas do ramo.

8.3 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS (DOS LOTES) INFERIORES A R\$ 80.000,00 E DA NÃO RAZOABILIDADE DE FORMAÇÃO DE COTAS PARA ITENS DIVISÍVEIS:

Os 3 (três) lotes especificados excedem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Contudo, diversos itens que compõem os lotes possuem valor inferior a esse patamar, assim como há itens **com natureza divisível** com valor superior a esse patamar.

Contudo, no entendimento da unidade solicitante **NÃO** se aplica a esta aquisição o previsto no art. 48, III da Lei Complementar n. 123/2006 (regulamentado pelo Art. 8º do Decreto n. 8.538/2015), que estabelece a destinação de cota de até 25 % para ME/EPP para itens/lotes compostos por bens divisíveis.

A adoção dessa regra poderá trazer prejuízo ao conjunto das aquisições pretendidas na medida em que a justificativa para formação de lotes é



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justamente a **padronização do mobiliário** a ser adquirido. Dessa forma, a aquisição fracionada de determinado lote - ou parte dos bens de um determinado lote - com fornecedores distintos levaria a inocuidade da solução adotada, com flagrante prejuízo à Administração. Isso porque com a subdivisão haverá possibilidade de que sejam ofertados produtos de marca/modelo diferentes de um mesmo bem, além de características estéticas diferenciadas que impediriam a padronização buscada.

Assim, com fundamento no Art. 49, III, da LC n. 123/2006, regulamentado pelo Art. 10, II do Decreto n. 8.538/2015, **entende-se que deva ser afastada a formação de cotas de bens divisíveis para ME/EPP's, podendo tais participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).**

8.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:

I - Os preços apresentados pelos fornecedores deverão cobrir todos os custos diretos e indiretos, abrangendo, se for o caso, custos com mão de obra, leis e encargos sociais decorrentes, ferramentas e equipamentos, transportes e frete, montagem, garantia e assistência técnica no período da garantia, enfim, tudo quanto for preciso para garantir a entrega, a qualidade e funcionalidade dos materiais ofertados;

II - O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, a adjudicatária se comprometerá a entregar o objeto no local e datas informadas no cronograma de previsão de contratação;

III - A aceitação das propostas e o recebimento do objeto deverão obedecer aos seguintes parâmetros, **sob pena de desclassificação:**

a) O valor estimado do **item que integra cada lote** é o parâmetro de preço máximo a ser utilizado pelo pregoeiro para julgamento e aceitação da proposta, cabendo-lhe julgar eventual variação na análise do caso concreto;

b) As propostas inseridas no sistema eletrônico de compras deverão informar, necessariamente, as respectivas **MARCA** e **MODELO** dos bens ofertados.

c) Envio de **catálogo técnico de cada produto cotado**, nos quais necessariamente constarão imagens e desenhos com cotas para todos os itens do lote, comprovando que os itens ofertados fazem parte de sua linha de fabricação. Esta condição será de extrema relevância para a avaliação dos bens, assim como os seguintes fatores: conformidade com as especificações, características técnicas e certificados de conformidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentados, qualidade, durabilidade, acabamento, estética, ergonomia e funcionalidade;

d) DA SOLICITAÇÃO DE AMOSTRAS: Independentemente da alínea anterior, ocorrendo qualquer tipo de dúvida acerca da proposta da empresa licitante, o Pregoeiro se reservará ao direito de solicitar ou não o envio de amostra para análise, a qual deverá ser apresentada no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, sob pena de desclassificação da proposta. O art. 43, § 3º da Lei n. 8.666/93 possibilita diligência da comissão de licitação (pregoeiro) em razão de dúvida sobre a qualidade do produto apresentado. Neste ponto, entende-se que a amostra prévia evita a dúvida da qualidade no momento de adjudicação, torna o processo mais célere e mais seguro, pois houve de fato a análise dos produtos apresentados pela empresa, ou ao menos, os de maior relevância. Ademais, tal metodologia já foi avaliada e aprovada pelo Tribunal de Contas da União, a exemplo do acórdão **n. 491/1995 – Plenário**.

d1) O envio e a devolução da amostra de material previsto no item anterior devem correr a expensas da licitante. A Administração reserva-se o direito de reter a amostra até o fornecimento do item adjudicado, a fim de verificar a compatibilidade da amostra com o item efetivamente entregue.

e) Apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos para todos os lotes que a licitante estiver apresentando proposta, exceto no caso dos itens 17 e 22 cujas garantias serão de no mínimo 2(dois) anos. O período de garantia e o prazo de validade remanescente serão contados a partir da entrega do material, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo emitido pela Seção de Patrimônio - SEPAT.

f) Os documentos listados na alínea "f", item 2.1 deste Termo de referência;

IV - Os bens ofertados deverão estar estritamente de acordo com as especificações exigidas, inclusive no que diz respeito às especificações de embalagens, validades e garantias.

V - Salvo se expressamente constar na especificação dos bens, não serão aceitos equipamentos que tenham sido objeto de quaisquer processos de recondicionamento e ainda os que se apresentarem fora das embalagens originais de seus fabricantes;

VI - As embalagens dos equipamentos deverão conter as respectivas especificações técnicas e as informações concernentes a seus fabricantes ou importadores (razão social, CNPJ, endereço, etc.);



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.5 DA HABILITAÇÃO:

I - Habilitação jurídica: Tratando-se de sociedades comerciais as licitantes deverão apresentar o Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado. Tratando-se de sociedades por ações, os atos constitutivos deverão estar acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores, em ambos os casos comprovando que a empresa exerce atividades compatíveis com o objeto do presente Termo de Referência.

II - Habilitação fiscal: A licitante deverá estar regular junto ao SICAF e/ou apresentar comprovante de regularidade perante a Fazenda Federal e/ou Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Certidão Negativa de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CNJ);

III - Habilitação técnica dispensada: A exigência se encontra no campo da discricionariedade da Administração, que a exerce em face do binômio necessidade/utilidade, motivo pelo qual entendeu não aplicável a exigência da apresentação de atestado técnico operacional das licitantes em razão do objeto do certame, todos bens de pronta entrega, embora com obrigações futuras. Além disso, a dispensa do atestado encontra amparo na norma expressa do § 1º do art. 32 da Lei n. 8.666/93. Veja-se:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

§ 1º A documentação de que tratam os arts. 28 a 31 desta Lei poderá ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão. (negritou-se e grifou-se).

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

I - Homologado o resultado da licitação, a adjudicatária será formalmente convocada para retirar, assinar e devolver a Ata de Registro de Preços que firmará o compromisso para futura aquisição, a qual corresponderá à minuta da Ata de Registro de Preços anexa ao edital adaptada à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 8.666/93.

a) a adjudicatária será convocada pela Seção de Contratos do TRE-RO, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI;

b) após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a adjudicatária será convocada, por meio de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura da Ata de Registro de Preços, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação;

c) O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

c) Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do ata para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela adjudicatária.

II - Como condição para celebração da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária deverá comprovar, no ato de sua assinatura, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça.

III - Com fundamento no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no Art. 27, § 3º c/c Art. 28, ambos do Decreto n. 5450/2005, ao adjudicatário regularmente convocado que não comprovar a regularidade exigida pelo item II deste Capítulo ou não assinar a ata de registro de preços, será aplicada a multa de 30% (trinta por cento) do valor a ele adjudicado.

IV - É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado (parágrafo único do artigo 13 do decreto 7.892/2013).

V - A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.

VI - Os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 01 (um) ano, podendo ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput do art. 65 da Lei n. 8.666/93 na forma disciplinada pelo edital do certame.

10 – DO CONTRATO

10.1 JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DE INSTRUMENTO DE CONTRATO OU CARTA-CONTRATO:

Trata-se de aquisição de bens com previsão de **entrega imediata**, na definição do art. 49, § 4º, da Lei n. 8.666/93 (sendo que o prazo de 30 dias ali previsto, na forma do **ACÓRDÃO N. 1234/2018 - TCU - PLENÁRIO**, deve ser entendido como aquele que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação - aqui a validade será da ARP).

Durante a vigência do contrato serão observadas as regras definidas no inciso VII do item 11.2 do Capítulo 11 deste termo de referência.

Por outro lado, este termo de referência define o **PERÍODO DE GARANTIA DE 05 (CINCO) ANOS PARA TODOS OS MÓVEIS, EXCETO PARA OS ITENS 17 E 22 CUJAS GARANTIAS DEVERÃO SER DE NO MÍNIMO 2(DOIS) ANOS**. A futura contratada deverá prestar, durante a vigência da garantia, **ASSISTÊNCIA TÉCNICA** aos móveis fornecidos. Assim, o INSTRUMENTO DE CONTRATO seria cabível pela aplicação direta do **art. 62, § 4º da Lei n. 8.666/93**, abaixo reproduzido:

Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

§ 4º É dispensável o "termo de contrato" e facultada a substituição prevista neste artigo, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Ocorre que o TCU vem entendendo como **desnecessária a celebração de contrato nas compras com entrega imediata, nas quais hajam previsão de garantia** - da qual quase sempre decorre a **prestação de assistência técnica** - ou mesmo a não inclusão do período da garantia no prazo de vigência dos contratos (**DECISÃO TCU N. 202/2002**), posto que essa responsabilidade/obrigação (secundária) do fornecedor dos produtos ou serviços já está prevista nos arts. 69 e 73, § 2º, da Lei 8.666/93.

Contudo, essa posição foi parcialmente alterada no recente **ACÓRDÃO N. 1234/2018 - TCU - PLENÁRIO, de 30/5/2018**. Veja-se:

9.1.1 há possibilidade jurídica de formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota de empenho, independentemente do valor ou da modalidade licitatória adotada, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/1993 e à luz dos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa que regem as contratações públicas;

9.1.2 a “entrega imediata” referida no art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993 deve ser entendida como aquela que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação;

Da leitura do voto vencedor do Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO resta claro que a dispensa de celebração de instrumento de contrato no qual estejam previstas **obrigações futuras** como a garantia e a **assistência técnica**, que não extrapolam a garantia legal (90 dias para bens duráveis, art. 24 c/c art. 26, II, ambos do CDC), não se aplicando, portanto, à garantia contratual. Veja-se o excerto extraído do referido Acórdão:

...

13. Há que se ponderar também que, nesses casos de compras em que não há obrigações futuras, a entrega do bem adquirido extingue a relação entre as partes, sendo desnecessária, e até incompatível com o objeto, a formalização de termo contratual para reger as obrigações e controlar o cumprimento destas. A esse respeito, assinalo que a garantia legal (e a correspondente assistência técnica), de que trata o art. 24 do Código de Defesa do Consumidor, é naturalmente oferecida pelo fabricante ou revendedor, independentemente de quem seja o comprador, e, por esse motivo, prescinde de obrigação contratual para ser exigida e cumprida. ...

DESSA FORMA, SALVO MELHOR JUÍZO, ESTA UNIDADE ENTENDE QUE DEVERÁ SER CELEBRADO INSTRUMENTO DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATO (OU CARTA-CONTRATO PARA OS VALORES ATÉ R\$ 1.430.000,00 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E TRINTA MIL REAIS), COM AS FUTURAS CONTRATADAS.

10.2 DO PROCEDIMENTO PRÉVIOS PARA A CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Em face das demandas e na existência de disponibilidade orçamentária para a contratação, a compromissária da ata de registro de preços será formalmente convocada, dentro do prazo de validade do compromisso, para assinatura do contrato, adaptado à proposta vencedora, observadas as disposições da Lei n. 10.520/2002 e, de forma subsidiária, a Lei n. 8.666/93.

No ato da assinatura do contrato a compromissária deverá apresentar regularidade junto ao **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Conselho Nacional de Justiça. **Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF e de outras certidões, a compromissária deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e neste termo de referência.**

Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a compromissária realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO.

Após a realização do cadastro e liberação pela Seção de Contratos, a compromissária será convocada para assinar o contrato, nos Termos da minuta ajustada à proposta vencedora, devendo realizar a **assinatura eletrônica** no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após a solicitação da Seção de Contratos.

Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Seção de Contratos remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela compromissária. **O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela compromissária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com a assinatura do contrato a contratada se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão e seus anexos e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora da contratada, independentemente de transcrição.

À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei n. 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Instrução Normativa TRE/RO n. 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la. Supletivamente, a Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor a ela adjudicado (art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato).

10.3 DO PRAZO DE FORNECIMENTO, ALTERAÇÕES E EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Prazo de entrega: Após o recebimento da nota de empenho a contratada deverá entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que de forma justificativa observados o art. 57, § 1º da Lei n. 8.666/93 e o procedimento estabelecido neste TR.

Prazo vigência: O prazo de vigência do contrato será de 90 (noventa) dias. Justifica-se esta vigência para cobertura de eventuais atrasos no cumprimento da entrega e pagamento da obrigação.

Por se tratar de contrato de escopo, de execução (fornecimento) imediata, **não há previsão de reajuste de preços**, em nenhuma das modalidades, independente de eventuais prorrogações de prazo de execução.

Havendo necessidade, o **contrato poderá ser objeto de alterações** nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei n. 8.666/93.

Admite-se **eventual reequilíbrio** na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei n. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

I - Requisitar o fornecimento dos materiais somente após a assinatura do contrato com a compromissária da Ata de Registro de Preços. A requisição dar-se-á conforme a existência de demanda de consumo deste Tribunal e recursos orçamentários disponíveis;

II - Acompanhar e fiscalizar - por seus agentes - os aspectos quantitativo e qualitativo, os quais anotarão em registro próprio as falhas detectadas e comunicarão à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

III - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidos neste instrumento;

IV - Orientar a CONTRATADA acerca do fornecimento do objeto do contrato e autorizar, quando necessário, o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho quando necessário, observando as normas de segurança existentes;

V - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do avençado;

VI - Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;

VII - Receber de forma provisória os bens, no ato da entrega, acompanhados da Nota Fiscal, mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE/RO. O recebimento provisório do produto entregue não implica sua aceitação;

VIII - Receber de forma definitiva os produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos deste termo de referência e da proposta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE/RO. **Nos termos do art. 29, § 3º, II, “b”, da IN n. 04/2008 deste TRE/RO, para valores acima da modalidade convite, o recebimento definitivo será feito por Comissão designada pelo Presidente do TRE/RO;**

IX - Recusar e devolver, mediante emissão de Termo de Recusa de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TRE/RO, no qual explicitará a razão da recusa do produto, os materiais entregues em que se tenha constatado:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Produtos em desacordo com especificações estabelecidas neste termo de referência e na proposta da contratada;
- b) Produtos com período de garantia e o prazo de validade remanescentes inferiores ao solicitado neste Termo de Referência;
- c) Produtos apresentarem com quaisquer vícios de qualidade ou impropriedades para o uso.

X - Pagar, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo ser atestado no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Patrimônio do TRE/RO, sendo efetuadas as retenções legais.

- a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho;
- b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;
- c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação - que será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência e calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

365

$$I = \frac{0,00016438}{365}$$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

I - Cumprir as obrigações contratuais e ainda, as disposições estabelecidas no edital, neste termo de referência e em sua proposta, as quais integrarão o futuro contrato independentemente de transcrição;

II - Entregar e realizar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, observando as seguintes regras:

a) O material solicitado deverá ser entregue e montado nos endereços indicados no item 2.4 deste Termo de Referência;

b) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 8h00 às 18h00, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Patrimônio do TRE/RO.

III - MONTAR OS MÓVEIS no prazo definido em comum acordo com a fiscalização em razão da quantidade de itens do fornecimento - ou na falta dele, no prazo definido pela fiscalização do contrato;

a) A CONTRATADA deverá disponibilizar todo o pessoal responsável pela montagem, sem qualquer custo adicional porque já previsto no preço final dos móveis;

b) A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, previamente ao início dos serviços, o nome de todas as pessoas que executarão a montagem do mobiliário para a devida autorização de ingresso nas dependências do Tribunal;

c) A fiscalização do contrato poderá exigir a correção dos serviços de montagem sempre que estiverem em desacordo com técnica adequada a sua destinação;

d) A critério do CONTRATANTE, poderá ser dispensada a montagem de algum mobiliário na entrega, podendo ser exigida a montagem em fase posterior.

IV - Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

V - Recolher, mediante agendamento, as suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, o CONTRATANTE se reservará o direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

b) Na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica este Tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da CONTRATADA.

VI - Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação devidamente justificada do prazo inicial, dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE/RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

a) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TRE/RO.

VII - Prestar **garantia e assistência técnica**, pelo período de 05 (cinco) anos, de acordo com este termo de referência, o edital, o contrato e a proposta de preços ofertada no certame licitatório;

a) A empresa fornecedora deverá entregar, juntamente com cada item ou lote de material adquirido, o respectivo certificado de garantia nas condições exigidas neste termo de referência;

b) Durante todo o período de garantia a CONTRATADA deverá prestar assistência técnica ao mobiliário fornecido, nos termos da legislação aplicável aos direitos do consumidor e do certificado de garantia (no que não conflitar com as regras fixadas neste TR, no contrato e em sua proposta);

c) A empresa fornecedora deverá informar canal de contato para abertura de chamado para assistência técnica, que deverá ser, preferencialmente, via telefone (chamada 0800 ou local), ou outro meio que possibilite o registro de número de protocolo de atendimento, com a respectiva data de registro;

d) O prazo para atendimento aos chamados para prestação de assistência técnica será de:
d1) 3 (três) dias úteis, no caso de atendimentos a serem realizados em Porto Velho, Estado de Rondônia; e,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d2) 5 (cinco) dias úteis, no caso de atendimento a serem realizados em municípios do Interior do Estado.

VIII - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do **Item 7**, na forma do artigo 65, § 1º e 2º, da Lei 8.666/93;

IX - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte do CONTRATANTE e prestar todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações formuladas;

X - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

XI - Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros em decorrência da execução do contrato;

XII - Cumprir, no prazo determinado na notificação expedida, determinação do fiscal ou do gestor do contrato para adimplemento de obrigação contratual, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Manter-se, durante a execução do Contrato, em situação de plena regularidade junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua adimplência com a Fazenda Pública, ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Conselho Nacional de Justiça e à Justiça do Trabalho.

12 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Sanções relacionadas ao procedimento da licitação e à formação do registro de preços constarão do edital do certame.

12.2 SANÇÕES MORATÓRIAS: O descumprimento injustificado das obrigações firmadas em contrato, garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, sujeita a contratada a multa moratória, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei n. 8.666/93, na forma seguinte:

I - Atraso nos prazos de entrega, montagem e substituição dos móveis recusados:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 10 (dez) dias, aplicada sobre o montante dos bens não entregues, montados ou substituídos;

b) a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

II - Atraso nos prazos de prestação de assistência técnica:

a) multa de 1% (um por cento) ao dia até o limite de 05 (cinco) dias úteis, aplicada sobre o valor total do contrato;

b) a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso poderá ser caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação.

III - Descumprimentos das demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento: multa de 1% (um por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 3 (três) descumprimentos: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;

c) A ocorrência de descumprimentos superiores a 3 (três) poderá caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

12.3 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa sobre o valor do contrato, fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções prevista neste TR, nos seguintes termos:

b1) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, pelo descumprimento da obrigação de entrega dos materiais, após a devida notificação pela fiscalização;

b2) de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contato, no caso de recusa em assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;

b3) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, caso os bens entregues estejam em desacordo com a especificação, tanto no aspecto quantitativo como qualitativo;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b4) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, por ocorrência, no caso de não emissão de documento, imprescindível ao pagamento;

b5) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, caso negue-se a fornecer a integralidade dos bens sem motivo consistente e justificado devidamente apurado pelo Tribunal, ou por descumprimentos sucessivos que resultem na inviabilidade de execução do contrato.

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.4 Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

12.5 O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU n. 567/2015- Plenário**).

12.6 A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei n. 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011-Plenário**).

12.7 Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

12.8 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

12.9 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02);

12.10 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

12.11 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

12.12 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização do contrato será exercida pelo titular da Seção de Patrimônio - SEPAT deste Tribunal, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas no art. 27 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

A Gestão do contrato será exercida pelo titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio deste Tribunal, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas no art. 28 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os procedimentos adotados são os previstos neste Termo de Referência, na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 e na legislação em vigor.

Em 02 de agosto de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ALBERTO SOARES VIDAL, Chefe de Seção**, em 02/08/2019, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0441023** e o código CRC **DC262D90**.

0001443-60.2019.6.22.8000

0441023v2

Criado por 040911100710, versão 2 por 040911100710 em 02/08/2019 14:06:09.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001443-60.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEPAT

ASSUNTO: Inicial Pregão com formação de Ata de Registro de Preço - Aquisição de material permanente (Mobiliário) – Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 0437945 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Patrimônio com o objetivo de eventual aquisição de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mobiliário corporativo, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias deste TRE/RO, no exercício de 2019.

02. Anexou-se aos autos a pesquisa de mercado realizada no mercado local e no banco de preços ([0419936](#), [0419937](#), [0419938](#), [0419939](#), [0419940](#), [0419941](#), [0419942](#), [0419943](#), [0419944](#), [0419945](#), [0419946](#), [0419947](#), [0419949](#), [0419952](#), [0419953](#), [0419954](#), [0419955](#), [0419956](#) e [0419964](#)) e o Termo de Referência nº 44 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0419973](#)).

03. No Despacho nº 2324/2019 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0420766](#)), o secretário de administração, orçamento, finança e contabilidade encaminhou os autos à Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP para análise do TR, à Seção de Contratos – SECONT para elaboração da minuta do instrumento contratual e a esta Assessoria Jurídica da Diretoria-geral – AJDG para análise e emissão de parecer jurídico. Ainda, registrou a prescindibilidade da indicação de dotação orçamentária, haja vista que o sistema de registro de preço a ser adotado, nos termos do § 2º do art. 7º da Decreto 7.892/2013.

04. Após solicitação de diligência da COMAP ([0422305](#)), a setor demandante elaborou um novo Termo de Referência nº 54 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0423844](#)), contendo o objeto, a justificativa, formação de registro de preços, o valor e a previsão de aquisições, aderência ao plano orçamentário, critérios de aceitação da proposta e específicos de habilitação, ata de registro de preços, contrato, obrigações das partes, pagamento e penalidades e fiscalização e gestão.

05. A COMAP, unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do **inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08**, por meio de sua coordenadora, concluiu que a contratação pretendida se encontra em consonância com as normas gerais de contratação estabelecidas pelos art. 3º, inciso II, da lei nº 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto nº 5.450/05, conforme Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 63/2019 - [0423973](#)).

06. Assim instruídos, os autos foram direcionados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico que, após compulsar os autos, verificou a incompatibilidade entre o posicionamento do Tribunal de Contas da União e a exigência de declaração de garantia emitida exclusivamente pelo fabricante com firma reconhecida e registrada em cartório, conforme Solicitação de Diligência AJDG [0426307](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Em resposta, a SEPAT juntou o TR nº 71 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SEPAT ([0435340](#)), no qual substituiu a referida condição para apresentação de declaração de garantia do produto por um período mínimo de 05 (cinco) anos.

08. Por fim, a Seção de Contratos – SECONT, elaborou minuta do contrato e a encaminhou para AJDG para análise ([0435614](#)). É o necessário relato.

II – DA DEFINIÇÃO DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO

09. No que respeita à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União – TCU, considerando o uso de Pregão Eletrônico, prescreve:

Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário) - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

Acórdão 265/2010 Plenário - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra ínsita no art. 1ª, parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

10. O Manual de Licitações & Contratos - 4ª edição - dessa mesma Corte de Contas, estabelece:

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa. (pag. 62)

11. Por sua vez, a Lei n. 10.520/02 institui a modalidade do pregão e no seu artigo 1º, parágrafo único dispõe:

Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

12. No caso em tela, constata-se que os padrões de qualidade dos materiais pretendidos podem ser definidos no edital, não necessitando de uma avaliação minuciosa, conforme se verifica na descrição do objeto estabelecido no item 2.0 do TR nº 54 ([0423844](#)).

13. Ainda, as propostas dos licitantes serão analisadas e comparadas exclusivamente pelo critério do preço, estando ausente a necessidade de se investigarem outros elementos técnicos. Desta forma,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela natureza dos produtos pretendidos pela Administração, aplica-se a norma e entendimentos acima apontados.

14. Assim, constatado que o valor da contratação excede os limites fixados para a dispensa legal prevista no art. 24, II da Lei n. 8.666/93 e, tratando-se de bens definidos como comuns, cujos padrões de qualidade possam ser **objetivamente** definidos no edital (art. 2º, § 1º, Decreto n. 5.450/05) – o que se vislumbra no caso em comento, tem-se, como imperiosa, a adoção da **modalidade pregão, em sua forma eletrônica**, como determina o art. 4º do Decreto n. 5.450/05.

15. Ademais, não merece reparo o **agrupamento dos itens similares dos serviços em lotes**. Tal procedimento se encontra amparado em reiteradas decisões do TCU, v.g., nos **Acórdão n. 5.260/2011 - 1ª Câmara e 861/2013 – Plenário**, os quais, sem afastar a aplicação da **Súmula 247 do TCU**, definem a licitude dos agrupamentos em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, **desde que possuam mesma natureza e que guardem relação entre si**.

III – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16. Quanto à opção pela formação de registro de preços apontada pela unidade solicitante, releva destacar as regras sobre o tema disciplinadas pelo Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o referido sistema. Veja-se:

Art. 3º - O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com **previsão de entregas parceladas** ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a **mais de um órgão ou entidade**, ou a programas de governo; ou,

IV – quando, pela natureza do objeto, **não for possível definir previamente o quantitativo** a ser demandado pela Administração. (sem negrito no original)

17. Como visto, as justificativas registradas pela unidade solicitante no tópico 6.1 do TR encontra correspondência com as hipóteses permissivas das regras do Decreto Federal que atualmente disciplina o art. 15, II, da Lei n. 8.666/93. Por tal motivo, a formação de registro de preços é



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

mesmo procedimento adequado para a aquisição pretendida, posto que melhor atende ao interesse da Administração.

18. Quanto a vigência da futura Ata de Registro de Preços, a Administração poderá utilizá-la por um período de até 12 meses, a contar de sua assinatura, desde que dentro dos limites quantitativos regulamentares.

19. Ademais, para formação de registro de preços, não será exigida prévia indicação de dotação orçamentária, consoante regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**:

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

20. Nesse sentido, a **Orientação Normativa/AGU n. 20, de 01/04/2009**, assim direciona: *“Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”*. **REFERÊNCIAS:** arts. 15 e 38, caput, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 3º do Decreto nº 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

IV – DO REGISTRO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

21. A unidade solicitante manifestou-se pelo registro da **Intenção de Registro de Preços - IRP** descrito no **§ 1º do art. 4º do Decreto Federal nº 7.892/2013**. Tal instituto encontra-se assim disciplinado:

Art. 4º Fica instituído o procedimento de Intenção de Registro de Preços - IRP, a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais - SIASG, que deverá ser utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para registro e divulgação dos itens a serem licitados e para a realização dos atos previstos nos incisos II e V do caput do art. 5º e dos atos previstos no inciso II e caput do art. 6º.

§ 1º A divulgação da intenção de registro de preços poderá ser dispensada, de forma justificada pelo órgão gerenciador. ([Redação dada pelo Decreto nº 8.250, de 2.014](#))

§ 1º-A O prazo para que outros órgãos e entidades manifestem interesse em participar de IRP será de **oito dias úteis, no mínimo**, contado da data de divulgação da IRP no Portal de Compras do Governo federal. ([Incluído pelo Decreto nº 9.488, de 2018](#)) ([Vigência](#))



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. No âmbito deste Tribunal, fixou-se o seguinte procedimento para a operacionalização da IRP:

I – manifestação da unidade solicitante, no próprio TR;

II – manifestação da titular da SAOFC;

III – deliberação da autoridade administrativa na oportunidade da análise da despesa;

IV – deliberação sobre a participação de eventuais interessados pelo titular da SAOFC, conforme Portaria TRE-RO nº 66/2018 sobre delegação de competências.

V – DO VALOR ESTIMADO - PESQUISA DE MERCADO

23. Sobre esse aspecto, o **Decreto Federal n. 7.892/2013** estabelece, *in verbis*:

Art. 5º Caberá ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, e ainda o seguinte:

I a III – *omissis*;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º deste Decreto; (sem grifo no original)

V a XI – *omissis*.

24. No caso em tela, a unidade SEPAT lastreou sua pesquisa em preços obtidos no mercadomlocal e em banco de preços, utilizando como critério as contratações similares de outros entes públicos ([0419936](#), [0419937](#), [0419938](#), [0419939](#), [0419943](#), [0419944](#), [0419945](#), [0419948](#), [0419949](#), [0419954](#), [0419956](#), [0419946](#), [0419947](#), [0419952](#), [0419964](#), [0419953](#) e [0419955](#)), e em preços obtidos por meio da Pesquisa de Mercado n. 04/20019/SEPAT ([0419940](#), [0419941](#), [0419942](#)). Este procedimento que atende a orientação da Corte de Contas Nacional. Veja-se:

Acórdão

nº 0265/10

Plenário

9.1. determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que: [...]

9.1.12. realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º inciso IX alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97; (negritou-se).

VI – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

25. No âmbito do Poder Judiciário, o normativo que aborda essa temática é a Resolução nº 201/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, determinando a criação de unidades/núcleos socioambientais, suas respectivas competências e a implementação do Plano de Logística Sustentável (PLS-PS).

26. Ainda, essa norma reforça a promoção das contratações sustentáveis com a integração dos aspectos ambientais, econômicos e sociais do desenvolvimento sustentável (art. 6º, §3º). Dispõe, ainda, que a fomentação de prática de sustentabilidade, racionalização e consumo consciente nesta seara é competência dos núcleos socioambientais e orienta as etapas de sua efetivação (§4º, art. 6º). Ademais, menciona que as contratações feitas pelos órgãos do Poder Judiciário deverão, dentre outros, adotar os critérios de sustentabilidade.

27. No caso em comento, a unidade demandante não utilizou os referidos critérios genéricos, enumerados pela norma em questão. Contudo, o TR em análise prevê, no seu tópico 2.1, que só será admitida a oferta dos produtos se a fabricante esteja regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, com fulcro no **art. 17, inc. II da Lei 6.938/81 c/c Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 6/2013**.

28. Tendo em vista a necessidade contínua de Administração Pública transacionar com objetivo de desenvolver suas atividades precípuas junto aos jurisdicionados, entende-se que é coerente a posição da unidade demandante assentada. Não se pode suspender todas os processos licitatórios até o TRE-RO estar em plena consonância com os preceitos de sustentabilidades exigidos. Esta é uma transformação morosa, pois se trata, também de mudança custosa de consciência coletiva.

29. Neste contexto, a corroborar o posicionamento expedido nos tópicos anteriores, impende fazer à colação da decisão monocrática proferido pelo Ministro Benjamim Zymler no TC-003.405/2010-9, *ipsi litteris*:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Louvável a preocupação dos gestores em contratar empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais **deve se dar paulatinamente**, de forma que os **agentes do mercado possam se adaptar a essas** novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.

30. Com essas considerações, o estabelecido acima de exigir apenas o Cadastro do IBAMA pode ser abrigada, haja vista que há previsão legal expressa. Cabe, ainda, o registro de que já se encontra em andamento realização de estudos, pelo Tribunal Superior Eleitoral, em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, sobre a adoção dos critérios de sustentabilidade ambiental, em cumprimento ao disposto no art. 2º, da Resolução CNJ n. 201, de 3 de março de 2015.

VII – DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

31. Segundo o comando inserto no artigo 47 da Lei Complementar 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa - ME e da Empresa de Pequeno Porte – EPP), as EPP e ME fruirão de tratamento diferenciado e simplificados nas contratações públicas com intuito de promover o desenvolvimento econômico e social na esfera municipal e regional, bem como ampliar a eficiência das políticas e o incentivo à inovação tecnológica.

32. Assim, importa salientar que tanto o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte quanto a formação de **cotas de bens divisíveis prevista** no art. 48, III da LC nº 123/2006 **não deverão ser aplicados ao futuro certame**. O primeiro, quanto a exclusividade das ME/EPP, porque o valor estimado para cada lote está acima de **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**, nos termos do disposto no artigo 6º do Decreto nº 8.538/2015, o qual regulamentou a LC 123/06. Já o segundo, a unidade técnica informa que sua adoção poderá trazer prejuízo ao conjunto das aquisições pretendidas, configurando portanto situação de afastamento do III do art. 49 da LC nº 123/2002.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

X – DO CONTRATO

33. Segundo o art. 62 da Lei de Licitações e Contratos – LLC, o instrumento contratual é, em regra, obrigatório nas contratações da Administração Pública. Contudo, esse mesmo dispositivo contempla duas situações nas quais ele poderá ser substituído por outro documento a critério do administrador. São elas:

a) quando o valor do avença estiver dentro do limite da modalidade convite, que atualmente para obras e serviços de engenharia é de até R\$ 330.000,00 e para as demais é de até R\$ 176.000,00 (art. 62, segunda parte, Lei nº 8.66/93 c/c art. 1º do Decreto nº 9.412/2018); e

b) quando, independentemente de seu valor, se tratar de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, em que não haja obrigações futuras (art. 62, § 4º da Lei nº 8.666/93).

34. Sobre esse tema, o recente entendimento do Tribunal de Contas da União, contido no acórdão nº 1234/2018-Plenário, aduz que, *in verbis*:

(...)

9.1 converter o presente processo em representação da Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas, para dela conhecer e, no mérito, firmar entendimento, quanto aos requisitos legais para a dispensa do termo de contrato em aquisições de bens, no seguinte sentido:

9.1.1 há possibilidade jurídica de formalização de contratação de fornecimento de bens para entrega imediata e integral, da qual não resulte obrigações futuras, por meio de nota de empenho, independentemente do valor ou da modalidade licitatória adotada, nos termos do § 4º do art. 62 da Lei 8.666/1993 e à luz dos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa que regem as contratações públicas;

9.1.2 a “entrega imediata” referida no art. 62, § 4º, da Lei 8.666/1993 deve ser entendida como aquela que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação;

9.2 encerrar o presente processo.

(grifamos)

35. Assim, o TCU esclarece a possibilidade de utilização de nota de empenho nas compras de entrega imediata e fixa o conceito deste termo a ser seguido pela Administração.

36. No caso em tela, a aquisição pretendida se enquadra como compra de entrega imediata, contudo a unidade demandante optou pela elaboração do instrumento contratual. Tal escolha não configura



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

nenhuma irregularidade jurídica, embora seja usual a utilização de nota de empenho para esse tipo de aquisição, haja vista que a dispensa do contrato é facultativa.

37. Contudo, isso poderá acarretar um comprometimento da eficiência e da racionalidade administrativa, uma vez que tais contratações são consideradas de baixa complexidade e que a futura ata de registro de preço, oriunda deste procedimento licitatório em análise, poderá gerar diversos contratos.

38. No subitem 10.1 do TR ([0435340](#)), a unidade técnica fundamenta sua adoção pelo instrumento de contrato ou carta-contrato, *ipsi litteris*:

Trata-se de aquisição de bens com previsão de **entrega imediata**, na definição do art. 49, § 4º, da Lei n. 8.666/93 (sendo que o prazo de 30 dias ali previsto, na forma do **ACÓRDÃO N. 1234/2018 - TCU - PLENÁRIO**, deve ser entendido como **aquele que ocorrer em até trinta dias a partir do pedido formal de fornecimento feito pela Administração**, que deve ocorrer por meio da emissão da nota de empenho, desde que a proposta esteja válida na ocasião da solicitação - aqui a validade será da ARP).

Durante a vigência do contrato serão observadas as regras definidas no inciso VII do item 11.2 do Capítulo 11 deste termo de referência.

Por outro lado, este termo de referência define o **PERÍODO DE GARANTIA DE 05 (CINCO) ANOS PARA TODOS OS MÓVEIS, EXCETO PARA OS ITENS 17 E 22 CUJAS GARANTIAS DEVERÃO SER DE NO MÍNIMO 2(DOIS) ANOS**. A futura contratada deverá prestar, durante a vigência da garantia, **ASSISTÊNCIA TÉCNICA** aos móveis fornecidos. Assim, o INSTRUMENTO DE CONTRATO seria cabível pela aplicação direta do **art. 62, § 4º da Lei n. 8.666/93**, abaixo reproduzido:

(...)

Ocorre que o TCU vem entendendo como **desnecessária a celebração de contrato nas compras com entrega imediata, nas quais hajam previsão de garantia - da qual quase sempre decorre a prestação de assistência técnica** - ou mesmo a não inclusão do período da garantia no prazo de vigência dos contratos (**DECISÃO TCU N. 202/2002**), posto que essa responsabilidade/obrigação (secundária) do fornecedor dos produtos ou serviços já está prevista nos arts. 69 e 73, § 2º, da Lei 8.666/93.

Contudo, essa posição foi parcialmente alterada no recente **ACÓRDÃO N. 1234/2018 - TCU - PLENÁRIO**, de 30/5/2018. Veja-se:

(...)

Da leitura do voto vencedor do Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO resta claro que a dispensa de celebração de instrumento de contrato no qual estejam previstas *obrigações futuras* como a garantia e a **assistência técnica**, que **não extrapolam a garantia legal** (90 dias para bens duráveis, art. 24 c/c art. 26, II, ambos do CDC), não se aplicando, portanto, à garantia contratual. Veja-se o excerto extraído do referido Acórdão:

...

13. Há que se ponderar também que, nesses casos de compras em que não há obrigações futuras, a entrega do bem adquirido extingue a relação entre as partes,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sendo desnecessária, e até incompatível com o objeto, a formalização de termo contratual para reger as obrigações e controlar o cumprimento destas. A esse respeito, assinalo que a garantia legal (e a correspondente assistência técnica), de que trata o art. 24 do Código de Defesa do Consumidor, é naturalmente oferecida pelo fabricante ou revendedor, independentemente de quem seja o comprador, e, por esse motivo, prescinde de obrigação contratual para ser exigida e cumprida. ...

DESSA FORMA, SALVO MELHOR JUÍZO, ESTA UNIDADE ENTENDE QUE DEVERÁ SER CELEBRADO INSTRUMENTO DE CONTRATO (OU CARTA-CONTRATO PARA OS VALORES ATÉ R\$ 1.430.000,00 (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E TRINTA MIL REAIS), COM AS FUTURAS CONTRATADAS.

39. Verifica-se, a SEPAT embasa sua escolha unicamente na existência de garantia contratual (5 anos ou de 2 anos) dos bens a serem adquirido pelo TRE-RO por entender que o TCU mudou seu posicionamento quanto a utilização de nota de empenho para as aquisições de bem com garantia superior à legal prevista nos arts. 24 e 26 do CDC. E, estabelece, no subitem 10.3 do TR ([0435340](#)), que o prazo de vigência do contrato deverá compreender o período de garantia e assistência técnica de 5 (cinco) anos contado do recebimento definitivo do objeto.

40. Diante disso, faz-se necessário elucidar sobre a garantia contratual prevista no CDC e a vigência dos contratos administrativos. No entanto, antes de debater esses temas, deve-se explicar a respeito do entendimento equivocado da unidade técnica sobre o Ac. 1234/2018-Plenário.

41. O conteúdo central da discussão suscitada nele é sobre a dispensabilidade do termo de contrato em aquisições de bens de entrega imediata, conforme se verifica na sua transcrição literal no item 33 deste opinativo. Apesar de, no item 13 do voto do relator José Mucio Monteiro, conter a menção a garantia legal prevista no CDC, isso não significa uma exclusão da possibilidade de utilização de nota de empenho para os bens de entrega imediata que possua uma garantia contratual.

42. Pela leitura atenta de todo o acordão em análise, não se verifica em nenhum momento abordagem específicas quanto à garantia contratual também prevista no CDC, em seu art. 50. O que se percebe é um comentário secundário feito pelo ministro com intuito de reforça a fundamentação de sua conclusão.

43. Ainda, não se pode desconsiderar o fato de que toda avença constituía pela Administração junto a um determinado particular consubstancia-se em contrato administrativo, independentemente do instrumento que o formaliza. Nesse sentido, são as palavras de Marçal Justen Filho:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Deve ter-se em vista que a existência de um contrato administrativo não depende da forma adotada para sua formalização. Existe contrato administrativo mesmo quando documentado por via da assinatura de uma nota de empenho. Aperfeiçoa-se o contrato administrativo quando completados os atos jurídicos necessários à formalização que exterioriza o acordo de vontades. Por isso, todas as regras previstas na Lei aplicam-se, independentemente da escolha de uma das formas previstas no artigo ora examinado. ¹

44. Outro ponto a ser considerado é a previsão do art. 15, inc. III, da LLC, que as compras públicas deverão se submeter as condições de aquisição e pagamento semelhantes as do setor privado. Quando o particular compra um produto com garantia contratual, não é redigido um contrato específico para isso e apenas emitido um termo de garantia contratual.

45. Assim, esta assessoria entende que não há óbice jurídico na utilização também da nota de empenho nas compras de entrega imediata quando o bem possuir garantia superior à legal, sendo necessário que tal exigência esteja contida no edital do certame, a fim de que o competidor esteja ciente deste encargo, e que seja expedido um termo de garantia nos termos do art. 50, parágrafo único, do CDC.

46. Reitera que a escolha da unidade técnica por instrumentalizar a contratação por termo de contrato não ofende o ordenamento jurídico, considerando que para essa escolha ela deve ter investigado mo mercado de mobiliário e considerou que somente a nota de empenho não mitigaria os riscos relevantes à Administração.

47. No que se refere a garantia contratual, é necessário diferenciar a assistência técnica de garantia e se esta se enquadra como obrigação futura. O doutrinador, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, em seu artigo Conceito de “obrigações futuras” para ser exigível o contrato, assim aduz:

(...) No âmbito da **assistência técnica**, deverá existir um serviço de **manutenção** de um produto, não havendo a necessidade de produto apresentar qualquer defeito para que o serviço seja prestado. É um **serviço, inclusive, preventivo**.

No caso da **garantia**, este é um serviço **acionado toda vez que o produto apresenta um defeito**, inclusive, impondo-se a sua substituição em determinados casos. Para fins do disposto no art. 62, § 4º, não há que se considerar a garantia como obrigação futura para fins de obrigatoriedade de formalização contratual. Assim, mesmo com a existência de uma previsão de garantia, é possível substituir o contrato por uma nota de empenho, por exemplo, nos casos adstritos ao disposto no artigo acima citado. ² (sem grifo no original)

48. Constata-se pelo conteúdo do TR nº 71 que não haverá serviço de manutenção dos mobiliários a serem adquiridos. Portanto,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

somente será acionada a empresa se o bem apresentar algum defeito. Ou seja, a garantia do produto a ser oferecida pelo fornecedor não se trata de obrigação futura, mesmo se tratando daquela em que o fabricante ou fornecedor acrescenta a seu produto após o vencimento da garantia legal.

49. Outro questionamento pertinente é se o prazo de garantia técnica deve ser abrigado pela vigência do contrato. Aquele é estabelecido com base nas condições praticadas no mercado. E esta é fixada observando o tempo suficiente para cumprimento do objeto e respectivo pagamento pela Administração, o qual está adstrito, como regra, à vigência do crédito orçamentário, consoante o caput do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

50. O referido dispositivo traz nos seus incisos hipóteses taxativas de exceção ao mencionado acima e a garantia do objeto não está elencado entre elas. Veja-se:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, os quais poderão ter a sua duração estendida por igual período;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que deverão ter a sua duração dimensionada com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a duração a sessenta meses.

[\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

[\(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\)](#)

III - (VETADO)

III - (Vetado).

[\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#)

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até cento e vinte meses, caso haja interesse da administração.

[\(Incluído pela Medida Provisória nº 495, de 2010\)](#)

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.

[\(Incluído pela Lei nº 12.349, de 2010\)](#)

51. À vista disso, o prazo de vigência do contrato não compreende o período de garantia técnica, devendo obedecer estritamente ao prescrito no art. 57 da LLC, caput ou incisos, de acordo com o caso concreto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

52. Análogo é o posicionamento do TCU. Reproduz-se abaixo o excerto da Decisão nº 202/2002 – 1º Câmara:

(...)

8.2. dar à determinação constante do item II, do Ofício - 3a Secex 1.064/00, que comunicou ao IPqM a deliberação tomada por esta Primeira Câmara, em sessão de 6.6.00, contida na Relação 44/00, Ata 19/00, a seguinte redação:

“II - observe, nas contratações futuras, as disposições constantes da Lei 8.666/93, artigo 57, que dispõe sobre o prazo da duração dos contratos, sem incluir no período de vigência o prazo de garantia, uma vez que esse direito, de acordo com o que preceitua o art. 69, e o § 2º, do art. 73, todos da Lei 8666/93, perdura após a execução do objeto do contrato.”

8.3. esclarecer ao IPqM que, nas hipóteses em que for aplicável a Lei 8.078/90, poderá exigir do contratado, termo de garantia em separado, segundo o disposto no art. 50 e parágrafo único, da mencionada lei; e

(...)

53. Nesse sentido, também, é a Orientação Normativa nº 51 da Advocacia-Geral da União³ que estipula: “A **garantia legal contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato**, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.” (sem grifo no original)

54. A garantia legal ou contratual subsiste após o término do contrato, conforme se depreende do art. 69 e o § 2º do art. 73 do Estatuto da Licitações, uma vez que esse direito nasce com ajuste e perdura além da contratação pelo prazo acordado entre as partes.

55. Além disso, o instrumento convocatório faz lei entre as partes e seus conteúdos obrigatórios são o prazo e as condições para execução do contrato e entrega do objeto da licitação, bem como as sanções para o caso de inadimplemento, conforme o art. 40 da Lei nº 8.666/93, independentemente do instrumento utilizado para formalização da relação contratual.

56. Deste modo, conclui-se que a vigência contratual se extingue com a execução integral do objeto (recebimento e pagamento), e o lapso de garantia técnica vai perdurar em relação às obrigações secundárias surgida na avença, mesmo com a entrega definitiva do objeto, podendo ela ser formalizado por meio de termo de garantia em separado, nos ditames do art. 50 e parágrafo único do CDC.

57. No subitem 10.3 do TR nº 71 ([0435340](#)), consta que o prazo de vigência do contrato será de 05 anos contados com o recebimento definitivo do objeto. Já na minuta do contrato juntada ([0435604](#)), consta que a vigência será até o final do prazo de garantia contratual dos materiais e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderá vir a ser prorrogada nos termos da Lei, até o prazo máximo de 60 meses. Assim, ambos estão em desacordo com o art. 57 da Lei nº 8.666/93.

58. Para corrigir essa incongruência, a SECONT deverá diligenciar a unidade técnica para alterar o prazo de vigência contratual, observando que o período de duração do contrato deve incluir apenas as etapas de consecução de seu objeto (entrega e pagamento). Alerta-se que tanto a minuta quanto o TR quando forem publicados como anexo do eventual edital devem conter tal modificação.

IX – DA CONCLUSÃO

59. Por todo o exposto, não obstante a análise da COMAP ([0423973](#)), ainda que esta AJDG tenha constatado inconformidade legal quanto a vigência contratual, o TR ([0435340](#)) parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **art. 9º, § 2º, do Decreto Federal n. 5.450/05**, podendo ser apresentado a autoridade competente para atendimento ao **inciso II do art. 9º** do mesmo regulamento, após a correção do prazo de vigência contido no seu subitem 10.3.

60. Nesse compasso, esta Assessoria Jurídica opina pela viabilidade na formação de **registro de preços**, com fundamento no art. 15, II, da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013 e adotado no âmbito deste Tribunal pela Resolução TRE nº 01/2006, para contratação de pessoa jurídica especializada no fornecimento dos produtos em questão, por via de procedimento licitatório, na modalidade **Pregão, em sua forma eletrônica**, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e art. 4º do Decreto nº 5.450/05, **não sendo aplicável** o regime de exclusividade às ME/EPP's, nos moldes acima especificados, atentando-se para as legislações pertinentes.

61. O edital de licitação, caso aprovada a pretensão pela autoridade superior, deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **§ 1º do art. 45 da Lei nº 8.666/1993**, que no presente caso deverá ser por **“menor preço” por lote**.

62. Ademais, esta Assessoria orienta para a observância, no edital do certame, para a recomendação, contida no **Acórdão TCU nº 1.925/06-Plenário**, quanto a restrição na divulgação dos preços estimados



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para a contratação, disponibilizando-os apenas nos autos do processo, retirando seus valores dos documentos que serão objeto de publicação.

63. Com relação a minuta do contrato (0435604), para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA os seus termos, estando o instrumento apto a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Contudo, **deverá alterar o prazo de sua vigência apontado no tópico 58 deste opinativo e retirar a subcláusula 5º da Cláusula 11º, pois esta trata do mesmo assunto que a subcláusula 2º da mesma cláusula.****

64. Reprisa-se a sugestão contida no referido tópico deste parecer, de encaminhar os autos, antes da deliberação da diretoria-geral, para unidade técnica alterar a vigência contratual.

65. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da autoridade competente.

1 JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos**. 17. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. p. 1.156.

2 <https://jus.com.br/artigos/49832/conceito-de-obrigacoes-futuras-para-ser-exigivel-o-contrato>

3 <http://www.agu.gov.br/atos/detalhe/1256062>



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 25/07/2019, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 25/07/2019, às 15:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0437945** e o código CRC **8047D816**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 014827562356, versão 45 por 004891562321 em 25/07/2019
15:44:13.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001443-60.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO

ASSUNTO: Aquisição de material permanente - mobiliário corporativo.

DESPACHO Nº 3695 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Patrimônio com o objetivo de eventual aquisição de mobiliário corporativo, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias deste TRE/RO, no exercício de 2019.

Os contornos gerais da aquisição pretendida, **estimada em R\$ 1.064.949,44 (um milhão sessenta e quatro mil novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)** foram definidos no item 7 do Termo de Referência nº 81 ([0441023](#)).

Carreou-se aos autos com a pesquisa de mercado realizada no mercado local e no banco de preços (eventos [0419936](#) a [0419964](#)).

Após saneamento de diligências apontadas pela COMAP ([0422305](#)) AJDG ([0426307](#)) e SECONT ([0439544](#)), a unidade demandante juntou o Termo de Referência nº 81 ([0441023](#)), contendo o objeto, a justificativa, formação de registro de preços, o valor e a previsão de aquisições, aderência ao plano orçamentário, critérios de aceitação do objeto e específicos de habilitação, da ata de registro de preços, do contrato, obrigações das partes, do pagamento, das penalidades, fiscalização e gestão.

A COMAP concluiu que o Termo de Referência 54 (evento [0423844](#)), complementado pelas pesquisas de preços juntadas, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º, do Decreto n. 5.450/05 ([0423973](#)). Registra-se que as mudanças posteriores em relação a retirada da exigência de declaração de garantia emitida exclusivamente pelo fabricante e quanto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao prazo de vigência contratual não alteraram os aspectos formais do documento, de forma que prescindiu ser reanalisado para este fim.

A SECONT elaborou minuta do instrumento contratual ([0435604](#)) e remeteu os autos à AJDG para análise ([0435614](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral opinou, por meio do Parecer Jurídico AJDG [0437945](#), pela aprovação do Termo de Referência, pela viabilidade na formação de registro de preços, pela adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por “menor preço” por lote, pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP’s e pela aplicação dos critérios de sustentabilidade ambiental. Além disso, aprovou os termos da minuta elaborada pela SECONT, com a ressalva da necessidade de alteração do prazo de sua vigência.

Em atendimento à recomendação da Assessoria Jurídica, a SECONT elaborou nova minuta de Contrato ([0441052](#)), bem como a unidade solicitante juntou novo Termo de Referência ([0441023](#)), fazendo constar a alteração indicada no Parecer Jurídico ([0437945](#)).

Por fim, a SAOFC se manifestou no mesmo sentido da AJDG ([0441162](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, considerando que o valor estimado da pretensa contratação extrapola a situação de dispensa legal, e que se trata de bens definidos como comuns, cujos padrões de qualidade podem ser objetivamente definidos no edital do certame (art. 2º, § 1º, Decreto 5.450/05), adota-se a modalidade de licitação **pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao contido no art. 4º, do Decreto n. 5.450/05, procedimento que foi incorporado por este Regional por meio da Portaria n. 143/2005/TRE, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, em atenção ao art. 4º, § 1º, Decreto n. 5.450/05.

O edital de licitação, deve estabelecer tipo de licitação **menor preço por lote, em consonância com o prescrito pelo § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993, com adoção do Sistema de Registro de Preços e divulgação da Intenção de Registro de Preços**, tendo em vista que as justificativas apresentadas pela unidade solicitante encontram-se em estrita correspondência com as hipóteses permissivas das regras do Decreto Federal n. 7.892/2013, que atualmente disciplina o art. 15, II, da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A formação de registro de preços delineada no Termo de Referência em seu item 6 é o procedimento adequado para a contratação pretendida, posto que melhor atenda ao interesse da Administração, observando-se a regra insculpida no artigo 3º e incisos do Decreto nº 7.892/2013, uma vez que a quantidade é estimativa, restando impossível prever com exatidão o quantitativo, e permite a contratação para atendimento de mais de um órgão da Administração Pública, podendo gerar economia de escala com o aumento do quantitativo a ser licitado.

Em atenção ao disposto no art. 4º, do Decreto n. 7.892/2013, a SEPAT manifestou-se favoravelmente ao registro de Intenção de Registro de Preços (IRP) por entender ser iniciativa salutar, que pode contribuir para o ganho em escala, caso haja interesse por outros órgãos integrantes do sistema SIASG, no prazo de oito dias úteis (artigo 4º, § 1º-A do Decreto 7.892/2013).

No caso *sub examine*, os 3 (três) lotes especificados excedem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), de forma que, em cumprimento ao art. 47, *caput* e art. 48, I, ambos da Lei Complementar n. 123/2006 e do art. 6º e art. 9º, I, do Decreto n. 8.538/2015, não deverá ser aplicado o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's.

Ademais, com fundamento no Art. 49, III, da LC n. 123/2006, regulamentado pelo art. 10, II do Decreto n. 8.538/2015, a unidade demandante justificou **que deve ser afastada a formação de cotas de bens divisíveis para ME/EPP's, tendo em vista que a adoção dessa regra poderá trazer prejuízo ao conjunto das aquisições pretendidas** na medida em que a justificativa para formação de lotes é justamente a **padronização do mobiliário** a ser adquirido. Dessa forma, a aquisição fracionada de determinado lote - ou parte dos bens de um determinado lote - com fornecedores distintos levaria a inocuidade da solução adotada, com flagrante prejuízo à Administração. Isso porque com a subdivisão haverá possibilidade de que sejam ofertados produtos de marca/modelo diferentes de um mesmo bem, além de características estéticas diferenciadas que impediriam a padronização buscada. A unidade demandante ainda ressaltou que as ME/EPP's poderão participar do certame com as demais regras de preferências previstas na legislação (empate ficto).

O edital do certame deve observar os **artigos 9º, 10 e § 4º do art. 22, ambos do Decreto Federal n. 7.892/2013**, bem como as recomendações contidas no **Acórdão TCU n. 1.925/06 - Plenário** quanto à restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas nos autos do processo, mas retirando seus valores dos documentos que serão objeto de publicação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No que tange aos critérios de sustentabilidade ambiental, o item 5 do TR estabelece que só será admitida a oferta dos produtos se a fabricante estiver regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais do IBAMA, acompanhado do respectivo certificado de regularidade válido, com fulcro no art. 17, inc. II da Lei 6.938/81, com redação dada pela Lei 7.804/1989.

Por fim, registra-se que a minuta de instrumento contratual foi devidamente aprovada pela assessoria jurídica, em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitação e Contratos.

Por todo o exposto e com base nas atribuições de competências delegadas através do artigo 1º, inciso I, da Portaria 66/2018/GP, esta Diretora-Geral em substituição:

1. Aprova o **Termo de Referência 81** (0441023) porquanto encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002 e nos incisos I e III e § 2º do art. 9º do Decreto n. 5.450/05;

2. **Autoriza a despesa mediante licitação** na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, com fulcro na Lei nº 10.520/02 e no art. 4º, do Decreto Federal nº 5.450/05, por "**menor preço**" **por lote**, com fulcro no [inc. I do § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/93](#); adotando-se o **sistema de registro de preços**, com divulgação da **intenção de registro de preços**, com fulcro no [inc. II do art. 15 da Lei n. 8.666/93](#) c/c [art. 4º da Lei n. 7.892/2013](#), e adotado no âmbito deste Tribunal pela [Resolução n. 01/2006 do TRE-RO](#), salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, com fundamento no [§1º do art. 4º do Decreto n. 5.450/2005](#);

3. **Declara a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's**, haja vista que o valor estimado para cada lote se encontra acima do limite balizado pelo art. 6º, do Decreto Federal n. 8.538/2015, o qual regulamentou a LC n. 123/06, alterada pela LC n. 147, de 7 de agosto de 2014, **bem como da formação de cotas de bens divisíveis** prevista no art. 48, III da LC nº 123/2006, porquanto configurada situação de afastamento prevista no inciso III do art. 49 da LC nº 123/2006;

4. **Determina a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, nos moldes do item 5 do Termo de Referência em questão, com fulcro no art. 17, inc. II da Lei 6.938/81; e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Determina a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas nos autos do processo, retirando seus valores dos documentos que serão objeto da publicação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do [Acórdão TCU n. 1.925/06 - Plenário](#).

À SAOFC para prosseguimento, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a)-Geral - Em Substituição**, em 09/08/2019, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0443316** e o código CRC **B632B642**.

0001443-60.2019.6.22.8000

0443316v18

Criado por 026098941465, versão 18 por 004577222313 em 09/08/2019 10:49:13.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001443-60.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEPAT

ASSUNTO: **Análise final - Pregão Eletrônico N° 21/2019–**

Objeto: aquisição de MATERIAIS PERMANENTES - MOBILIÁRIO.

PARECER JURÍDICO N° 0464474 / 2019 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Patrimônio com o objetivo de eventual aquisição de mobiliário, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias deste TRE/RO.

02. Após regular tramitação, vieram os autos a esta Assessoria Jurídica para a análise da minuta do Edital do Pregão Eletrônico n. 21/2019 e seus Anexos ([0455221](#)), o qual logrou aprovação desta unidade, conforme Parecer Jurídico nº [0454865](#)/2019 - PRES/DG/AJDG.

03. Os documentos comprobatórios de divulgação do Edital n. 21/2019 ([0455221](#)) foram juntados no evento [0457289](#).

04. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

- a) Edital do Pregão Eletrônico 21/2019 ([0455221](#));
- b) Solicitação de impugnação apresentada pela empresa LABOR INDUSTRIA DE MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ([0456417](#));
- c) Manifestação SEPAT ([0456869](#));
- d) Resposta à impugnação e publicação da resposta ([0457277](#) e [0457282](#));
- e) Solicitação de Esclarecimento 01 e 02 – Preço ([0457307](#) e [0459638](#));
- f) Relatório de Propostas ([0460121](#));
- g) Anexo de proposta - Construtex ([0460122](#));
- h) Anexo de proposta 1 e 2 - OMP ([0460139](#) e [0460140](#));
- i) Solicitação SLC ([0460141](#)) e Manifestação 1738 ([0461351](#));
- j) Anexo de proposta MACKLEIN ([0462265](#));
- l) Anexo de proposta 1 e 2 - HOME OFFICE ([0462268](#) e [0462269](#));
- m) Solicitação SLC [0462279](#);
- n) Manifestação 1779 ([0462952](#));
- o) Anexo - Habilitação HOME OFFICE ([0463142](#)) e Anexo – Habilitação OMP ([0463146](#));
- p) Ata do Pregão Eletrônico ([0463183](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

q) Relatório – Resultado por Fornecedor ([0463184](#));

r) Termo de Adjudicação ([0463185](#));

s) Resultado de Licitação SLC ([0463220](#)).

05. A comprovação da publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral veio aos autos no evento [0464260](#).

06. Não houve manifestação de intenção de recurso pelas licitantes.

07. Por fim, veio aos autos o relatório do Pregoeiro relatando as principais ocorrências do certame ([0463265](#)). **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 014/2019 PARA REGISTRO DE PREÇOS.

08. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 17 do Decreto Federal n. 5.450/05, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no art. 4º, V, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 17, § 4º do Decreto Federal nº 5.450/05.

09. Na publicação do aviso consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, II, da Lei n. 10.520/02 c/c art. 17, § 2º, do Decreto Federal n. 5.450/05.

10. Passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Houve dois pedidos sobre o preço estimado ([0457307](#) e [0459638](#)), o qual foi devidamente respondido por e-mail aos licitantes. Houve uma impugnação ao Edital, a qual foi julgada improcedente ([0457277](#)).

b) Classificação/Desclassificação da proposta: Não houve desclassificação de propostas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **Lances:** Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0460121](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([0463183](#)).

d) **Fase de negociação/aceitação:** O Pregoeiro nessa fase negocia com as licitantes, a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de obter preço ainda melhor. As ocorrências estão registradas na ata do certame e relatadas nos quadros constantes do item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0463265](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação, acertada e objetiva dos critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório.

e) **Cancelados na aceitação:** não houve.

f) **Item deserto:** não houve.

g) **Fase de Habilitação:** O pregoeiro habilitou as seguintes licitantes: HOME OFFICE MOVEIS LTDA e OMP DO BRASIL LTDA ([0463142](#) e [0463146](#)): Não houve registro de intenção de recurso.

11. Comprova-se que os prazos recursais se acham vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

12. O procedimento licitatório em comento foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, fato que foi alcançado, pois em relação ao valor inicialmente estimado obtiveram uma economia.

13. O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico 21/2019 ([0463183](#)).

14. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei nº 8.666/93 e da Legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

15. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação** ([0463185](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA GONÇALVES DE MACEDO, Assessor Jurídico**, em 08/10/2019, às 17:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0464474** e o código CRC **0B11EEAA**.

0001443-60.2019.6.22.8000

0464474v15

Criado por 004577222313, versão 15 por 004577222313 em 08/10/2019 17:20:31.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001443-60.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE PATRIMÔNIO - SEPAT

ASSUNTO: Aquisição de mobiliário. Pregão Eletrônico nº 21/2019. Homologação.

DESPACHO Nº 5057 / 2019 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Patrimônio – SEPAT do TRE/RO objetivando a aquisição, via Sistema de Registro de Preços, de **MOBILIÁRIO CORPORATIVO** para suprir as necessidades das zonas eleitorais - do interior e da Capital - e demais unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia ([0419934](#)).

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0463183](#)), Relatório das principais ocorrências ([0463265](#)), Relatório do Resultado por Fornecedor ([0463184](#)), Termo de Adjudicação ([0463185](#)), e publicação do Resultado do Julgamento ([0464260](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A Seção de Licitação e Compras - SLC respondeu a duas solicitações de valor estimado ([0457307](#) e [0459638](#)), não sendo registrado nenhum pedido de esclarecimento, contudo houve uma impugnação ao edital, a qual foi julgada improcedente ([0457277](#)).

No dia e horário determinado, o Pregoeiro iniciou a OPERAÇÃO da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico, não havendo desclassificação de propostas.

Cumpridas as fases de aceitação e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: 66.455.593/0001-99 - HOMEOFFICE MOVEIS LTDA, lote 1, valor R\$ 1.089.701,00 (um milhão, oitenta e nove mil setecentos e um reais) e 05.075.877/0001-65 - OMP DO BRASIL LTDA, lote 2, valor R\$ 576.729,50 (quinhentos e setenta e seis mil setecentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos). Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 1.666.430,50 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil quatrocentos e trinta reais e cinquenta centavos). Não havendo recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras.

A Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0463185](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02.

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 5.450/2005, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Verifica-se, de modo geral, que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0463183](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 021/2019**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0463185](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/10/2019, às 16:20, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0465134** e o código CRC **44613287**.

0001443-60.2019.6.22.8000

0465134v12

Criado por 011001942313, versão 12 por 004577222313 em 10/10/2019 16:19:46.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP nº. 76/2019

PROCESSO nº. 0001443-60.2019.6.22.8000 - SEI

PREGÃO ELETRÔNICO nº. 21/2019

A UNIÃO, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR, RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da empresa licitante **OMP DO BRASIL LTDA**, inscrita no **CNPJ** sob o nº. **05.075.877/0001-65**, com sede na Rua Milano, nº. 1803, Bairro São Gotardo. Flores da Cunha- RS. CEP: 95.270-000. Telefone(s): 54 3292.6460 - E-mail(s): fabio@ompdobrasil.com.br; marcela.sala@ompdobrasil.com.br neste ato representada por **FÁBIO ANDRÉ MASSOCHINI**, brasileiro, portador do **RG** nº. 1053884936 SSP/PC RS, e **CPF** nº. 935.696.290-15, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1.1 Órgão Participante desta ARP:

Órgão 2:	EXÉRCITO - COMANDO DA 4ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA/MS
CNPJ:	09.54.639/0001-41
UASG:	160149
Endereço	Av. Guaicurus, nº. 9000. Zona Rural. CEP 79.823-900. Dourados/MS
Responsável	SIDNEI SPORQUIO TAMIOSSO. CPF 643.901.280-00
Telefone:	55 99622.8037.
E-MAIL:	sidneitamiosso@gmail.com ; spo_cmdo@yahoo.com

1.2. Itens, quantidades e valores registrados nesta ARP:**GRUPO/LOTE****2 DO PREGÃO ELETRÔNICO SUPRAMENCIONADO**

Grupo 2 – Cadeiras							
Item	Material			Quantidades		Valor Unit R\$	Valor TOTAL R\$
				TRE-RO	EXÉRCITO	Quant. Total	
01	Item	17	do	100	80	180	249,50 44,910,00

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Edital. Cadeira fixa Empilhável					
02	Item 18 do Edital. Poltrona Giratória, Espaldar Alto	100	70	170	1.168,50	198.645,00
03	Item 19 do Edital. Poltrona Giratória, Espaldar Médio.	100	50	150	1.121,00	168.150,00
04	Item 20 do Edital. Cadeira sobre Longarinas, de 3 lugares	30	10	40	2.251,50	90.060,00
05	Item 21 do Edital. Cadeira fixa para obeso.	06	3	9	1.320,50	11.884,50
06	Item 22 do Edital. Cadeira Giratória c/ assento rebatível	50	30	80	788,50	63.080,00
Valor total do Grupo 2 - R\$						576.729,50

1.3. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia e do órgão participante desta Ata de Registro de Preços, mediante a expedição de Nota de Empenho de Despesa e Contrato.

1.4. As quantidades e as regras para os materiais que vierem a serem adquiridos serão definidas na Nota de Empenho, no Contrato e no Edital de Licitação respectivos, assim como em seus anexos.

1.5. Os materiais a serem adquiridos deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, e conforme condições indicadas no Termo de Referência respectivo (itens 10.3 e 11.2).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.6. No TRE-RO, todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário comercial, na Seção de Patrimônio do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (SEPAT), no seguinte endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, mediante o seguinte telefone para agendamento: (69) 3211-2013.

1.7. No órgão participante desta Ata de Registro de Preços, os materiais deverão ser entregues no Comando da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada – UG 160149, situado na Av. Guaicurus, zona rural, 9000, CPE: 79.823-900, em Dourados/MS (Almox Central 4ª Bda C Mec).

1.8. A existência de preços registrados nesta Ata não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - **ou por outros meios previstos na legislação de licitações** -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.9. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

2.0. No TRE-RO, a Gestão desta Ata de Registro de Preços ficará a cargo do titular da Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP e a Fiscalização do contrato ficará a cargo do titular da Seção de Patrimônio - SEPAT, ou por seus respectivos substitutos, nas suas ausências.

2.1. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 15 de outubro de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	FÁBIO ANDRÉ MASSOCHINI Pela Adjudicatária Fornecedor
Rudma Rosa Oliveira Costa CPF: 629.311.562-72 1ª Testemunha	Roberto Cavalcanti CPF: 255.812.87449 2ª Testemunha



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **FABIO ANDRÉ MASSOCHINI, Usuário Externo**, em 16/10/2019, às 10:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/10/2019, às 11:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 16/10/2019, às 11:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUDMA ROSA OLIVEIRA COSTA, Técnico Judiciário**, em 16/10/2019, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0466835** e o código CRC **20D89D7D**.

0001443-60.2019.6.22.8000

0466835v9

Criado por 006920582364, versão 9 por 006920582364 em 16/10/2019 09:09:19.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato n. 08/2019/TRE-RO, assinado em 04/12/2019. ARP N. 76/2019. PREGÃO ELETRÔNICO N. 21/2019. Contratada: OMP DO BRASIL LTDA, CNPJ n. 05.075.877/0001-65. Objeto: Aquisição de material permanente – tipo MOBILIÁRIO – para atender as necessidades do TRE-RO. Fundamento Legal: Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, Leis 8.666/1993 e 10.520/2002, e Decretos Federais 3555/2000,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5450/2005 e 7.892/2013, e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato n. 08/2019/TRE-RO. Vigência: 90 (noventa) dias, iniciando-se em 04/12/2019. Valor: R\$ 140.638,00. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011. Elemento de Despesa: 44.90.52-42. Notas de Empenho n. 2019NE000834, de 08/11/2019 e 2019NE000888, de 22/11/2019. Ato de Autorização da Licitação: DESPACHO Nº 3695/2019-PRES/DG/GABDG, de 09/08/2019. Ato de Homologação do Pregão Eletrônico: DESPACHO Nº 5057/2019-PRES/DG/GABDG, de 10/10/2019. Signatários: pelo Contratante, a Senhora LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e, pela Contratada, o Senhor FABIO ANDRÉ MASSOCHINI. Processo SEI: 0001443-60.2019.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 04/12/2019, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0484228** e o código CRC **F27E0AF2**.

0001443-60.2019.6.22.8000

0484228v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 04/12/2019 13:41:08.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 235, quinta-feira, 5 de dezembro de 2019

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

EXTRATO DE CONTRATO

CESSIONÁRIA: Hospital de Urgência de Teresina - Dr. Zenon Rocha, CNPJ nº 17.577.205/0008-03. CEDENTE: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. OBJETO: Cessão, a título de empréstimo, de urnas eletrônicas e do Sistema Eletrônico de Votação, com vistas à realização de eleição parametrizada, nos dias 10, 11 e 12/12/2019, em local definido pela Cessionária. FUNDAMENTO LEGAL: Res. TRE/PI nº 22.685/2007 e da Res. TRE/PI nº 157/2009. VIGÊNCIA: Inicia-se a partir da data de assinatura até a entrega da mídia contendo o resultado final da eleição parametrizada. DATA DA ASSINATURA: 04/12/2019. ASSINAM: Des. Francisco Antônio Paes Landim Filho pelo Cedente, e a Sra. Mirian Coimbra Silva de Sousa, pela Cessionária.

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Termo de Credenciamento nº 12/2019, celebrado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ e a CLÍNICA ARAÚJO e DAMIÃO ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA BUCO-MAXILO-FACIAL S/S LTDA - CNPJ: 27.339.036/0001-50. OBJETO: Prestação de serviços odontológicos nas especialidades cirúrgica e traumatologia buco - maxilo - facial e na área de clínica geral odontológica aos servidores ativos e inativos do TRE/PI e a seus dependentes. DOTACÃO: PT: 02.301.0570.2004.0001, sob o Elemento de Despesa 33.90.39. VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses a partir da assinatura. DATA DE ASSINATURA: 02/12/2019. ASSINAM: Ivana de Macedo Rodrigues, pelo TRE/PI, e o Sr. Rafael Tajra Evangelista Araújo, pela Credenciada.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em face da impossibilidade de localização da empresa RPS COMERCIAL EIRELI - ME (CNPJ: 23.915.573/0001-40), notifica-a acerca da decisão que deixou de aplicar a multa sugerida pela COSIND de R\$ 93,12 (nove e três reais e doze centavos), calculada no montante de 15% sobre o valor total do objeto constante da Ordem de Fornecimento Nº 117/2016 (R\$620,80), conforme Processo SEI Nº 0010864-22.2018.6.18.8000.

GERALDO SEBASTIÃO ALMEIDA MOTA FILHO
Diretor-Geral
em exercício de competência delegada

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, em face da impossibilidade de localização da empresa HORIZONTE COMERCIO DE ABRASIVOS E COMPLEMENTOS LTDA - ME (CNPJ: 09.071.136/0001-67), notifica-a acerca da decisão que resultou no arquivamento dos autos, sem aplicação de penalidade à Empresa, conforme Processo SEI Nº 0016882-59.2018.6.18.8000.

FRANCISCO ANTÔNIO PAES LANDIM FILHO
Presidente do TRE-PI

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

1) Pregão Eletrônico nº 32/2019-TRE/RN. 2) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 5969/2019. 3) Objeto: Aquisição de material para manutenção de bens imóveis (Grupo 24) e Ferramentas (Grupo 42) - SRP. 4) Fornecedor registrado: 4.1) ARP nº 173/2019 - MARIA DE FATIMA DA SILVA NUNES (CNPJ: 02.151.940/0001-07); Item 17: Qt.: 40/P/Unit. R\$ 40,00; Item 28: Qt.: 70/P/Unit. R\$ 68,00; Item 30: Qt.: 60/P/Unit. R\$ 6,00; 4.2) ARP nº 174/2019 - J. M. DO NASCIMENTO COMERCIO E SERVICOS (CNPJ: 02.229.408/0001-65); Item 8: Qt.: 200/P/Unit. R\$ 40,00; 4.3) ARP nº 175/2019 - A. DONIZETE DA SILVA (CNPJ: 06.264.562/0001-57); Item 23: Qt.: 28/P/Unit. R\$ 64,89; 4.4) ARP nº 176/2019 - D.J. MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA (CNPJ: 06.267.047/0001-00); Item 25: Qt.: 25/P/Unit. R\$ 134,00; 4.5) ARP nº 177/2019 - HANDCRAFTBRAZIL INDUSTRIA E COMERCIO DE FERRAGENS, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, SERV... (CNPJ: 07.335.301/0001-15); Item 12: Qt.: 20/P/Unit. R\$ 180,00; 4.6) ARP nº 178/2019 - GRUPO POVOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA (CNPJ: 14.116.838/0001-50); Item 11: Qt.: 70/P/Unit. R\$ 247,50; 4.7) ARP nº 179/2019 - PERSON DISTRIBUIDORA DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA (CNPJ: 19.894.882/0001-60); Item 5: Qt.: 95/P/Unit. R\$ 90,00; Item 15: Qt.: 40/P/Unit. R\$ 69,87; Item 18: Qt.: 35/P/Unit. R\$ 11,78; Item 20: Qt.: 100/P/Unit. R\$ 100,00; Item 21: Qt.: 100/P/Unit. R\$ 100,00; Item 22: Qt.: 20/P/Unit. R\$ 93,99; Item 24: Qt.: 60/P/Unit. R\$ 94,99; Item 26: Qt.: 30/P/Unit. R\$ 259,99; Item 27: Qt.: 20/P/Unit. R\$ 145,50; 4.8) ARP nº 180/2019 - RM COMERCIO DE MERCADORIAS E MATERIAIS LTDA (CNPJ: 20.784.313/0001-95); Item 16: Qt.: 200/P/Unit. R\$ 11,96; 4.9) ARP nº 181/2019 - ITACA EIRELI (CNPJ: 24.845.457/0001-65); Item 29: Qt.: 50/P/Unit. R\$ 15,99; 4.10) ARP nº 182/2019 - LICERI COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA (CNPJ: 26.950.671/0001-07); Item 7: Qt.: 60/P/Unit. R\$ 28,88; Item 31: Qt.: 80/P/Unit. R\$ 19,59; Item 34: Qt.: 70/P/Unit. R\$ 25,00; Item 35: Qt.: 30/P/Unit. R\$ 43,25; Item 36: Qt.: 30/P/Unit. R\$ 74,62; Item 37: Qt.: 40/P/Unit. R\$ 85,43; 4.11) ARP nº 183/2019 - CLAYTON REIS DO REGO 04634740400 (CNPJ: 31.742.923/0001-42); Item 3: Qt.: 400/P/Unit. R\$ 5,80; Item 4: Qt.: 95/P/Unit. R\$ 110,00; Item 13: Qt.: 60/P/Unit. R\$ 13,00; 4.12) ARP nº 184/2019 - JULIANY BEZERRA RODRIGUES RUFINO 08214694442 (CNPJ: 32.474.670/0001-36); Item 6: Qt.: 60/P/Unit. R\$ 28,25; Item 19: Qt.: 200/P/Unit. R\$ 3,98; 4.13) ARP nº 185/2019 - R R LOPES (CNPJ: 32.841.482/0001-07); Item 2: Qt.: 180/P/Unit. R\$ 47,97. Atas de Registro de Preços acima citadas e respectivas especificações estão disponíveis no site www.tre-rn.jus.br.

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 49/2019-TRE/RN; 2) Contratado: METADATA TECNOLOGIA DA INFORMACAO EIRELI (CNPJ: 28.584.157/0002-01); 3) Objeto: Aquisição de 1 unidade do item 21 - Scanner - Referente a ARP 136/2018; 4) Amparo: Lei 8.666/93; 5) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 16885/2018 - TRE/RN; 6) Vigência: 48 meses, a conta da sua assinatura; 7) Cobertura Orçamentária: Nota de empenho 2019NE080390; 8) Valor: R\$ 15.790,00; 9) Data de Assinatura: 06/11/2019; 10) Signatários: pelo Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e pelo Contratado, Carlos Eduardo Santos Pereira.

EXTRATO DE CONTRATO

1) Espécie: Contrato nº 31/2019-TRE/RN; 2) Contratado: AGUILAR SERVIÇOS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS EIRELI (CNPJ: 04.607.812/0001-50); 3) Objeto: Aquisição de equipamentos de informática para o TRE/RN, a seguir descritos: Projetor (16 unidades do item 09 do Pregão Eletrônico nº 28/2019 - ARP 120-2019-TRE/RN); 4) Amparo: Lei 8.666/93; 5) Processo Administrativo Eletrônico/Protocolo nº 10202/2019 - TRE/RN; 6) Vigência: 60 meses, a contar da sua assinatura; 7) Cobertura Orçamentária: Nota de empenho 2019NE080351; 8) Valor: R\$ 25.504,00; 9) Data de Assinatura: 21/10/2019; 10) Signatários: pelo Contratante, Simone Maria de Oliveira Soares Mello, Diretora-Geral do TRE/RN, e pelo Contratado, José Milcades Aguiar Alfonso.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO DIRETORIA-GERAL ASSESSORIA JURÍDICA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 26.952/18. Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 101/18, relativo à prestação de serviços de limpeza. CONTRATADA: Liderança Limpeza e Conservação Ltda. CNPJ: 00.482.840/0001-38. OBJETO: Acréscimo de 0,99% do valor do contrato, referente a 4 postos de trabalho, no período de 4/12/19 a 31/01/20. VALOR PARA 2019: R\$8.774,02, conforme NE nº 156/19. VALOR PARA 2020: R\$6.499,28. ELEMENTO DE DESPESA: 3390.37 - Locação de Mão de Obra. PROGRAMA DE TRABALHO: Biometria.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA DIRETORIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 8/2019/TRE-RO, assinado 04/12/19. ARP 76/19, decorrente do Pregão 21/19. Contratada: OMP DO BRASIL LTDA. CNPJ n. 05.075.877/0001-65. Objeto: Aquisição de material permanente - tipo MOBILIÁRIO. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos 5.450/2005, 3555/2000 e 7.892/2013 e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato. Vigência: 90 dias, iniciando-se em 04/12/2019. Valor Total: R\$ 140.638,00. Programa de Trabalho: 02122057020GPO011. Elemento de Despesa: 44.90.52-42. Notas de Empenho 2019NE000834, de 08/11/19 e 2019NE000888, de 22/11/19. Homologação: Despacho 5057/19 /DG, de 10/11/19. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e pela Contratada, FABIO ANDRÉ MASSOCHINI. Processo SEI: 0001443-60.2019.6.22.8000.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Extrato do Contrato 9/2019/TRE-RO, assinado 04/12/19. ARP 77/19, decorrente do Pregão 21/19. Contratada: HOMEOFFICE MÓVEIS LTDA. CNPJ n. 66.455.593/0001-99. Objeto: Aquisição de material permanente - tipo MOBILIÁRIO. Fundamento Legal: Lei 8.666/1993 e 10.520/2002, Decretos 5.450/2005, 3555/2000 e 7.892/2013 e nas demais normas vigentes aplicáveis ao objeto do Contrato. Vigência: 90 dias, iniciando-se em 04/12/19. Valor Total: R\$ 93.430,00. Programa de Trabalho: 02122057020GPO011. Elemento de Despesa: 44.90.52-42. Nota de Empenho 2019NE000833, de 08/11/19. Homologação: Despacho 5057/19 /DG, de 10/11/19. Signatários: LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora-Geral do TRE-RO e pela Contratada, PIERRE AIRAM CARVALHO OLIVEIRA. Processo SEI: 0001443-60.2019.6.22.8000.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE COORDENADORIA DE MATERIAL E PATRIMÔNIO SEÇÃO DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 7/2019 - UASG 070024

Nº Processo: 0001994-40.2019.6. Objeto: Carta-Contrato 25/2019, de 04/12/19. Objeto: Serviços de geração de diversos relatórios de perfil comportamental DISC. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Aquisição de Relatórios DISC necessários ao cumprimento da Política de Gestão do Clima Organizacional do TRE-RO. Declaração de Inexigibilidade em 13/11/2019. MARISA LEONARDO DE ARAUJO LIMA DA SILVA. Assessoria Jurídica. Ratificação em 21/11/2019. LIA MARIA ARAÚJO LOPES. Diretora Geral. Valor Global: R\$ 49.960,00. CNPJ CONTRATADA : 18.805.873/0001-37 TTI SUCCESS INSIGHTS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

(SIDEI - 04/12/2019) 070024-00001-2019NE000005

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RORAIMA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2019 - UASG 70028

Nº Processo: 0002063-45.2019. Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de gêneros alimentícios para tender a sede do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e Cartórios Eleitorais, conforme especificações e obrigações constantes do Anexo I do Edital. Total de Itens Licitados: 11. Edital: 05/12/2019 das 08h00 às 12h00 e das 12h01 às 16h00. Endereço: Av. Getúlio Vargas, 225 Bairro São Pedro, - Boa Vista/RR ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70028-5-00028-2019. Entrega das Propostas: a partir de 09/12/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 18/12/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: -

JACKSON SOUZA CRUZ
Assistente da Assessoria de Licitações

(SIASGnet - 04/12/2019) 70028-00001-2019NE000033

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Teltex Tecnologia S/A. CNPJ da Contratada: 73.442.360/0003-89. Objeto: Fornecimento e instalação de Sistema de Alarme e Detecção de Incêndio no Edifício Sede do TRESC. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GPO.0042. Natureza da Despesa: 4.4.90.52. N. do Empenho: 2019NE01522. Data do Empenho: 04/11/2019. Valor: R\$ 102.661,00. Data da assinatura: 28/11/2019. Pregão n. 029/2019. Contrato n. 052/2019.

EXTRATO DE CONTRATO

Contratada: Dell Computadores do Brasil Ltda. CNPJ da Contratada: 72.381.189/0010-01. Objeto: Fornecimento de notebooks, incluindo garantia on-site de 60 (sessenta) meses, decorrente da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão n. 038/2018 - UFES. Programa de Trabalho: 02.122.0570.20GPO.0042. Natureza da Despesa: 4.4.90.52. N. do Empenho: 2019NE001560. Data do Empenho: 14/11/2019. Valor: R\$ 237.150,00. Data da assinatura: 14/11/2019. Pregão n. 038/2018 - UFES. PAE n. 24.632/2019. Contrato n. 082/2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Locador: Faverson Alberto Slongo. CPF do Locador: 816.729.269-04. Objeto: Termo Aditivo n. 169/2019, referente ao Contrato n. 001/2018, cujo objeto é a locação de imóvel para abrigar o Cartório da 25ª Zona Eleitoral em Porto União/SC (registra a renúncia do Locador ao direito de reajustamento do valor da locação referente ao período de 23/10/2018 a 22/10/2019). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 27/11/2019. PAE n. 45.788/2017.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contratada: Laudeci Felisbino. CNPJ da Contratada: 00.549.237/0001-26. Objeto: Termo Aditivo n. 170/2019, referente ao Contrato n. 041/2017, cujo objeto é a realização de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos que integram o sistema de climatização dos imóveis do prédio Sede, Anexo II e Depósito de Urnas do TRESC, bem como dos futuros equipamentos a serem instalados nos respectivos imóveis (prorroga o prazo de vigência até 15/12/2019). Fundamento legal: Lei n. 8.666/1993. Data da assinatura: 27/11/2019. Pregão n. 028/2017.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticacao.html>, pelo código 05302019120500162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.202-2 de 24/08/2001,
que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - CP-Brasil.

